

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS ESPAÇOS RURAL E URBANO

TERRITÓRIO E POLÍTICAS DE “SUSTENTABILIDADE” NO
COMPLEXO ENERGÉTICO AMADOR AGUIAR – RIO ARAGUARI/MG

HUDSON RODRIGUES LIMA

UBERLÂNDIA/MG
2013

HUDSON RODRIGUES LIMA

***TERRITÓRIO E POLÍTICAS DE “SUSTENTABILIDADE” NO
COMPLEXO ENERGÉTICO AMADOR AGUIAR – RIO ARAGUARI/MG***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Planejamento e Gestão dos Espaços Rural e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva

**Uberlândia/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

L732t20 Lima, Hudson Rodrigues, 1961-
13 Território e políticas de “sustentabilidade” no Complexo
Energético Amador Aguiar – Rio Araguari/MG/ Hudson
Rodrigues Lima. – 2013.
218f. : il.

Orientador: Vicente de Paulo da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Sustentabilidade– Araguari, Rio, Bacia
(MG) – Aspectos políticos - Teses. 3. Usinas hidrelétricas -
Araguari, Rio, Bacia (MG) - Teses. I. Silva, Vicente de
Pauloda.II.Universidade Federal de Uberlândia. Programa
dePós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1




UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia



HUDSON RODRIGUES LIMA

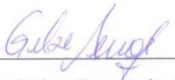
TERRITÓRIO E POLÍTICAS DE “SUSTENTABILIDADE” NO
COMPLEXO ENERGÉTICO AMADOR AGUIAR – RIO
ARAGUARI/MG



Professor Dr. Vicente de Paulo da Silva - UFU



Professora Drª. Ângela Maria Soares - UFGO



Professora Drª. Gelze Serrat de S. Campos Rodrigues - UFU

Data: 27 / 02 de 2013

Resultado: APROVADO COM DISTINÇÃO E LOUVOR

*À minha família e aos meus ancestrais,
que apostaram em sua descendência e
contribuíram para que eu seja a pessoa que sou
hoje. Ao mistério que a tudo e a todos envolve,
chamado por muitos de Deus(es) ou Deusas e
tanto instiga e inspira a mente humana para
desvendá-lo(as). Minha gratidão a eles, a Ele e a
Ela.*

AGRADECIMENTOS



Em um início de noite de um domingo, eu regressava de meu rancho Shambhala Dham, no município de Cascalho Rico (MG) e, ainda na estrada entre Uberlândia (MG) e Araguari (MG), eu recebi um telefonema de minha companheira de trabalho na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Professora Fátima Aparecida da Silveira Greco. Ela dizia que tivera uma conversa informal com o seu amigo Professor Dr. Vicente de Paulo da Silva, que havia sido membro da banca examinadora que avaliou o meu memorial descritivo para a minha progressão funcional na Carreira Docente da UFU, na qual este avaliava com ela o trabalho dele como docente do programa de pós-graduação do Instituto de Geografia (IG) da UFU. Nessa conversa entre os dois, eles comentavam sobre pessoas conhecidas que deveriam cursar a pós-graduação strictu sensu; entre os nomes, chegaram ao meu nome. A Professora Fátima disse então ao Professor Vicente que iria relatar a conversa dela comigo e tentaria incentivar para que eu retomasse o meu curso de mestrado. Nos anos de 1995 e 1996 eu havia sido aluno do programa de pós-graduação do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), onde fui qualificado mestre, mas não apresentei o trabalho final para defesa em função de discordância com a banca que havia feito a minha aprovação; senti grande desestímulo e desisti de forma consciente e tranquila.

Depois disso, resolvi dedicar-me a outras formações profissionais como forma de qualificar-me. Tornei-me Psicopedagogo, Instrutor de Yoga, Formação em Biopsicologia e em Panchakarma (Ayurveda, campo da medicina natural da Índia), o que foi muito rico para o meu diálogo enquanto professor de Geografia.

Depois da conversa com a Professora Fátima eu disse que procuraria o Professor Vicente, meu conhecido e contemporâneo da época em que ele frequentava o mestrado na USP, para trocar ideias sobre possível retomada de meus estudos acadêmicos no nível do mestrado. Um bom tempo antes da abertura de Edital para a seleção de alunos do programa de pós-graduação do IG/UFU, procurei o Professor Vicente demonstrando o meu interesse em voltar a frequentar o mestrado, foi quando ele disse ficava satisfeito pelo meu interesse, mas sabia que minha pesquisa anterior de mestrado e a minha vida acadêmica girava em torno do ensino da Geografia e que, apesar de estar nessa linha também na graduação, no mestrado ele priorizava pesquisas sobre os efeitos socioespaciais de grandes empreendimentos e se isso interessava. Fiquei na dúvida e então combinamos que eu frequentaria a sua disciplina, como aluno especial, no programa de pós-graduação para ver se eu via possibilidades de reorientar a minha trajetória acadêmica. O curso foi extremamente instigante e apaixonado que sou pela Geografia, não importa a sua linha de pesquisa, consegui identificar uma temática para propor um projeto de Pesquisa ao Professor Vicente.

Fiz esta breve história de meu ingresso no programa de pós-graduação do IG/UFU, para expressar a minha imensa gratidão à Professora Fátima por ter servido de intermédio de uma conversa com o Professor Vicente para que eu retomasse minha obtenção do título de Mestre e, principalmente, ao Professor Vicente por ter citado o meu nome na referida conversa e por ter confiado e acreditado que daria certo orientar um geógrafo, por

excelência um professor de Geografia que sou há 26 anos. Nestes decorridos 3 anos, o Professor Vicente é mais que um orientador, mas um companheiro de Universidade extremamente inspirador em suas crenças de que muito há que ser feito em nome de justiça social para os que estão envolvidos em grandes empreendimentos, como os hidrelétricos, foco de suas pesquisas e agora de minha pesquisa também.

São tantas as pessoas e as instituições a quem devo gratidão, que não conseguirei registrar neste texto todos os nomes, mas espero que ao lerem essas palavras de agradecimento, se identifiquem e sintam-se abraçadas por mim com muito respeito e carinho. A opção de citação será por ordem cronológica em minha vida pessoal/profissional.

Agradecimento aos educadores de minha formação no ensino fundamental I no Colégio Cristo Rei (Bairro Aparecida), na Escola Estadual Felisberto Alves Carrejo, no Bairro Fundinho, onde fui muito bem alfabetizado. Aos meus educadores do ensino fundamental II da Escola Estadual América Renne Giannetti, instigadores para a pesquisa e a profissão.

Agradecimento aos educadores do Colégio Estadual Angela Teixeira (Bairro Martins) e Colégio Estadual de Uberlândia (Centro), onde frequentei o Ensino Médio e propiciaram a minha confiança para prestar o vestibular na UFU.

Aos meus professores e professoras dos cursos de graduação em Estudos Sociais e de Geografia, seja ela Física ou Humana, da UFU, onde fortaleci a minha paixão pela compreensão do espaço geográfico e pela História, numa época em que estudávamos tanto com professores da Geografia, quanto os do curso de História. Esta disciplina me fez um Professor de Geografia muito melhor.

Aos meus professores no curso de mestrado da USP, particularmente ao meu ex-orientador, Professor Dr. Antonio Carlos Robert Moraes, que mesmo no desencontro de

ideias, fortaleceu em mim o espírito de pesquisador e instigou compreender a história e os processos que envolvem o pensamento geográfico.

Às minhas mestres inspiradoras e colegas de formação do curso em Psicopedagogia Clínica e Institucional, do corpo docente do Sedes Sapientiae de São Paulo e do Centro de Estudos Psicopedagógicos de Uberlândia, que reviraram a minha mente, a minha psique e fizeram com que eu dialogasse de forma tão diferente com a Geografia e como mundo.

Reverência ao Professor Arnaldo de Almeida, do Espaço Shivam Yoga de Ouro Preto, a quem devo a minha descoberta e compreensão da vida sob o prisma do Tantra Yoga.

Gratidão à antropóloga Dra. Susan Andrews e toda a sua equipe de colaboradores e aos meus amigos íntimos de formação em Biopsicologia no Instituto Visão-futuro, por ter descoberto os ensinamentos de meu Guru inspirador Prabhat Ranjan Sarkar (Shrii Shrii Anandamurti) e sensibilizar-me a olhar com muito mais amor a Geografia, considerando o nato direito dos humanos, dos animais, dos vegetais e dos minerais de serem cuidados com respeito e devoção.

Gratidão ao Professor Arjun Das, do Triguna, Centro Ayurvedico de Belo Horizonte, e a todas as íntimas colegas do curso de formação em medicina ayurvedica em Uberlândia, a quem devo o aprofundamento inspirador sobre os milenares e sábios conhecimentos hindus. Gratidão ao Dr. C. P. Asghar, do Greens Ayur Sudy Center Gurukulam do estado de Kerala, Índia, onde aprofundei os estudos ayurvédicos e fez fortalecer a minha crença de um mundo uno e justo.

Agradecimento ao Professor Dr. Mauro Burjaili (Faculdade de Engenharia Química da UFU), quem convidou a mim para assessorá-lo na Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia da Prefeitura Municipal de Uberlândia (2001-2002), onde fiz muitos amigos, excelentes profissionais, por meio dos quais dialoguei com várias áreas do conhecimento,

particularmente os primeiros contatos com as discussões que envolviam a instalação dos AHE's Capim Branco I e II, hoje meu objeto de pesquisa.

Agradecimento aos educadores e administradores da Universidade Federal de Uberlândia, onde, nestes 26 anos de docência, me fiz profissional e pessoa. Aos meus amigos professores, técnicos e administradores da Escola de Educação Básica (ESEBA) da UFU, desde os que passaram pela Escola aos que estão atualmente. Particularmente aos amigos/companheiros da área de Geografia, os que passaram e ajudaram-me a ser professor; e aos amigos atuais, particularmente às Professoras Dra. Suely Gomes, Ms. Ínia Novaes, Ms. Marco Túlio Mendes Eterno e ao Professor Ms. André Luiz Sabino, que assumiram as minhas aulas para que eu fosse liberado integralmente por 9 meses para realizar esta pesquisa.

Agradeço ainda aos meus amigos pessoais, minha extensão de família, que compartilham de minhas alegrias, minhas angústias, minhas teimosias e acabam ajudando a estruturar a pessoa e o profissional que sou no dia a dia; minhas “tribos” do rancho Shambhala Dham, do grupo de estudos mediúnicos, do grupo de estudos quânticos, do grupo do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Efeitos de Grandes Empreendimentos do IG/UFU.

Aos professores e colegas de disciplinas cursadas na pós-graduação no Instituto de Geografia e no Instituto de Economia da UFU, com quem aprendi muito e auxiliaram a direcionar o meu trabalho de investigação.

Grato pelos sujeitos que contribuíram para a base de dados dessa Pesquisa, proprietários e não-proprietários de terra na Área de Entorno dos reservatórios do Complexo Energético Amador Aguiar, de assentados e relocados, de agentes públicos das Prefeituras Municipais de Araguari, Uberlândia e Indianópolis, de funcionários do Consórcio

Capim Branco Energia, que administra a área de pesquisa. Seja a contribuição integral ou parcial, esta foi fundamental para a construção desta pesquisa.

Por fim, agradeço ao mistério divino de lidar com a água, com a terra, com as plantas, com os animais, com as pessoas com quem interagi durante as visitas de campo e que inspiraram imensamente o meu discurso textual.

À memória de meu pai, Milton de Lima, meu primeiro professor leigo de Geografia, quem amava “circular” pelo mundo; à minha mãe, Cleusa Rodrigues Lima e à minha irmã, Fabiana Rodrigues Lima Schulgin, pela sustentação emocional que deram e dão a mim, em meus altos e baixos enquanto filho e irmão, principalmente nos momentos tensos de produção científica, que por vezes provocam ausências e indelicadezas no ambiente familiar. A todos os animais que eu e minha família tivemos, eles nos ensinaram a emocionar com o mundo além do humano.

À memória de minha avó, Alzira de Almeida e de minha tia Delvair Rodrigues de Oliveira, que também tiveram participação direta em minha constituição psíquica e emocional.

“O espaço, objeto de estudo da Geografia, é mais poderoso do que a capacidade que temos de o analisar e das formas retóricas e discursivas que tentam ocultá-lo, pois o poder de intervenção ou atuação no espaço depende da apropriação e propriedade (terra, capital, meios e força de produção) que garantem o poder em seus vários matizes. O poder do espaço e da Geografia que o analisa são demonstráveis pela tentativa de ocultar a importância do espaço e dos Geógrafos. Para mostrar a importância do espaço, da Geografia é necessário compreender a complexidade do mundo atual, o que não é uma tarefa fácil.” (RODRIGUES, 2005, p.102)

RESUMO

Esta investigação qualitativa centrou a atenção na Área de Entorno dos dois reservatórios do Complexo Energético Amador Aguiar I e II, nos municípios de Uberlândia, Araguari e Indianópolis no Estado de Minas Gerais, Brasil. Buscou-se nos levantamentos de dados bibliográficos, documentais e em narrativas de pessoas, evidenciar o discurso de sustentabilidade nos negócios do Consórcio Capim Branco Energia (CCBE) e nas legislações das Prefeituras Municipais e sua territorialização na Área de Entorno do Complexo Energético Amador Aguiar. Buscou-se relacionar conceitos preciosos à Geografia, como espaço e território, ao de Institucionalismo Econômico, particularmente discussões pertinentes à Nova Sociologia Econômica, procurando evidenciar estratégias de governanças do território de pessoas atingidas por barragens. Somou-se a isso a busca de compreensão do funcionamento de um Grande Projeto de Investimento Hidrelétrico à luz de uma concepção crítica do discurso de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, considerando os princípios de estudiosos da Ecologia Profunda e do Ecomarxismo. No cruzamento de dados de discursos e práticas corporativas, municipais e das comunidades atingidas/afetadas, explicitou-se o esvaziamento de sentido de uma ideia, a de desenvolvimento sustentável, apontando a necessidade do Poder Público e da Iniciativa Privada estabelecer relações de poder democráticas e participativas nas definições e execuções de programas, projetos, planos e ações que efetivamente construam um desenvolvimento territorial saudável, respeitando a vida humana, a vida dos animais e dos vegetais.

Palavras chave: Energia Elétrica. Desenvolvimento Sustentável. Grandes Projetos de Investimento Hidrelétricos. Atingidos/afetados por Barragens.

ABSTRACT

This qualitative research focused attention on the surroundings of the two reservoirs of Energetic Complex Amador Aguiar I and II, in the municipalities of Uberlândia, Araguari and Indianópolis in the State of Minas Gerais, Brazil. Sought in the bibliographic data surveys, documentary and narratives of people, highlighting the business sustainability discourse of Capim Branco Energy Consortium (CCBE) and in the laws of municipal administrations and your territorialisation in the area surrounding the Energy Complex Amador Aguiar. Sought to relate precious concepts to Geography, such as space and territory, with the concept of Economic Institutionalism, particularly discussions pertaining to New Economic Sociology, looking for evidence of governances strategies of space-territory of people affected by dams. Added to this search for understanding of the operation of a Large Hydropower Investment Project in the light of a critical discourse conception of sustainable development and sustainability, taking into account the principles of deep ecology and scholars of Ecomarxism. At the intersection of speeches and corporate practices, municipal and communities affected, explained the emptying of meaning of an idea such as sustainable development, pointing to the need of public authorities and Private initiative established democratic and participatory power relations in the definitions and implementations of programs, projects, plans and actions that effectively build a healthy territorial development respecting human life, the life of animals and plants.

Key words: Electric Power. Sustainable Development. Large Hydropower Investment Projects. Affected by Dams.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1.	Cemig. Vendas de energia da CEMIG por setor	47
Tabela 2.	CEMIG. Recursos investidos na sociedade por setores – 2009	48
Tabela 3.	Caracterização da dimensão da Área de Influência do Complexo Energético Amador Aguiar	138
Tabela 4.	Caracterização da dimensão da Área de Entorno do Complexo Energético Amador Aguiar	142
Tabela 5.	Resumo dos investimentos ambientais em programas do CCBE (Fase de Operação)	166
Tabela 6.	Notas atribuídas pela população da AE para o CCBE e a Prefeitura	193
Gráfico 1.	Número de Aproveitamentos Hidrelétricos por rio no Brasil (2012)	43
Gráfico 2.	Aproveitamento Hidrelétrico nos 4 rios posicionados em 6º lugar no <i>ranking</i> nacional (2012)	44
Gráfico 3.	<i>Ranking</i> dos 10 rios brasileiros com maior Aproveitamento Hidrelétrico (2012)	44
Gráfico 4.	Áreas de investimentos e origem dos recursos dos mesmos	49
Gráfico 5.	Cemig – Evolução dos recursos aplicados em meio ambiente em 2009	50
Gráfico 6.	Porcentagem de Programas relacionados ao Meio Físico	157
Gráfico 7.	Porcentagem de Programas relacionados ao Meio Biótico	159
Gráfico 8.	Porcentagem de Programas relacionados ao Meio Socioeconômico	160
Gráfico 9.	Porcentagem de Programas relacionados ao Meio Cultural	162
Gráfico 10.	Porcentagem por caráter de aplicação dos Programas	162
Gráfico 11.	Investimentos Ambientais	167
Gráfico 12.	Resultado sobre a avaliação da relação do CCBE com as comunidades da AE	193
Gráfico 13.	Resultado sobre a avaliação da relação do CCBE com as comunidades da AE	194

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Características antropológicas antagônicas entre a economia do crescimento ilimitado e a economia do desenvolvimento social	108
Quadro 2.	Programas relacionados ao Meio Físico	156
Quadro 3.	Programas relacionados ao meio biótico	157
Quadro 4.	Programas relacionados ao meio socioeconômico	159
Quadro 5.	Programas relacionados ao meio cultural	161

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1.	Vista aérea, a partir do município de Uberlândia, da UHE Amador Aguiar I	31
Fotografia 2.	Vista aérea, a partir do município de Uberlândia, da UHE Amador Aguiar II	31
Fotografia 3.	Rio Araguari na área da ponte da BR 050, ligando os municípios de Araguari e Uberlândia, trajeto meândrico do rio, onde hoje existe o reservatório de AA II	146
Fotografia 4.	Afloramento das rochas no leito do rio Araguari antes da formação do reservatório	147
Fotografia 5.	Corredeira do Pau-Furado, hoje debaixo da represa do AHE Amador Aguiar I	147
Fotografia 6.	Corredeiras do Funil (hoje debaixo do reservatório do Amador Aguiar I	148
Fotografia 7.	Leito do rio sem corredeira e ilha fluvial	148
Fotografia 8.	Local das duas corredeiras registradas nas fotografias 5 e 6 hoje tomadas pelo Lago de Amador Aguiar I – Visão da Fazenda Salto – Município de Araguari	149
Fotografia 9.	Detalhe da curva de rio onde localizava a corredeira do funil	149
Fotografia 10.	Área desmatada até a cota de 565 metros, onde hoje é o limite da represa de Amador Aguiar II	150
Fotografia 11.	Residência demolida na ADA de Amador Aguiar I	152
Fotografia 12.	Um Cruzeiro da Comunidade da Tenda do Moreno é “enraizado” em uma rotatória de rodovia municipal e não mais junto à capela, como era no passado	152
Fotografia 13.	Moradia rural tradicional da AE do Complexo Energético de Amador Aguiar – Fazenda no Salto – município de Araguari (MG)	153
Fotografia 14.	Arquitetura de conjunto habitacional urbano em moradia rural na AE do Complexo Energético – Assentamento Comunidade Olhos D’água	153
Fotografia 15.	Conjunto arquitetônico de luxo de propriedade rural voltada ao lazer no Complexo Energético Amador Aguiar	154
Fotografia 16.	Bar no condomínio de chácaras “Mar de Minas”, antigo Rio Bonito I	154

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.	Bacia Hidrografia do rio Araguari e seus Aproveitamentos Hidrelétricos (AHE's)	33
Mapa 2.	Municípios influenciados pelos AHE's Capim Branco I e II	136
Mapa 3	Área dos municípios com influência dos AHE's Capim Branco I e II	137
Mapa 4.	Estrutura da Área de Influência do Complexo Energético Amador Aguiar	139
Mapa 5.	AHE Amador Aguiar I – Área de Influência, Área de Entorno e Área Diretamente Afetada	144
Mapa 6.	AHE Amador Aguiar II – Área de Influência, Área de Entorno e Área Diretamente Afetada	145

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAI	Amador Aguiar I
AA II	Amador Aguiar II
ADA	Área Diretamente Atingida
AE	Área de Entorno
AHE	Aproveitamento Hidrelétrico
AI	Área de Influência
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APP	Área de Preservação Permanente
BIRD	Banco Mundial
CBH-Araguari	Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Araguari
CCBE	Consórcio Capim Branco Energia
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EIA	Estudos de Impacto ao Meio Ambiente
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESEBA	Escola de Educação Básica
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto

FE	Fora do Empreendimento
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
GEE	Gases de Efeito Estufa
GPI	Grandes Projetos de Investimento
GPIH	Grandes Projetos de Investimento Hidrelétrico
GW	Gigawatt
IFC	International Financial Corporation
IE	Interior do Empreendimento
IG	Instituto de Geografia
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IR	Inserção Regional
ISO	Organização Internacional para Padronização
KW	Quilowatt
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MG	Minas Gerais
MME	Ministério de Minas e Energia
MW	Megawatt
NEI	Nova Economia Institucional
NGC	Neotropical Grassland Conservancy

NEPEGE	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Efeitos de Grandes Empreendimentos
NSE	Nova Sociologia Econômica
ONS	Operador Nacional do Sistema
ONU	Organização das Nações Unidas
PCA	Plano de Controle Ambiental
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDMA	Plano Diretor de Meio Ambiente
PDR	Plano Diretor dos Reservatórios
PN2	Bacia Hidrográfica do rio Araguari-MG
RADA	Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto no Meio Ambiente
SEB	Setor Energético Brasileiro
SIN	Sistema Integrado Nacional
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TDR	Territorialização-desterritorialização-reterritorialização
TVR	Trecho de Vazão Reduzida
TW	Terawatt
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UHE	Usina Hidrelétrica
USP	Universidade de São Paulo

VALE	Companhia Vale do Rio Doce
VPAR	Votorantim Participações
W	Watt
WCD	Comissão Mundial de Barragens

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
CAPÍTULO I	
1. GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO HIRELÉTRICOS: DEFINIÇÕES SOCIOESPACIAIS	40
1.1 Os Grandes Projetos de Investimento Hidrelétricos (GPIH) e suas implicações com o território	40
1.2 Espaço, pessoas, território e GPIH	57
1.3 Sobre GPI e (des)estruturações espaciais	63
CAPÍTULO II	
2. O INSTITUCIONALISMO ECONÔMICO E NOVAS GOVERNANÇAS	72
2.1 Setor Elétrico Brasileiro e economia institucionalista	74
2.2 Trilhas para o estabelecimento de uma concepção de GPI Hidrelétrico	83
CAPÍTULO III	
3. A SUSTENTABILIDADE EM GPI HIDRELÉTRICO É SUSTENTÁVEL?	94
3.1 Primórdios da inclusão das políticas de sustentabilidade no SEB	94
3.2 Desafios postos à sociedade para sair do campo de discursos vazios às práticas efetivas de sustentabilidade	103
3.3 Ecologia profunda, ecomarxismo e a construção de um novo paradigma: limites e possibilidades	120
CAPÍTULO IV	
4. POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE NO COMPLEXO ENERGÉTICO AMADOR AGUIAR	135
4.1 Identificação do espaço e do território pesquisados	135
4.2 Congruências e incongruências dos poderes privado e público	155
4.3. Achados e perdidos de políticas de sustentabilidade na AE do Complexo Energético	176
4.4. Uma visão prospectiva dos achados e perdidos na tentativa de se construir uma política de sustentabilidade	186
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	212

INTRODUÇÃO



A proposta de discussão desta pesquisa está assentada sobre a temática de políticas de sustentabilidade, sejam elas corporativas ou do poder público, existentes nos dois Aproveitamentos Hidrelétricos (AHE) do Complexo Energético Amador Aguiar (inicialmente chamado de Capim Branco). O Complexo está localizado no rio Araguari, na bacia hidrográfica do rio Paranaíba, região hidrográfica do rio Paraná, estado de Minas Gerais. A pesquisa se desenvolveu com base no paradigma de análise denominado ecologia profunda, ou ecoético, em diálogo com reflexões de autores do chamado ecomarxismo, ou ecosocialismo, o que exige compreender os fenômenos socioespaciais locais em contextos mais amplos de escala estadual e nacional.

O Complexo Energético Amador Aguiar, formado pelas Usinas hidrelétricas Amador Aguiar I e II, é administrado pelo Consórcio Capim Branco Energia (CCBE) que será caracterizado no Capítulo I. Dentre as quatro empresas consorciadas, destaca-se a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Essa empresa é líder do setor energético no

Estado de Minas Gerais, bem como uma das empresas líderes do setor energético no país e no mundo, no que se refere à geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia elétrica.

Destacamos a Cemig pelo fato dessa empresa ser pioneira no estabelecimento do que vem sendo chamado de política de sustentabilidade no Setor Elétrico Brasileiro (SEB) e que todo e qualquer negócio por ela assumido autonomamente, ou em parceria, obriga-se a delinear a referida política. Além disso, o fato da Cemig ser membro do CCBE, tendo como papel administrar a geração e transmissão de energia hidrelétrica do Complexo Energético Amador Aguiar, de certa forma interfere no funcionamento do CCBE, no que tange às políticas de sustentabilidade. Soma-se a isso que as outras três empresas do Consórcio são grandes consumidoras de energia elétrica dentro e fora do estado de Minas Gerais, fazendo com que toda a produção de energia do Complexo Energético em análise seja administrada pela Cemig que procede ao acerto de contas no consumo geral das instituições envolvidas.

A eletricidade é o principal “combustível” alimentador de toda a linha de produção e de consumo da sociedade moderna. Por sua vez, a energia elétrica tem sido alvo de inúmeras críticas para aqueles países que, ao contrário do Brasil, optaram ou foram forçados a adotar uma matriz energética calcada na geração por meio dos combustíveis fósseis. O Brasil, por ter um território extenso e sua abundância de recursos hídricos, vem privilegiando a geração de energia elétrica por meio das águas (14,9%), ou seja, uma atitude econômica oposta àquela verificada na geração de hidroenergia em escala mundial com apenas 2,2%. (Cemig, 2011)

Somadas as fontes renováveis de geração de energia elétrica, o Brasil acumula 46% em sua matriz energética, enquanto que o mundo possui apenas 13% de uso dessa mesma fonte. O reflexo disso é que, opostamente aos dados mundiais, a economia brasileira ainda

utiliza 54% de fontes não renováveis, enquanto que o mundo utiliza 87% desta fonte discutível sob o ponto de vista ambiental e econômico. (Cemig, 2011)

Se, por um lado, a matriz energética brasileira investe no uso de fontes renováveis de produção e uso de energia elétrica, por outro lado é perceptível que, em nome do crescimento econômico, aumenta-se a demanda de energia e assiste-se um investimento muito maior na prospecção, produção e uso de fontes energéticas derivadas de combustíveis fósseis, conforme verificado nos programas governamentais do pré-sal e dos gasodutos.

O elevado índice de uso da hidroenergia no Brasil, comparado ao restante do mundo, vai ao encontro das preocupações mundiais com relação à questão ambiental de reduzir os Gases de Efeito Estufa (GEE), responsáveis pelo propalado aquecimento global, agravado pelo uso intensivo dos combustíveis fósseis. Entretanto, a realidade brasileira, beneficiada por índices consideráveis de uso de energia renovável, ao contrário da geração de eletricidade por meio de combustíveis fósseis, desencadeia outra (des)ordem de efeito socioespacial, diferente daquela originada pela liberação do gás carbônico na atmosfera, ao utilizar fontes não-renováveis.

De um lado, a (des)ordem espaço-territorial do uso das fontes não-renováveis começa frequentemente no subsolo e termina na atmosfera e, consequentemente, no ambiente de todos os seres vivos. Por outro lado, a (des)ordem espaço-territorial do uso das fontes renováveis inicia na superfície terrestre, interface com a atmosfera, onde a maioria dos seres vivos se relaciona. Ou seja, se considerados os efeitos socioespaciais das fontes não-renováveis sobre o território, a sua extração localizada em subsolo restringe-se à escala da área de exploração, mas amplifica-se ao planeta todo, sem distinção de país, ao serem utilizadas, com efeitos severamente nocivos para o meio ambiente. Frequentemente, as

fontes renováveis amplificam o tamanho das áreas de exploração e restringem os seus efeitos socioespaciais a algumas localidades e/ou regiões.

Na condição humana de produção e de consumo, diferentemente das condições dos outros seres vivos, é preciso conviver com esse dilema, pois nossos impactos (entendidos enquanto resultados imediatos e específicos de uma ação humana específica em determinado lugar) e efeitos (entendidos enquanto resultados prolongados e perenes de uma ação humana sobre determinado lugar), são mais sensíveis ao ambiente enquanto vivemos e sobrevivemos.

Nessa linha de raciocínio, o aproveitamento hidrelétrico, enquanto fonte de energia renovável, atinge diretamente tudo o que é estabelecido sobre o território de um determinado lugar à medida que as barragens das usinas hidrelétricas inundam áreas e nelas a fauna e a flora. Além disso, toda a ordem da cultura humana é profundamente afetada pelos impactos e efeitos socioespaciais de suas construções. Por essas razões e, até mesmo pela polêmica que envolve a questão do aquecimento global da atmosfera, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vinculada ao Ministério de Minas e Energia que controla o sistema elétrico nacional, orientou todas as concessionárias do setor elétrico para que começassem a traçar políticas de sustentabilidade em seus negócios.

Entretanto, o conceito de sustentabilidade está envolvido em muitas polêmicas em função de concepções que vão desde o romantismo (se considerarmos a sociedade capitalista que sobrevive da dilapidação dos recursos humanos e da natureza), de garantir um ambiente terrestre auto-gerido, prevendo um panorama de conservação dos recursos naturais para as gerações futuras, até aquelas concepções que vão em defesa do estabelecimento de processos produtivos que reduzam, reutilizem e reciclem os recursos advindos da natureza. É compreensível a orientação da Aneel para todas as empresas que

estão sob a sua orientação e supervisão, quando conhecemos e analisamos dados do próprio governo federal, que indicam o peso e a importância do setor elétrico na vida econômica nacional.

Os setores com maiores índices de consumo de energia são, em primeiro lugar, a indústria com 38% do total; em segundo lugar o setor de transportes com 26,7% e em terceiro lugar com 10,3%, o setor residencial, os 25% restantes são distribuídos entre outros setores do consumo (EPE, 2009). Esses dados ilustram a importância que o setor elétrico adquire para a economia e para toda a população.

A porcentagem que a energia hidráulica ocupa na oferta interna de energia em nosso país é de 76,9%, que somada aos 5,6% de outras fontes renováveis remete para um total de 82,5% (EPE, 2009). Esses índices são impressionantes, por detrás deles está o movimento econômico de produção e consumo em nosso país.

Diante desses dados, surgem questões que se arrastam desde a década de 1940, quando o estado brasileiro começou o movimento de estatização do setor elétrico, sobre os mandos e desmandos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, seus efeitos sobre as vidas de pessoas e ambientes atingidos, além dos abusos em relação às tarifas de oferta de energia por parte das empresas estrangeiras concessionárias, como eram os praticados pela *Light, Bond and Share* e *American & Foreign Power Company (Amforp)*. Na tentativa de solucionar essas questões, o setor elétrico foi estatizado, mas ao contrário do que se esperava, permanecem as mesmas questões citadas, e isso tem influenciado bastante nos efeitos socioespaciais dos empreendimentos hidrelétricos.

Por um lado, a crescente demanda de energia elétrica impulsiona a construção de grandes, médias e pequenas barragens e com elas emergem toda uma polêmica sobre os reais impactos e efeitos sobre o ambiente e as comunidades ribeirinhas, bem como a

afetação de comunidades em um raio maior em seu entorno. Por outro lado, terminadas as obras e vivenciados os impactos do “novo”, surgem novas formas de gerenciamento do território tanto por parte do macropoder, quanto por parte do micropoder.

Diante desse quadro, fica a questão: Se os dados econômicos apontam para a importância, senão a profundidade que o setor elétrico tem sobre a economia e sobre toda a sociedade, qual tem sido, atualmente, a política real do poder público que detém o monopólio sobre o setor, com a questão de quem, de fato, financia e lucra com o setor elétrico? Será que a relação entre o consumidor industrial e o consumidor residencial tem sido justa no que se refere à política de preços e o financiamento da energia elétrica? E mais, se essa fonte renovável de energia é, de fato, de menor impacto no meio ambiente, como o poder público administra e fiscaliza as ações das empresas concessionárias naquilo que se relaciona para além do bom serviço de distribuição de energia elétrica, alcançando outras políticas no campo da educação, da cultura, da saúde, dentre outras esferas de valor social mais amplo?

Convém ressaltar que as indagações feitas acima são necessárias quando se pretende discutir com profundidade a proposição de um conceito de sustentabilidade cada vez mais presente nas políticas do setor hidrelétrico.

Uma vez contextualizadas as questões da matriz energética nacional que abrange o setor elétrico, relacionadas ao tema da pesquisa, torna-se necessária a caracterização de uma das concessionárias do sistema elétrico brasileiro, superada apenas pelo sistema Eletrobrás, composto por 12 subsidiárias. Trata-se da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Essa empresa, que é uma das líderes na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, acaba imprimindo em seus negócios as orientações

advindas do Governo Federal na concepção sobre as políticas de sustentabilidade a serem propostas e implementadas.

Com vistas a compreender como acontece na prática a aplicação das políticas consideradas de sustentabilidade dessa Companhia considerada referência nacional e até internacional, torna-se fundamental reduzir as escalas de análises sobre os lugares onde os seus negócios estão instalados, a exemplo de sua participação no CCBE/Complexo Energético Amador Aguiar, como forma de compreender como são materializadas, de fato, suas políticas de sustentabilidade.

Enfim, após algumas considerações sobre os contextos nacional e estadual de produção energética, cabe agora apresentar a área que está sendo investigada com o intuito de explicitar que tipo de sustentabilidade, a partir das orientações federais, vem sendo implementado pelo poder público mineiro em suas esferas estadual e municipal no relacionamento com o CCBE/Cemig.

A Usina Hidrelétrica (UHE) Amador Aguiar I, abrange os territórios dos municípios de Uberlândia, Araguari e Indianópolis com potência de 240 MW. Seu sistema de barramento das águas do rio Araguari e parte do seu reservatório (represa) podem ser observados na fotografia 1. Convém adiantar a informação de que no embate local sobre os licenciamentos de instalação e de operação, a fim de diminuir os efeitos socioespaciais e até mesmo aumentar a capacidade de geração, uma obra monumental de engenharia foi feita para barrar o alargamento da represa desviando a água o máximo possível para próximo do leito original do rio. Isso fez com que, ao contrário da maioria das UHE's, o vertedouro (por onde escoam o excedente de água do reservatório), ficasse localizado distante da tomada de água que movimenta as turbinas de geração de energia. Para isso um túnel foi escavado para

conduzir a água para a tomada de água. Prova de que existem soluções que podem minimizar efeitos socioespaciais e maximizar o aproveitamento hidráulico.

Fotografia 1. Vista aérea, a partir do município de Uberlândia, da UHE Amador Aguiar I



Fonte: – Arquivo do CCBE – Consórcio Capim Branco Energia (2009)

Legenda:

1. Casa de Força
2. Túnel de adução da água para a casa de força
3. Vertedouro do reservatório
4. Dique de contenção do reservatório
5. Trecho de Vazão Reduzida (soleiras)

A UHE Amador Aguiar II está a jusante da UHE Amador Aguiar I, abrange somente os territórios dos municípios de Araguari e de Uberlândia, e possui uma geração de 210 MW, sendo construída de forma convencional onde o vertedouro e a tomada de água localizam-se lado a lado, conforme é possível identificar na fotografia 2.

Fotografia 2. Vista aérea, a partir do município de Uberlândia, da UHE Amador Aguiar II



Fonte: Arquivo do CCBE (2009)

Legenda:

1. Vertedouro
2. Casa de Força
3. Barragem

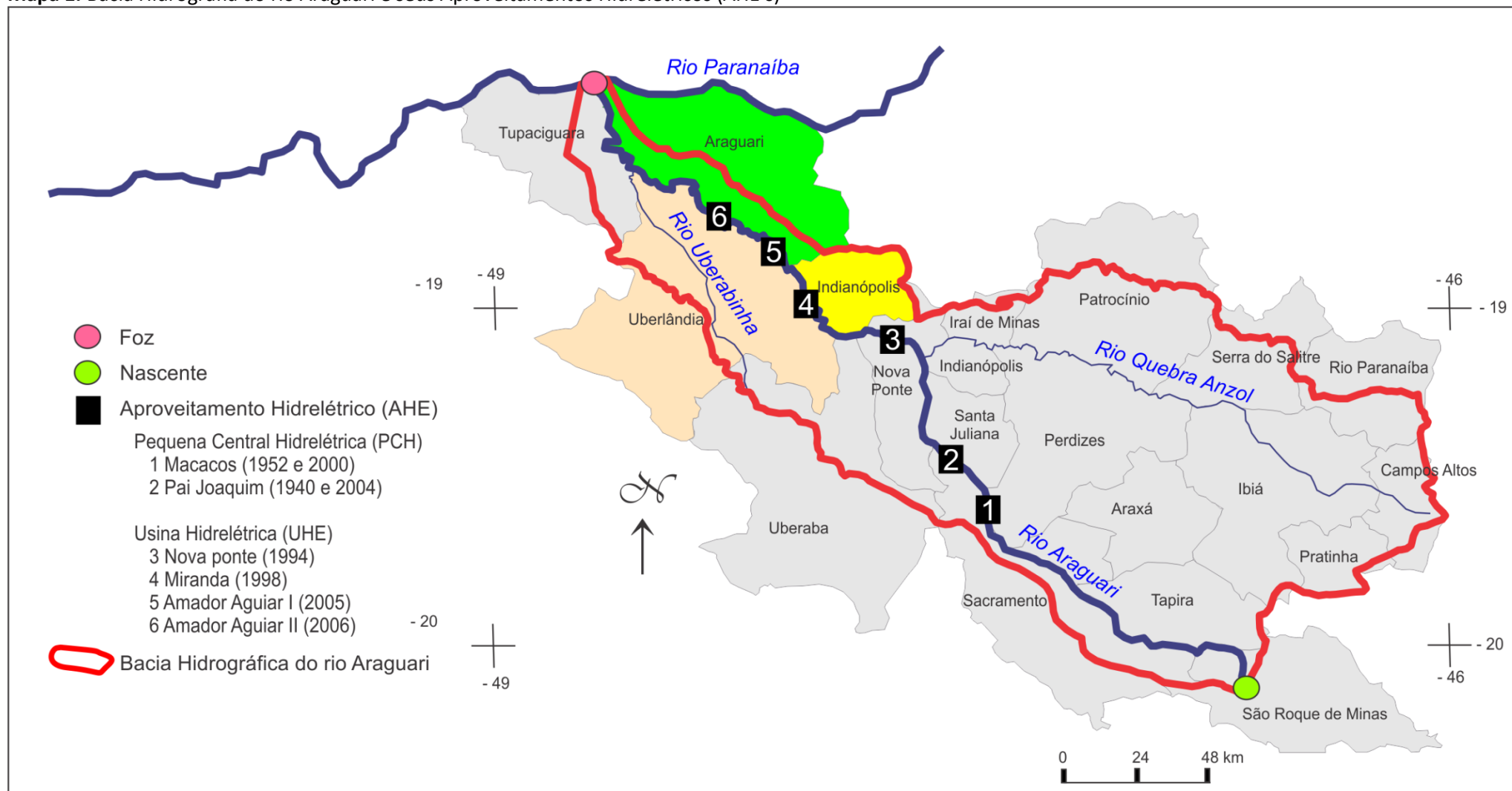
Portanto, somadas as gerações de eletricidade das duas UHE's do Complexo Hidrelétrico Amador Aguiar a sua potência instalada é de 450 MW.

A fim de garantir a formação de opinião de que um evento hidrelétrico não pode ser compreendido sem o seu contexto, é importante informar que o Complexo Energético em questão, está localizado no baixo curso da bacia hidrográfica do rio Araguari (PN2), ilustrada no mapa 1. Essa sub-bacia da bacia hidrográfica do rio Paranaíba possui uma área de 22.091Km², (CBH Araguari, 2012) abrangendo 20 municípios mineiros (Araguari, Araxá, Campos Altos, Ibiá, Indianópolis, Iraí de Minas, Nova Ponte, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pratinha, Rio Paranaíba, São Roque de Minas, Sacramento, Santa Juliana, Serra do Salitre, Tapira, Tupaciguara, Uberaba e Uberlândia). Sua maior porção territorial insere-se no Triângulo Mineiro. No Rio Araguari, além das duas UHE's alvo desta pesquisa, outros três empreendimentos hidrelétricos, a montante da área ilustrada, também geram efeitos socioespaciais e se relacionam diretamente com a Cemig.

A importância de analisar os efeitos socioespaciais da política de sustentabilidade do CCBE/Cemig nos três municípios atingidos e afetados pelos dois grandes empreendimentos hidrelétricos focalizados, centra-se na possibilidade de avaliá-la de forma qualitativa e inclusiva.

Pesquisar as ações de empresas concessionárias de serviços de energia elétrica como, por exemplo, o CCBE/Cemig, implica lidar com relações complexas de poder e de representação social, uma vez que tratam do oferecimento de serviços de interesse social amplo e com atividades de grandes impactos e grandes efeitos nos ecossistemas e nas pessoas por eles atingidas. Nesse sentido, quando interesses antagônicos explicitam sobre

Mapa 1. Bacia Hidrografia do rio Araguari e seus Aproveitamentos Hidrelétricos (AHE's)



Fonte: ROSA *et al.* (2004). Adaptação: Hudson Rodrigues Lima (2013).

Elaboração: André Luiz Sabino (2013).

um tema de pesquisa, é fundamental que o método e metodologia de investigação permitam diálogos diversos a fim de dar voz tanto aos empreendedores quanto aos atingidos.

A princípio, este trabalho exige uma análise da legislação vigente para a construção de empreendimentos hidrelétricos e a sua relação com o EIA – Estudos de Impactos Ambientais – e, principalmente, com os licenciamentos, prévio (LP), de implantação (LI) e de operação (LO), particularmente em seus condicionantes e, principalmente, o Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA). A partir dessa análise, torna-se importante relacioná-la com as políticas públicas municipais integradas aos *royalties* e/ou impostos oriundos dos negócios AHE Amador Aguiar I e II. Esse procedimento poderá explicitar os espaços onde possivelmente ocorrem os diálogos entre os interesses do capital e do trabalho. Ao explicitar as políticas de implantação e funcionamento dos empreendimentos hidrelétricos propostos neste trabalho, cria-se a possibilidade de compreender melhor que tipo de sustentabilidade vem sendo construída socialmente. São poucas as pesquisas fundamentadas no princípio de avaliação dos efeitos socioespaciais da sustentabilidade dos empreendimentos hidrelétricos com base na Ecologia Profunda (CAPRA, 2000), por isso esta pesquisa se justifica.

O Relatório de Sustentabilidade da Cemig (2008-2011) evidencia que a sua política é reflexo muito mais de exigências legais (nos últimos anos a legislação ambiental brasileira tem se aprofundado na perspectiva de uma apropriação um pouco menos dilapidadora dos recursos), do que propriamente das demandas de uma sociedade civil organizada.

É compreensível que nas políticas do CCBE/Cemig, por estarem inseridas em uma Economia de Mercado, a sustentabilidade ocorra no sentido de atender aos interesses do Estado Capitalista, que dificulta os investimentos promotores do bem-estar social uma vez

que exigem o desenvolvimento de tecnologias mais complexas e dispendiosas no momento da apropriação dos bens naturais. Essa situação compromete, sobretudo, as exigências de uma economia que realmente seja sustentável.

Ao mesmo tempo, é perceptível que a demanda por fontes de energia mantém uma tendência crescente no mundo todo. Essa demanda vem esbarrando em questionamentos sobre a capacidade de a natureza terrestre atender ao alto consumo de mercadorias no mundo, principalmente quando se relaciona às fontes não renováveis de geração de energia elétrica, voltadas à produção.

Nesse panorama, um grande empreendimento, como a Cemig, ao privilegiar negócios de produção de energia elétrica com base em fontes renováveis, como a água e o vento, e ao assumir uma política de sustentabilidade pioneira, pode diferenciar os seus negócios em relação àquelas empresas do mesmo ramo que não a possuem, aumentando, assim, o seu poder de concorrência e referência no mercado, expresso em seus indicadores econômicos e pela forte cotação de suas ações no mercado de ações do Brasil e até no exterior.

Portanto, esta pesquisa depara-se com um problema amplo que envolve a política de sustentabilidade da Cemig e das outras três empresas do Consórcio que administra o Complexo Energético Amador Aguiar. Apesar das políticas gerais de sustentabilidade desses grandes aglomerados econômicos brasileiros, percebe-se que essas políticas não são explicitadas no caso específico do CCBE, apesar da legislação concernente ao SEB conduzir todo e qualquer empreendimento elétrico a adotar algum tipo de política de sustentabilidade. Dessa forma, é possível, na análise de relatórios e documentos de licenciamento do Complexo Energético Amador Aguiar, identificar em escala menor, o perfil de política de sustentabilidade existente ou não. É nessa perspectiva que se torna instigante

a análise de como são propostas e executadas as políticas de sustentabilidade nos territórios definidos para esta investigação.

Assim, torna-se necessário conduzir a pesquisa procurando responder às seguintes questões:

- 1) Existe uma política de sustentabilidade explícita por parte do CCBE e do poder público para os territórios na Área de Entorno (AE) do Complexo Energético Amador Aguiar?
- 2) Quais os efeitos socioespaciais da existência ou não de uma política de sustentabilidade de um grande projeto de investimento hidrelétrico na AE do Complexo Energético Amador Aguiar, no baixo curso do rio Araguari?
- 3) Os efeitos socioespaciais provocados pelo Complexo Energético Amador Aguiar levam em consideração princípios relacionados ou que apontam para a consideração de outro paradigma científico que não o mecanicista/antropocêntrico, como, por exemplo, o da Ecologia Profunda/Ecoética e os princípios do ecomarxismo?

A proposta de responder a estas questões é que justifica uma avaliação dos dados científicos relevantes e significativos aqui apontados, com vistas a uma avaliação e à construção de uma crítica ao paradigma implícito nas estratégias e políticas de sustentabilidade do CCBE/Cemig, além de auxiliar na avaliação das políticas dos poderes públicos dos municípios envolvidos na área investigada.

Por isso, pesquisas que possam descrever e analisar os processos políticos e sociais relacionados ao chamado desenvolvimento sustentável devem servir de crédito, inclusive para identificar cientificamente suas lacunas, a fim de poder indicar direções a serem seguidas para uma consolidação desse tipo de desenvolvimento ainda longe de ser vivenciado pelas pessoas.

Neste sentido podemos definir o objetivo geral dessa investigação:

- Evidenciar o discurso de sustentabilidade nos negócios do Consórcio Capim Branco Energia (CCBE) e nas Prefeituras Municipais e sua territorialização na Área de Entorno do Complexo Energético Amador Aguiar.

Os objetivos específicos da pesquisa:

- Caracterizar os contextos de geração de energia hidrelétrica, no Brasil e particularmente no rio Araguari, no Complexo Energético Amador Aguiar;
- Compreender as dinâmicas de funcionamento de um Grande Projeto de Investimento Hidrelétrico (GPIH);
- Identificar o tipo de Institucionalismo econômico presente nas relações do Consórcio Capim Branco Energia e do Poder Público Municipal com as comunidades ribeirinhas dos reservatórios das UHE's Amador Aguiar I e II;
- Analisar os conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, na forma como estão sendo apropriados pelas corporações, poder público e comunidades atingidas/afetadas, particularmente no setor da energia hidrelétrica;
- Avaliar o grau de satisfação da população da Área de Entorno dos reservatórios em relação à atuação do CCBE e das Prefeituras Municipais, e
- Apontar desafios a serem assumidos pelas comunidades atingidas e afetadas, Poder Público e CCBE, com vistas ao desenvolvimento territorial da Área do Complexo Energético Amador Aguiar.

A proposta desta investigação optou por uma trajetória com certa dose de ousadia. A primeira delas foi a de analisar/discutir os dados, desde os bibliográficos até os coletados com empreendedores, poder público e comunidades atingidas e/ou afetadas, com princípios da Ecologia Profunda e do Ecomarxismo, explicitados no capítulo III.

A segunda ousadia foi a de enveredar pela polêmica discussão sobre o que venha a ser sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, conceitos colocados sob suspeita por diversos pesquisadores e que são discutidos também no capítulo III.

A terceira ousadia foi a de procurar manter coerência com a opção de considerar a Ecologia Profunda como princípio paradigmático e do ecomarxismo no discurso deste trabalho, contemplando uma linguagem interdisciplinar. Esperamos ter alcançado esta intenção e sobre isso destacamos os diálogos com a economia, particularmente com a vertente da sociologia econômica, na discussão sobre o que vem a ser um Grande Projeto de Investimento (GPI), sua relação com o SEB, bem como o seu funcionamento na perspectiva do Institucionalismo Econômico. Estes diálogos estão presentes principalmente nos capítulos I e II e a intenção é a de vislumbrar possibilidades de governança do espaço que permitam políticas efetivamente éticas e inclusivas, contrariando o que impera de práticas antiéticas e de exclusão socioespacial nos negócios de energia elétrica.

A última ousadia, tratada principalmente no capítulo IV, foi a de identificar, analisar e avaliar a existência e/ou ausência de políticas de sustentabilidade nos territórios na área de entorno dos reservatórios das UHE's Amador Aguiar I e II. Para isso foram necessárias “navegações” por água e terra, dialogando com as comunidades atingidas pelo grande empreendimento e com o difícil e turvo diálogo com o CCBE e poder público municipal, considerando como base as proposições existentes no Plano Diretor AHE Capim Branco I e II (2005) e suas relações com os Planos Diretores dos municípios atingidos e afetados.

Espera-se que as reflexões e resultados da pesquisa na área de entorno das UHE Amador Aguiar I e II não sejam entendidos como pontos que desvalorizam as iniciativas do empreendimento que inclusive estão em execução e funcionamento, mas considerando a

sua história passada e presente, a intenção é contribuir para sofisticar e melhorar os procedimentos equivocados e valorizar os que sejam identificados como relevantes.

O desafio do trabalho é o de focalizar a inversão de análise dos impactos e efeitos, saindo da esfera exclusiva da natureza e valorizando a perspectiva social dos mesmos.

Acredita-se que essa seja uma boa diretriz para os grandes empreendimentos hidrelétricos nos estudos de viabilidade, nas autorizações de implantação e de funcionamento, ou seja, verificar em primeiro lugar as repercussões do empreendimento nas pessoas e seus descendentes. Com certeza as características de sustentabilidade dos empreendimentos seriam outras. Mas, infelizmente o que vemos por toda parte, de governos às pessoas, é o comportamento de não renunciar aos benefícios do crescimento ilimitado, da ilusão do consumo de massa e isso está conduzindo a humanidade para cenários bastante catastróficos.

CAPÍTULO I



GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO HIDRELÉTRICOS: DEFINIÇÕES SOCIOESPACIAIS

1.1 Os Grandes Projetos de Investimento Hidrelétricos (GPIH) e suas implicações com o território

A compreensão dos conceitos tratados nesta pesquisa tem a intenção de qualificar melhor o que são os Grandes Projetos de Investimento (GPI), particularmente os hidrelétricos, e por isso será utilizada a sigla GPIH, em que o “H” qualificará o tipo de GPI em análise: as Usinas Hidrelétricas (UHE) Amador Aguiar I e II. Um GPIH compõe o Setor Elétrico Brasileiro (SEB), regulado pelo MME – Ministério de Minas e Energia (MME) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Em função dessa estrutura e a proposta desta pesquisa de analisar as chamadas políticas de sustentabilidade nas UHE em foco, implicará no conhecimento em uma escala menor, o que possivelmente ocorre em grande escala no SEB e por isso, torna-se fundamental compreender a dinâmica de funcionamento institucional das concessionárias que executam as obras de Grandes Projetos de Investimento (GPI). Essas concessionárias fazem parte do bojo de uma política econômica setorial do Estado brasileiro

com fortes reflexos, impactos e efeitos sobre as populações locais e regionais onde são construídas as hidrelétricas para a geração de energia, bem como as redes de transmissão, distribuição e comercialização da eletricidade.

Ao focalizarmos os dois aproveitamentos hidrelétricos administrados pelo Consórcio Capim Branco Energia (CCBE), localizados no município de Uberlândia, mais exatamente no rio Araguari, denominados Usina Hidrelétrica Amador Aguiar I e Amador Aguiar II, torna-se necessário compreender o contexto e a definição da escala desses empreendimentos.

Sobre o contexto, é importante ressaltar que o CCBE, sendo um consórcio que administra o Complexo Hidrelétrico de Amador Aguiar, representa os seus associados: Companhia Vale do Rio Doce (Vale), Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig-Capim Branco), Comercial e Agrícola Paineiras (Grupo Suzano) e a Companhia Mineira de Metais (Votorantim Metais).

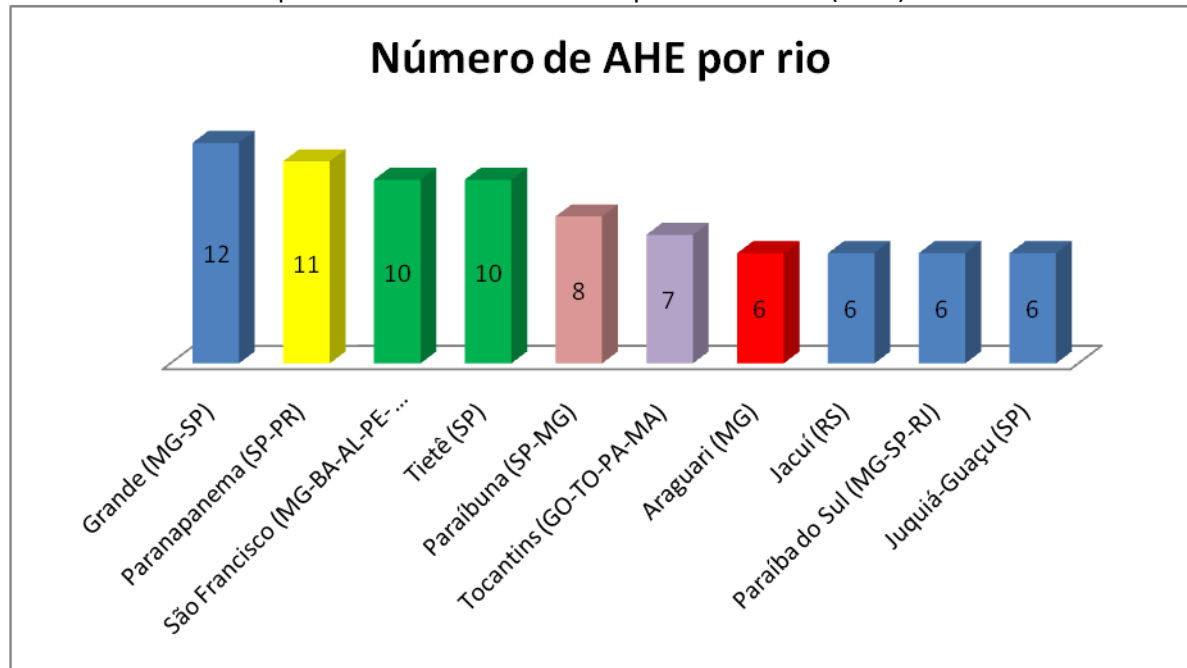
Convém caracterizar o contexto de atuação das Empresas/Instituições que compõem o Consórcio, como forma de compreender que os seus negócios são de fato caracterizados como GPI, uma vez que atuam em escala espacial e territorial de grande proporção, implicando fortes impactos socioespaciais.

A Vale é a segunda maior mineradora do mundo e a primeira maior do Brasil. Seus negócios foram iniciados no país, como uma empresa estatal, privatizada na década de 1990, continua com a sua sede e grande parte dos negócios, no Brasil. A empresa, em 2012, atuava em 37 países localizados nos 5 continentes. Emprega em torno de 187 mil pessoas incluindo trabalhadores do quadro da Vale e também de empresas parceiras terceirizadas. Segundo informação contida no sítio da empresa, na *Internet*,

A Vale, com sede no Rio de Janeiro, é uma empresa global, atuando nas áreas de Mineração, Logística, Siderurgia e Energia. Produz principalmente minério de ferro e pelotas, fertilizantes, cobre, ferroligas, manganês e níquel. Opera um grande sistema de Logística, com ferrovias, um porto e terminais marítimos, integrados às operações. A empresa investe também em usinas hidrelétricas, gás natural e biocombustíveis para garantir os recursos energéticos necessários a suas operações. (VALE, 2012)

No Brasil, a Vale atua em 14 dos 26 estados, além de manter um escritório no Distrito Federal. Portanto, trata-se de uma hiperatuação de uma instituição, atingindo e afetando de forma bastante significativa espaços, territórios, lugares e ambientes, passíveis de jogos de poder, em função de interesses sobre grandes somas de capital.

A Cemig é uma *holding* que administra um grupo sólido de empresas que, em 2012, atua nos setores de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, além de distribuição de gás natural e na transmissão de dados. Possui participação em 114 sociedades, 15 consórcios e em um fundo de participação, fazendo com que seja a maior empresa integrada do setor de energia elétrica do Brasil e da América do Sul. A Companhia atua em 22 dos 26 estados brasileiros, no Distrito Federal e também no Chile. A Cemig é de capital aberto, com controle do governo do Estado de Minas Gerais, possuindo 115 mil acionistas em 44 países (Cemig, Relatório anual e de sustentabilidade 2011, 2012, p.17) e com o emprego direto, em 2011, de 8.706 trabalhadores. Em Minas Gerais a empresa atua em 774 de seus 853 municípios o que denota a sua influência sobre populações atingidas e afetadas em função de seus negócios, particularmente no ramo da produção de energia. Nesse sentido, convém destacar que o rio Araguari, segundo dados extraídos de relatórios da Aneel (2011) é o sexto curso d'água brasileiro com maior número de AHE e nono maior em aproveitamento hidrelétrico, conforme especificado nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1. Número de Aproveitamentos Hidrelétricos por rio no Brasil (2012)

Fonte: Aneel, 2011 - <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>
 acesso: 02/05/2011

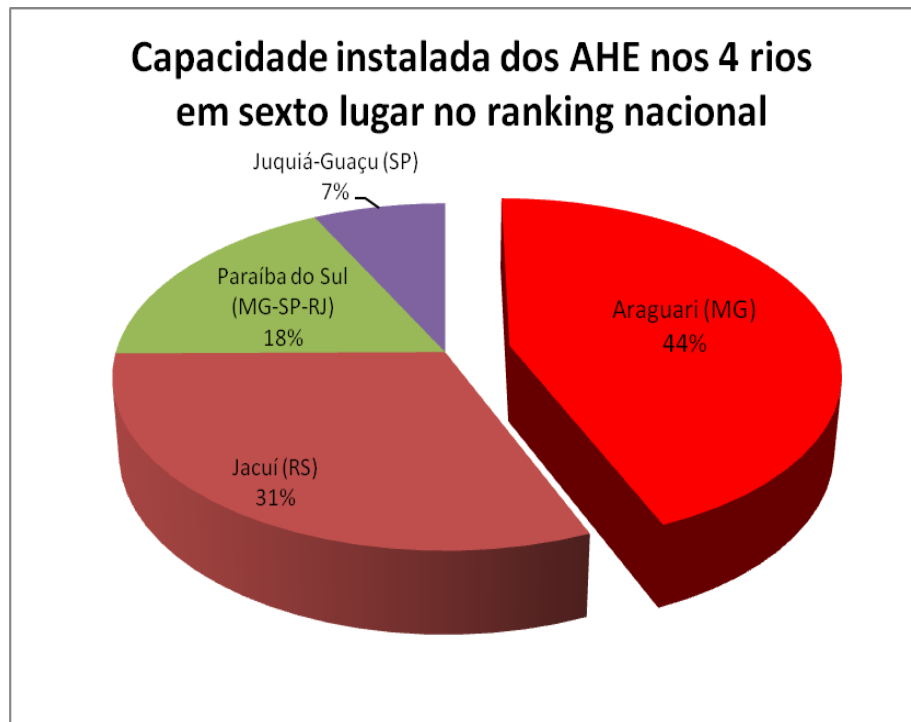
Org.: Hudson Rodrigues Lima (2012)

Considerando que o rio São Francisco e o rio Tietê possuem o mesmo número de AHE's, estão na terceira posição no *ranking* nacional, e em sexto lugar são quatro rios: o Araguari, o Jacuí, o Paraíba do Sul e o Juquiá-Guaçu. Entretanto, o rio Araguari entre os 4 rios na mesma posição no *ranking*, possui um aproveitamento maior em capacidade instalada, conforme comparação no gráfico 2.

Considerados os quatro rios em sexto lugar, o rio Araguari tem um aproveitamento de 1.368.000 kW, (Aneel, 2011) que comparados aos outros três rios, possui 44% de capacidade instalada.

O gráfico 3 apresenta o rio Araguari no *ranking* nacional dos rios com capacidade hidrelétrica instalada que representa 4% do total de geração de energia elétrica entre os 10 maiores rios com capacidade instalada.

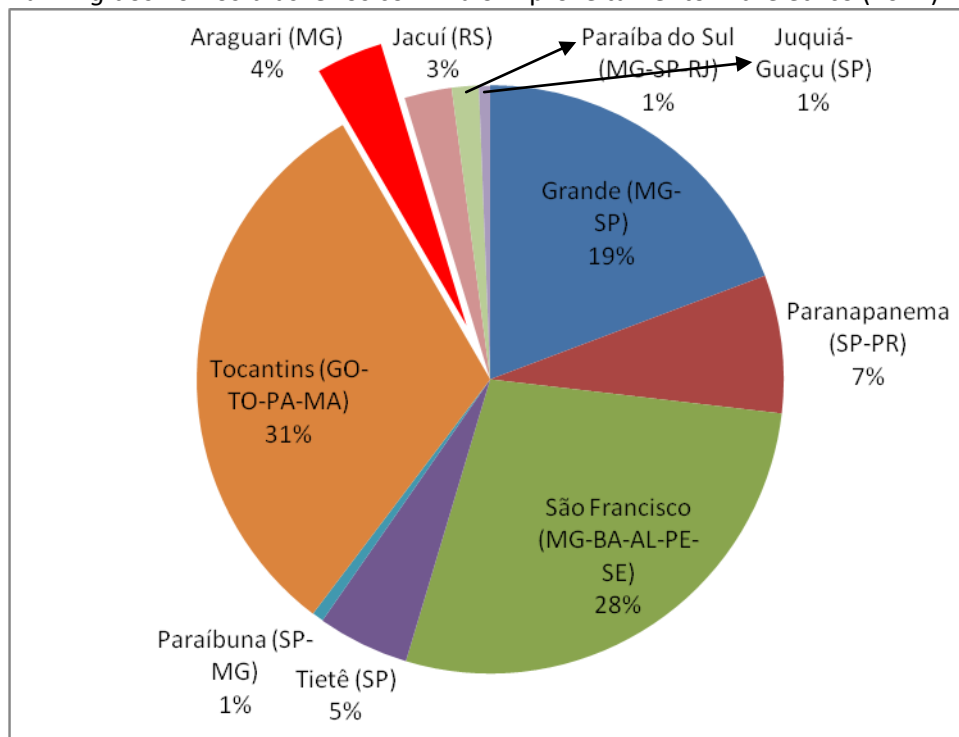
Gráfico 2. Aproveitamento Hidrelétrico nos 4 rios posicionados em 6º lugar no *ranking* nacional (2012)



Fonte: Aneel, 2011 - <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>
 acesso: 02/05/2011

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2012)

Gráfico 3. *Ranking* dos 10 rios brasileiros com maior Aproveitamento Hidrelétrico (2012)



Fonte: Aneel, 2011 <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>
 acesso: 02/05/2011

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2012)

O rio Araguari portanto, ocupa o nono lugar no *ranking* nacional de capacidade instalada de geração de energia hidrelétrica. Para um rio da bacia de recepção do rio Paranaíba e da grande região hidrográfica do rio Paraná, trata-se de uma situação de destaque no Setor Elétrico Brasileiro, que implica em impactos e efeitos socioespaciais que merecem ser desvendados e avaliados.

Na análise dos Relatórios Institucionais da Cemig dos anos de 2008 a 2011, percebe-se a tentativa de contemplar os complexos interesses sociais em torno da sustentabilidade.

Em dados extraídos dos Relatórios de Sustentabilidade da Cemig (2008-2011), é possível conhecer o poder de ação e de utilização dos bens naturais e sociais por parte dessa Companhia. Em relação à sua política de sustentabilidade, que interfere na área da pesquisa, destaca-se:

- A Companhia relata que desenvolve análises detalhadas para quantificar os impactos e minimizá-los, consultando as partes por meio de pesquisas e de negociações;
- A Empresa considera que a minimização dos impactos socioambientais reduz os riscos econômico-financeiros e possibilita uma convivência harmoniosa com o meio ambiente e a sociedade;
- Estrategicamente a Cemig elaborou uma política de sustentabilidade estabelecida em 3 dimensões: Dimensão Econômica, Dimensão Ambiental e Dimensão Social;
- A Empresa afirma que busca o desenvolvimento sustentável pela associação equilibrada dos aspectos econômico-financeiros, ambientais e sociais em seus empreendimentos;

- A Cemig adotou certificações internacionais como as da ISO – *International Organization for Standardization*: 9001:2000, 14001:2004 e 18001, e foi convidada para compor uma comissão internacional para estudar os critérios para a ISO 26000 que avalia a responsabilidade social das empresas; além de participar e colaborar com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, bem como da ABNT.

A produção, a transmissão, a distribuição e a comercialização de energia elétrica feita pela Cemig, contribuem para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da sociedade. Entretanto, ao analisarmos suas políticas chegaremos ao seguinte problema: a magnitude dos empreendimentos hidrelétricos mobiliza grande quantidade de recursos monetários, humanos e naturais, o que exige uma compreensão e exposição de seus impactos e efeitos socioespaciais, resultantes de suas ações.

A interpretação dos dados constante nas Tabela 1, indica que no ano de 2009 a CEMIG vendeu 53.7 TWh de energia elétrica (**Watt (W)**)¹, sendo 73,9% da venda, destinada aos consumidores finais assim especificados em seu relatório de sustentabilidade:

- Residencial: 14,5%
- Industrial: 41,2%
- Comercial: 8,7%
- Rural: 4,1%
- Outros (Poder Público e CEMIG): 5,4%

¹ É a unidade de medida da potência que cada aparelho requer para seu funcionamento. O kilowatt (kW) tem mil watts; o megawatt (MW), um milhão de watts, gigawatt (GW), um bilhão de watts e o terawatt (TW), um trilhão de watts).

Tabela 1. Cemig. Vendas de energia da CEMIG por setor

VENDAS DE ENERGIA DA CEMIG					
DISCRIMINAÇÃO	2008		2009		2008-2009
	MWh	(%)	MWh	(%)	VARIACÃO (%)
Total	54.102.455	100,0	53.775.452	100,0	(0,6)
Venda a consumidores finais	42.939.935	79,4	39.716.234	73,9	(7,5)
Residencial	7.163.793	13,2	7.774.466	14,5	8,5
Convencional	5.263.888	9,7	5.776.923	10,7	9,7
Baixa renda	1.899.905	3,5	1.997.543	3,7	5,1
Industrial	26.212.267	48,4	22.173.440	41,2	(15,4)
Cativos	5.562.687	10,3	4.826.009	9,0	(13,2)
Livres	20.649.580	38,2	17.347.431	32,3	(16,0)
Comercial/Serviços	4.422.932	8,2	4.678.965	8,7	5,8
Cativos	4.390.742	8,1	4.642.166	8,6	5,7
Livres	32.189	0,1	36.799	0,1	14,3
Rural	2.295.897	4,2	2.208.247	4,1	(3,8)
Outras	2.845.046	5,3	2.881.116	5,4	1,3
Vendas Proinfa⁽¹⁾	-	-	20.244	0,0	-
Vendas no atacado	11.162.520	20,6	14.038.974	26,1	25,8
Vendas no ACR (leilão)	7.650.983	14,1	11.498.433	21,4	50,3
Vendas no ACL (comercializadores)	3.511.537	6,5	2.540.541	4,7	(27,7)

⁽¹⁾Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia.

Fonte: Cemig – Relatório de Sustentabilidade – 2009

Observando os dados da tabela 1, podemos constatar que o maior beneficiário no ramo da geração de energia elétrica é o industrial. Diante dessa constatação fica evidente que a política energética gira em função do ramo produtivo que, em sua rede, implica em possuir consumidores para os seus negócios. Mas, o que não fica evidente é a relação existente entre o estabelecimento dos preços de venda da energia elétrica com os perfis de consumidores citados acima. Numa lógica de justiça social, o maior consumidor é quem deveria contribuir para o estabelecimento de políticas de sustentabilidade para os consumidores menores, sem que estes arquem com os ônus de quem mais consome.

Entretanto, pouco se fala ou se pesquisa sobre a relação entre o valor do financiamento, que envolve a produção-consumo, com o estabelecimento de políticas de sustentabilidade de alcance socioespacial amplo e quem, por obrigação, deve ser o agente de financiamento das mesmas. A tabela 2 e o gráfico 4 podem elucidar o raciocínio sobre a amplitude do investimento social dos negócios da CEMIG:

Tabela 2. CEMIG. Recursos investidos na sociedade por setores – 2009

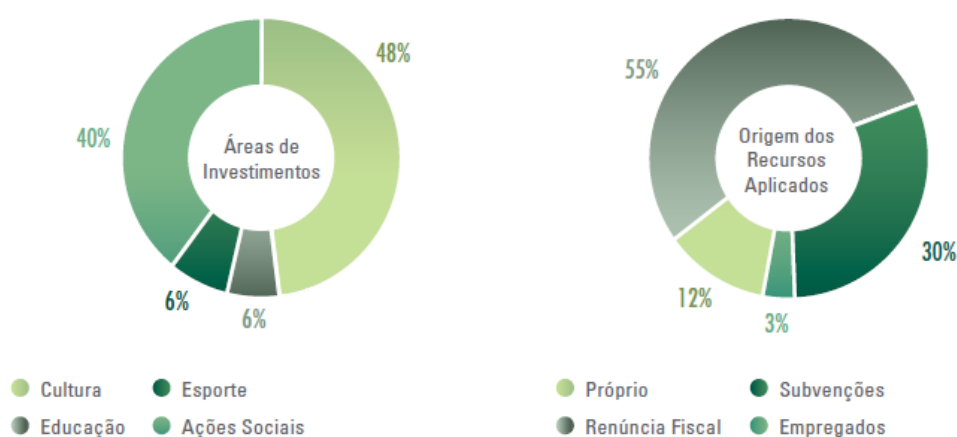
TIPO DE PROJETO	R\$ MILHÕES – 2007	R\$ MILHÕES – 2008	R\$ MILHÕES – 2009
Cultura ⁽¹⁾	29,7	33,4	22,4
Educação	NA	NA	2,5
Esporte ⁽²⁾	NA	NA	3,0
Ações Sociais ⁽³⁾	15,3	12,1	18,6
FIA, AI6% e Doações	-	-	4,6
Subvenções	-	-	14,0
Total ⁽⁴⁾	45,0	45,5	46,5

Fonte: CEMIG. Relatório de Sustentabilidade – 2009

Os dados da tabela 2 mostram que são destinados recursos financeiros para grandes grupos de investimento, como: a cultura, a educação, o esporte, e as ações sociais, na forma de fundos e doações, e de subvenções. Todos esses grupos giram em torno de 46,5 milhões de reais de investimento, algo em torno de 27 milhões de dólares americanos. Esse montante, independentemente da forma de cálculo adotado pela CEMIG, deverá ser motivo de investigação desta pesquisa. Ele significa 0,42% da renda líquida da empresa, conforme consta no Relatório de Sustentabilidade (2009). Os valores em espécie são consideráveis, mas o índice de investimento nas pessoas e principalmente nos locais dos grandes projetos de investimento hidrelétricos, parece ser ainda acanhado.

No gráfico 4, é possível observar as porcentagens de investimentos sociais citados na tabela 2, onde a cultura e as ações sociais recebem a maior fatia de investimento. Entretanto, é curioso observar que as fontes desses investimentos concentram-se em renúncias fiscais e subvenções, que pela legislação brasileira atual beneficia a empresa no momento de acerto com o fisco. Ou seja, existe um investimento social que é amparado por incentivos fiscais e não propriamente pela questão de distribuição da renda.

Gráfico 4. Áreas de investimentos e origem dos recursos dos mesmos.



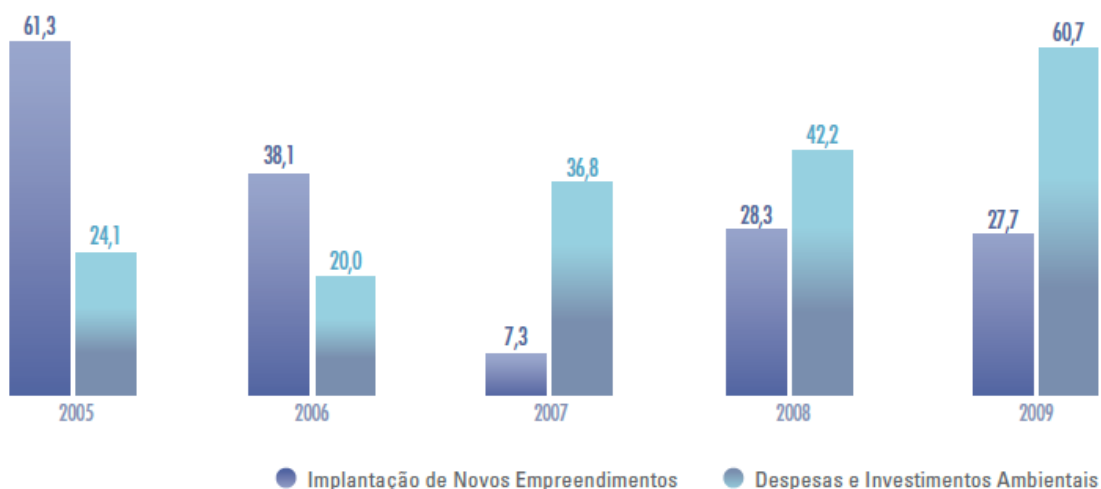
Fonte: CEMIG. Relatório de Sustentabilidade -2009.

Em relação à questão ambiental propriamente dita, o gráfico 5 apresenta a evolução dos recursos aplicados em meio ambiente, tendo na primeira coluna os valores utilizados na implantação de novos empreendimentos, e na segunda coluna as despesas e investimentos de caráter permanente. Independentemente das formas utilizadas nesses investimentos, conclui-se que tem aumentado o investimento de caráter contínuo no meio ambiente. Não só a empresa ganha com essa mudança de comportamento como também toda a sociedade.

Mesmo com todo esse investimento ainda fica a pergunta: Se no seguimento social foram investidos 46,5 milhões de reais, será que os 60,7 milhões de reais (aproximadamente 35 milhões de dólares americanos), seria o valor necessário e justo para as questões de ambiente que envolvem os negócios da Cemig?

Gráfico 5. Cemig – Evolução dos recursos aplicados em meio ambiente em 2009

RECURSOS APLICADOS EM MEIO AMBIENTE (R\$ MILHÕES)

**Fonte:** CEMIG – Relatório de Sustentabilidade – 2009

Esses dados requerem a responsabilidade de pesquisadores que investigam o setor elétrico, para destinarem atenção e compreensão aos fenômenos socioespaciais oriundos dessas relações econômicas e políticas dos lugares atingidos e afetados.

A empresa Comercial e Agrícola Paineiras é do Grupo Suzano e segundo consta em seu Relatório de Sustentabilidade 2011, é uma *holding* que administra o ramo econômico de base florestal. O Grupo é de capital aberto e atua nos seguimentos de celulose, papel, biotecnologia e energia renovável. As unidades industriais da empresa localizam-se em cidades do estado de São Paulo. Possui uma área florestal de 803 mil hectares que alimenta as indústrias, espalhadas por 7 estados brasileiros. A empresa investe maciçamente no mercado internacional e conta com escritórios na China, Estados Unidos e Suíça e com laboratórios de pesquisa em Israel e China. Conta ainda com subsidiárias na Inglaterra e na Argentina. Em 2011 empregou 6.200 trabalhadores, além dos 11.200 relacionados a empresas terceirizadas. O Relatório de Sustentabilidade 2012 diz: “Asseguramos, no período, o posto de segunda maior produtora de celulose de eucalipto do mundo e líder do mercado de papéis no Brasil/América do Sul.” (2012, p.15). Percebe-se a reincidência do

caráter dessa empresa em relação às citadas anteriormente no que se relaciona à escala de grande porte de ação dos negócios, o que se conclui tratar-se de conglomerados institucionais que têm forte presença no uso de espaços e interferência sobre as realidades locais onde atuam.

Por fim, a outra empresa do CCBE é a Companhia Mineira de Metais, que faz parte da Votorantim Metais, que compõe o Grupo Votorantim, o qual, em 2011, tornou-se

o quarto maior grupo empresarial do Brasil, presente em mais de 20 países, da América do Sul à Ásia. Atua na produção de cimento, metais, suco concentrado de laranja, compostos químicos, energia, papel e celulose; além de manter negócios nas áreas financeira, tecnológica e biotecnológica. (VOPTORANTIM, 2012)

O Grupo é administrado pela *holding* Votorantim Participações (Vpar). Em 2011 o grupo contava com 38.700 empregados próprios e 36.700 terceirizados. Entre os anos de 2000 e 2002 a empresa Camargo Correia Cimentos fez parte do consórcio e com autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica, repassou suas ações para as 4 parceiras que permaneceram no empreendimento.

Pode-se perceber por essa caracterização de negócios dos 4 componentes do CCBE, que se tratam de grupos econômicos de expressão nacional que na tendência de ampliação do capital no mercado mundial, correspondem ao que a globalização da economia tem demonstrado, ou seja, forte concentração de atividades econômicas essenciais nas mãos de grandes grupos, o que determina políticas econômicas, sociais e ambientais das economias locais e globais.

Em função da escala espacial em que atuam as empresas do setor elétrico, faz-se necessário extraí-las do contexto em que atuam e buscar uma definição que represente, de fato, o papel político e econômico por elas cumprido.

Na revisão bibliográfica de pesquisadores que se ocupam da investigação do papel de grandes empresas, como as citadas é importante referir-se ao trabalho de Martins (1983) quando trata dos grandes aglomerados econômicos, ora como “*Projetos Econômicos de Envergadura*” ora de “*Grandes Projetos Governamentais*” ou ainda de “*Grandes Projetos Econômicos*”. O autor parece não se ocupar em definir qual o melhor conceito para tratar das ações, dos impactos e dos efeitos de grandes empreendimentos que alteram significativamente os espaços, os territórios, os lugares, os ambientes. No entanto, Martins (op cit.) é claro e incisivo em expor a relação de Empresas de grande porte e de ação em grande escala espacial sobre as pessoas. Sobre isso ele afirma sobre os “grandes projetos”, que:

Não se trata de *introduzir* nada na vida dessas populações, mas de *tirar-lhes* o que têm de vital para sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem, ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade. (MARTINS, 1983, p.63).

Essa posição do autor vai de encontro ao que normalmente prevalece nos discursos oficiais de empresas privadas ou públicas/estatais, que geralmente tentam disseminar a ideia, sobre as populações atingidas e afetadas por grandes empreendimentos, de que suas ações significam e/ou implicam na chegada do chamado progresso. Sobre isto, Silva (2009) ao investigar os efeitos socioespaciais da construção de uma grande barragem, a da Usina Hidrelétrica (UHE) de Nova Ponte, no mesmo rio onde estão os dois aproveitamentos hidrelétricos desta pesquisa, identificou que:

As contradições do discurso estavam evidenciadas a cada momento e a cada acontecimento. Denominamos, conforme Bourdieu (1989, p.7-8), de poder simbólico “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”, aquele momento quando toda uma história era transformada em nome do progresso, mas que os moradores do lugar não se davam conta da trama em que estavam envolvidos, seja por falta de

informação, de organização ou mesmo por pura simplicidade. (SILVA, 2008, p.50).

Fica evidente no pensamento dos dois autores citados que a ação de grandes empreendimentos deve ser avaliada sob diferentes perspectivas sendo a do poder constituído geralmente a perspectiva mais utilizada, mas também e, principalmente, procurar desvendar os emaranhados que envolvem as pessoas e os lugares onde passarão a funcionar tais empreendimentos.

Portanto, Martins (1983) e Silva (2008) afirmam que essas relações dos grandes empreendimentos de privar as populações atingidas e afetadas, do direito de compreender, influenciar e intervir nas intenções e ações dos grandes empreendimentos em nome do progresso, ocorrem por meio de assimilação (a comunidade é “conduzida” a absorver o discurso oficial), de integração (a comunidade é “conduzida” a “fazer parte” do empreendimento), ações estas reforçadas pela desinformação, desorganização ou mesmo pela própria simplicidade das pessoas normalmente trabalhadores rurais, indígenas, trabalhadores de cidades pequenas. Incorporando essas ideias especificamente ao tema desta pesquisa, sobre o setor de energia elétrica, ainda recorrendo a Silva (2008, p.54),

Com toda certeza podemos afirmar que para o setor elétrico sempre foi mais fácil chegar com a notícia de que vai se construir naquele lugar uma barragem, do que a de que se quer ou pretende construí-la. Isso evitará que a comunidade se reúna para discutir com a devida necessidade e entenda porque vai se construir ali, e justamente ali, aquela obra. Também evitará que percebam que às vezes a energia produzida ali, não lhe trará benefícios que justifiquem a transformação imposta. A desinformação é, ainda, uma arma nas mãos de quem detém o poder.

Portanto, as pesquisas citadas têm a contribuir para a presente investigação um caminho metodológico que, antes de ser unilateral seguindo a corrente mais presente nos discursos oficiais do benefício do “progresso” promovido pelas grandes empresas, dê voz e visibilidade aos impactos e efeitos promovidos não apenas pelo grande empreendimento,

mas principalmente pelos atingidos e afetados. Ou seja, como as resistências e desistências das comunidades onde se localizam os grandes projetos traduzem-se em novas perspectivas socioespaciais constituem um “outro” que media o encontro gerado pelo desencontro entre os interesses do poder econômico com os das comunidades a serem impactadas e afetadas.

Nesse sentido, a presente investigação utilizará as experiências referenciadas de Martins (1983) e de Silva (2008) para uma faceta dos efeitos socioespaciais da construção do Complexo Hidrelétrico de Amador Aguiar I e II, que dêem luz ao “outro” na perspectiva das comunidades “silenciadas” que necessitam fazer emergir suas vozes. Entretanto, na linha de raciocínio adotada, o “outro” também possui “vozes” que não são silenciadas, pelo contrário, são extremamente “impositivas”, apesar de que nas imposições escondem-se muitas omissões. Em função desse fato, foi necessário buscar um referencial que pudesse definir melhor essa perspectiva do poder constituído em si.

Se o setor de energia elétrica, particularmente os eventos hidrelétricos aqui considerados, gira em torno de aglomerados empresariais com extenso e diverso raio de ação de seus negócios, é preciso compreendê-lo enquanto constituinte de uma política setorial do mercado. Nessa perspectiva as reflexões e proposições de análise e de avaliação de Vainer e Araújo (1992) trazem à tona uma definição enfática e apropriada a este trabalho em relação às várias terminologias utilizadas por Martins (1983) e citadas acima: *Projetos Econômicos de Envergadura, Grandes Projetos Governamentais e Grandes Projetos Econômicos*. Ou seja, as pesquisas dos autores auxiliaram em uma definição sobre o caráter de funcionamento dos GPIH.

O trabalho de Vainer e Araújo (1983) ancorado em um conjunto de pesquisas advindas de parceria estabelecida entre o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), para prestar assessoria aos Movimentos de Atingidos por Barragens (MAB), identificou como vem funcionando o Setor Elétrico Brasileiro (SEB).

Os referidos autores concluíram nos estudos que há um visível abandono do planejamento regional no Brasil, principalmente a partir da década de 1990. Prova disso foi o fechamento ou esvaziamento de suas instituições especializadas, como a SUDAM, a SUDENE, a CODESVASF, entre outras. Isso denota a ausência da dimensão territorial no seio das concepções e práticas de planejamento fortemente presentes e experimentadas, no período do regime militar (1964 a 1985). Nas proximidades do fim do referido período a dimensão territorial passa então a ser constituída por uma miríade de programas e instituições, que desprezam as regiões tradicionais e apostam em uma nova Geografia do Estado brasileiro. O resultado disso é que o discurso ufanista do militarismo de espaço integrado nacional, contraditoriamente, planta a semente da possibilidade de um planejamento regional efetivo.

Os investimentos passaram e ainda passam para o âmbito da política e do planejamento setorial. O formato típico desse novo padrão de planejamento é o do Grande Projeto de Investimento (GPI).

Para Vainer e Araujo (1992, p. 34) os GPI

São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

Mesmo nessa tentativa de conceituar o GPI, os autores o consideram uma expressão não muito precisa, mas que “procura caracterizar projetos que mobilizam em grande intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território” (p.29). Além disso, salientam que numa perspectiva de planejamento regional os

GPI repetem a velha história do colonialismo de exploração, onde se instala um enclave sobre o território e a partir dele, irradia-se o chamado progresso. Nesse mesmo sentido, o trabalho de Martins (1983) avalia os impactos de grandes empreendimentos em relação a trabalhadores rurais e indígenas, tornando-os congruentes na ideia de constituição de um território esvaziado de planejamento e integração regional, constituindo-se de fato um território fragmentado que gira em torno de determinados setores econômicos em detrimento da promoção do progresso na forma de desenvolvimento social em seu sentido mais amplo.

Os GPI não nascem das forças endógenas da região para que se expressem as forças sociais, políticas e econômicas da região. Pelo contrário, é um processo exógeno, instalando uma relação de extraterritorialidade dessas com uma territorialidade existente onde se instalam e desterritorilizam sem participarem efetivamente de uma reterritorialização ou mesmo de uma nova territorialidade, do ponto de vista das identidades das pessoas com os novos lugares. Portanto, os GPI tornam-se instrumentos ativos do (re)ordenamento territorial, mesmo que o espaço transformado não seja objeto explícito de planejamento.

Dessa forma, mesmo que os autores apontem uma fragilidade de conceituação do GPI, ela se apresenta como suporte para trabalhos como o desta pesquisa, ao tentar desvendar que tipo de efeito socioespacial, particularmente sobre o que vem sendo chamado de sustentabilidade no setor elétrico e tem sido materializado por esse tipo de empreendimento que vem configurando o território brasileiro.

Sendo assim, o que se intenta neste estudo é identificar que existem micro e macro relações políticas, econômicas, sociais e ambientais que podem dar conta de apreciar as materializações socioespaciais, fruto tanto das ações dos GPI (perspectiva macroespacial), quanto das ações dos sujeitos históricos que são empurrados para a exclusão de suas

realidades, suas histórias, suas culturas, suas identidades e que ao resistirem (perspectiva microespacial), imprimem redirecionamentos e reordenamentos no local/global das ações dos GPI, particularmente os hidrelétricos.

1.2 Espaço, pessoas, território e GPIH

Para auxiliar na compreensão do “outro” que nasce do desencontro de interesses no encontro entre os GPI Hidrelétricos com as populações locais, cabe realizar algumas reflexões que auxiliaram tratar a polêmica questão do que venha a ser a figura do atingido, afetado, ou ainda do que seja o impacto e o efeito da construção de barragens.

Segundo Vainer (2011) a noção de “atingido” não pode ser meramente técnica-financeira-econômica, mas sobretudo de reconhecimento de direitos, sejam eles de ressarcimento, indenização, reabilitação ou reparação pecuniária. Por isso o conceito de atingido tem como gênese uma disputa. Como as disputas são resultados de jogos de interesses, a noção de atingido é algo que se relaciona à noção de tempo e de espaço, relacionando-se então a contextos políticos e culturais conflituosos que envolvem os sujeitos onde se instala um projeto hidrelétrico. Assim, pode-se afirmar que a noção de atingido vem se modificando rapidamente na mesma proporção em que se discute e se avança nas questões de direitos humanos tanto no Brasil quanto no mundo e por isso a necessidade de pesquisas que atualizem as áreas caracterizadas por conflitos dessa natureza.

Dessa forma, a noção de atingido tem incluído, nos dias de hoje, várias dimensões como as da política, do trabalho, da sociedade, da cultura e do meio ambiente. Nesta pesquisa que busca identificar o tipo de sustentabilidade que é ou não construída no território onde atua o CCBE, por meio das UHE de Amador Aguiar I e II, é importante delinear

como será utilizado o conceito de atingido, inclusive tentando ampliá-lo e esclarecê-lo no âmbito desta investigação. Para isso, torna-se necessária uma revisão de discussões importantes que mostram a trajetória do conceito de atingido que até hoje é um desafio a ser considerado e esclarecido nos ambientes de grandes projetos. O desafio se instala porque falar de atingidos significa tratar da legitimação de direitos de pessoas e por isso, a escolha de dialogar com os trabalhos de Vainer (2011) e Martins (1983) quando ressaltam a importância de escrever a história das vozes silenciadas dos atingidos uma vez que eles, submetidos à dominação e, por conseguinte, aos conflitos, fazem emergir espaços para a legitimação de seus direitos. Pode-se mesmo dizer que o atingido de hoje extrapola a condição humana e já atenta sobre a ética e o direito humano, sobre o direito dos outros animais e até dos vegetais.

Ao longo dos anos, particularmente a partir da década de 1950, a estratégia utilizada na opção pela construção de GPI Hidrelétricos, foi a territorial-patrimonialista, ou seja, o empreendedor adquire o domínio do espaço de seu interesse ou, de acordo com as leis brasileiras, se o uso da terra for de interesse público, faz-se a desapropriação e indeniza-se os proprietários de áreas inundadas. Foi em função dessa dinâmica de tratamento de território adquirido ou desapropriado, que surgiram questionamentos sobre a extensão do impacto da grande obra sobre o lugar específico onde era erigida. Por isso, o impacto da construção do GPI começou a ser visto como algo polêmico, pois dependendo da compra de terras, de desapropriações e indenizações, implicaria em custos do negócio de energia elétrica a ser consolidado.

Portanto, por longo período, pode-se afirmar que até hoje, o único problema para o empreendedor na construção do GPI Hidrelétrico era patrimonial e fundiário. Para os GPI, considerava-se impactado e atingido, apenas o proprietário de terras. Os não proprietários,

quaisquer que sejam as suas ocupações ou “desocupações” simplesmente não eram, e em muitas circunstâncias ainda não são considerados por parte do empreendedor. Vainer (2011) diz que essa história é tão cultural que até hoje muitos GPI remetem o problema para os departamentos empresariais que cuidam do patrimônio imobiliário, ou seja, o problema do impacto, do atingido, do efeito e do afetado, é uma peça econômica mais do que social, cultural e ambiental. Por isso assistimos com frequência as conduções de conflitos que envolvem os GPI com os atingidos em que se opta por tratar os espaços de interesse apenas como patrimônio territorial. Ou seja, reduz-se a possibilidade de identificar o que seja impacto da obra e muito menos o que seja atingido, exceto por força da legislação atual. Na prática o que se nota são relações empresariais que desconsideram as pessoas, as culturas, os outros seres vivos vegetais ou animais. Enfim, se a prática é assim, a solução de conflitos sobre a propriedade acaba privilegiando soluções benéficas ao empreendedor. Mesmo quando o pequeno proprietário ou ocupante de terras com algum tipo de benfeitoria acionam legalmente os GPI, via de regra, o poder econômico acaba vencendo legalmente a ação jurídica e não indeniza de forma justa, aqueles que são atingidos, impactados. Na medida em que ocorreram e se ampliaram as lutas sociais por direitos humanos e por democratização no Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980, observa-se que houve reflexo na elaboração de legislação que tratava dos conflitos envolvendo os GPI e, particularmente a partir da Constituição de 1988, as Leis relativas aos impactos ambientais reforçaram e melhoraram dispositivos de proteção e de direito não só do ambiente físico, como também do direito social, na perspectiva de se garantir direitos aos menos empoderados: os trabalhadores urbanos, rurais, indígenas, enfim os seguimentos caracterizados como grupos de exclusão social.

Conclui-se, assim, que na concepção territorial-patrimonialista, a população é vista como obstáculo a ser removido para viabilizar o empreendimento. Em função dos custos e de resistências das populações atingidas pelo impacto da obra de um GPI, surgiu mais uma forma de tratar a questão, denominada concepção hídrica. Nela o que identifica o atingido é a pessoa que tem as suas terras inundadas, sejam elas proprietárias ou não proprietárias, o que é um avanço em relação à concepção territorial-patrimonialista. Na concepção hídrica os não proprietários, na forma de trabalhadores rurais, de meeiros, posseiros, etc., são considerados desde que moradores na área restrita à inundação e que, nesse caso, são pessoas deslocadas compulsoriamente de seus lugares, de suas histórias de vida, para outros lugares.

Entretanto, segundo Vainer,

ainda hoje, porém, em várias circunstâncias, assiste-se à permanência das concepções e estratégias territoriais-patrimonialistas, que buscam circunscrever o problema a duas e exclusivas dimensões: o território atingido é concebido como sendo a área a ser inundada e a população atingida é constituída pelos proprietários fundiários da área a ser inundada (VAINER, 2011, p.6).

Vê-se, assim, que a falta de humanização dos GPI privilegiando o interesse econômico, o atingido e o impacto sobre as áreas e espaços que efetivamente são inundados, ficam carentes de humanidade e por isso merecem a atenção de pesquisas que identifiquem o tipo de tratamento que o empreendedor dá a essa concepção de impacto e atingido.

Para Vainer (2011) as concepções territorial-patrimonialista e hídrica são muito conservadoras por tenderem a tratar a questão do impacto e do atingido apenas na forma de custos e pagamentos por perdas de propriedade e/ou de trabalho. Em movimento de crítica a essas duas concepções no meio acadêmico, por demanda de setores da sociedade civil organizada, surgiram discussões, particularmente as de Sigaud (1986) que afirmam e

identificam que os GPI Hidrelétricos causam impactos espaciais e temporais e por isso instauram-se novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação do projeto, novos interesses e problemas se manifestam. Esse raciocínio vai ao encontro do pensamento de Martins em relação aos sujeitos históricos deflagradores de interferência nos projetos econômicos do poder constituído, mas que em movimento dialético também foi deflagrado pelo próprio capital. É justamente nessa concepção de atingido e de impacto que se abrem espaços de diálogos com categorias de análise preciosas para a Geografia para discutir como se constitui o território e suas territorialidades, como se dão as desterritorializações e reterritorializações nas áreas de conflitos de interesses provocados pelos GPI hidrelétricos, o que será explicitado mais adiante neste trabalho.

Nesse sentido, a concepção espaço-temporal sobre o conceito de atingido e de impacto dos GPI Hidrelétricos introduz uma nova possibilidade para tratar a questão, que pode ser mais justa e democrática, uma vez que seu foco não se restringe apenas às perdas materiais, mas também às perdas imateriais, o que é difícil mensurar e valorar em moeda, mas possibilita colocar em mesas de negociação aquilo que é impregnado de valor seja ele material, afetivo, cultural.

Diante desse histórico de amadurecimento do conceito de atingido, Vainer (2011) considera o posicionamento do *International Financial Corporation* (IFC) (2001), órgão do Banco Mundial (BIRD), grande financiador de GPI, que pode configurar uma definição para o conceito de atingido:

A contribuição mais rica é, evidentemente, aquela trazida pelo Manual da IFC. Em todo o caso, parece consensual entre as agências multilaterais que a noção de *atingido* remete ao conjunto de processos econômicos e sociais deflagrados pelo empreendimento e que possam vir a ter efeitos perversos sobre os meios e modos de vida da população. Não existe, em nenhum caso, qualquer definição *a priori* de circunscrições territoriais *afetadas* ou de *influência*, cabendo aos estudos e ao diálogo com as populações

interessadas a identificação dos impactos e daqueles que são negativamente *atingidos* (VAINER, *Apud IFC*, 2011, p.15).

Nota-se que para um órgão multilateral como o BIRD/IFC, a tentativa de definir o atingido é bastante ousada e abrem-se espaços para fazer justiça aos atingidos por GPI, uma vez que a partir de órgãos como esses, bem como os da ONU, a exemplo da *World Commission on Dams* (WCD) (Comissão Mundial de Barragens), são boas as chances de se influenciar grandes empreendedores privados e públicos em suas relações e tratamentos com os atingidos. Isso porque, o empréstimo de recursos financeiros é condicionado ao atendimento das exigências dos referidos órgãos. De fundo o que preocupa esses órgãos são os reflexos dos deslocamentos, sejam eles físicos ou de modos de vida, das pessoas atingidas pelos GPI.

Mediante essa crescente presença de órgãos multilaterais com atuação global, bem como a tendência da concentração de negócios de GPI nas mãos de grandes corporações, como as citadas no Consórcio que construiu as barragens analisadas por esta pesquisa, é possível indagar e necessário explicitar quais as relações do conceito de atingido e de impacto, às noções de afetado e de efeitos socioespaciais. Estariam os conceitos de atingido e de impacto limitados para as novas tendências conceituais e regulatórias para se tratar os deslocamentos de pessoas, com a construção de GPI?

O impacto do GPI Hidrelétrico em um espaço gera um local atingido com todos os seus componentes bióticos, físicos e sociais. A partir desse ponto de impacto/atingido, inicia-se uma sequência de efeitos, que afetarão uma área, um território. Nesse sentido, falar de efeito de um GPI Hidrelétrico, significa que ele se dá desde o ponto específico de sua construção onde os efeitos são sentidos com mais força e que por meio da propagação afetará uma área bem mais ampla do que o ponto central de seu impacto. Sobre o afetar, a palavra em sentido definido no dicionário sugere algo que se relaciona à disseminação de

alguma doença por exemplo. Pode parecer estranho, mas pensando nos problemas e conflitos oriundos de um GPI Hidrelétrico, faz sentido fazer referência aos efeitos e aos afetados pelo empreendimento, que de fato traz o entendimento de que se “adoece” relações, realidades físicas, econômicas, culturais, identitárias, dentre outras “enfermidades territoriais”. Portanto, a intenção de se avaliar e analisar os efeitos socioespaciais relacionados às políticas de sustentabilidade do complexo hidrelétrico de Amador Aguiar I e II é lidar com escalas de análise que não se restringem apenas ao conceito de impacto e atingido, como também, os relacionados a ele, ou seja, o que gera efeito e afeta pessoas e espaços mais distantes do ponto de impacto. Esse raciocínio se justifica uma vez que a própria WCD, valoriza e orienta os empreendedores do setor elétrico mundial a incluírem a dimensão temporal do empreendimento, considerando o antes, o durante das obras e até depois de seu funcionamento. Além de considerar o que está tanto a montante quanto a jusante da barragem, indicando que “Análises cuidadosas indicariam que, ao longo do ciclo do projeto, diferentes grupos e indivíduos são afetados, de diferentes maneiras” (VAINER, 2011, p.16).

1.3 Sobre GPI e (des)estruturações espaciais

A partir da constatação exposta até aqui de que o conceito de atingido foi ampliado desde as suas origens patrimonialistas até as concepções espaço-temporais, percebe-se que a própria Eletrobrás, empresa controladora do maior grupo de empresas do Setor Elétrico Brasileiro contribuiu muito para que houvesse uma mudança de visão de tratamento com os espaços e territórios atingidos e/ou afetados por GPIH. Até o início dos anos de 1990, antes da privatização do SEB iniciado pelo governo Collor e concretizado pelo governo FHC, a

Eletrobrás de certa forma era quem regulava a política energética e mesmo que hoje não possua mais esse *status*, suas ações acabam por influenciar todas as outras empresas e concessionárias do Setor e isso ocorreu a partir do momento em que ela, originária do setor estatal, assumiu em seus planos diretores, muitas orientações regulatórias com claro perfil progressista ao contemplar as dimensões temporais em relação aos atingidos e afetados. O resultado disso reverberou em todo o Setor Elétrico Brasileiro e foi possível incluir dimensões menos economicistas nas negociações e planos diretores dos empreendimentos, o que pode ampliar a participação das comunidades ou pelo menos explicitar os conflitos que envolvem a instalação e o funcionamento de um GPIH.

Entretanto, a questão é como se dá a materialização efetiva dos planos diretores nas vidas das pessoas. Será que não são apenas discursos, e se não são discursos, onde, de fato, chega a reparação de perdas e danos materiais e imateriais? Seria apenas nas áreas de interesse da empresa que de alguma forma investe apenas onde seus lucros e/ou ampliação do capital, tendo como exemplo os programas e projetos de reflorestamento de nascentes, os de venda de lixo elétrico, os de formação de mão de obra para as suas atividades? Ou de fato o investimento existe e tem um alcance mais amplo do que no âmbito empresarial e atinge, por exemplo, os campos da educação, dos valores culturais, da participação social, dentre outros que nas ações empresariais seja possível promover alterações nas relações entre empreendedor, atingido, afetado, no sentido de se garantir direitos e autonomia das comunidades?

É esperado que a pesquisa possa apresentar algumas respostas sobre estas indagações, mas por ora é importante destacar algumas dificuldades que ainda, segundo Vainer (2011), empurram o SEB, por meio de empreendedores e concessionárias, a dificultarem as orientações de órgãos multilaterais, pois ainda há no Brasil um recente

reconhecimento de que além de impactos patrimoniais, eles são também sociais, ambientais e culturais. Até porque os discursos de empreendedores ainda são no sentido de que o atingido geralmente é visto como custos e despesas que colocam em risco as margens de lucros desejadas e, além disso, dificilmente os GPI observam os custos com os efeitos mais amplos, para espaços além das barragens. Analisando relatórios de sustentabilidade de empreendedores do setor elétrico, nota-se crescente inclusão de preocupações com a chamada sustentabilidade e responsabilidade social, mas que normalmente se restringem ao interior da empresa e quando fora dela, são inserções de pequena escala que mais garantem um *marketing* empresarial ou apenas cumprimentos legais específicos como, por exemplo, na proposição de plano diretor de alcance local, municipal e regional em alguns casos, que quase sempre não sai do papel, inclusive porque esbarram em burocracias dos poderes públicos nas esferas municipal, estadual e federal.

Sobre as dificuldades do setor elétrico em avançar nas questões relacionadas ao tratamento e relação com os espaços e pessoas atingidas e afetadas, Vainer (2011) aponta as seguintes situações:

1. O problema é menos conceitual e mais de resistência das empresas e seus quadros técnicos que não abrem mão das posturas de concepção territorial-patrimonial e hídrica, o que muitas vezes conduz os atingidos e afetados a estabelecerem processos judiciais que acabam elevando, desnecessariamente, os custos financeiros, sociais, políticos e institucionais. Justamente por isso é difícil imaginar que os discursos de sustentabilidade assumidos pelas empresas do setor elétrico e mesmo por tantos outros GPI, como os citados no início deste trabalho, possam de fato se efetivar na perspectiva de quem é atingido e afetado, pois uma nova lógica no

tratamento das questões não pode ser a lógica atual de custos e lucros existentes nas empresas.

2. As empresas de consultoria que produzem Estudos de Impacto ao Ambiente (EIA) e de Relatório de Impacto no Meio Ambiente (RIMA) atualmente exigidos por Lei, quase sempre se tornam documentos de propaganda do empreendimento, afastando-se do objetivo de levantar os impactos para serem mitigados, ressarcidos, compensados ou reparados. De outro lado também, as agências e órgãos ambientais de licenciamento sofrem pressões políticas e licenciam o que não está claro em relação ao tipo de impacto e tipo de atingidos, frequentemente pouco identificados e, por isso, menos equacionados.
3. Falta a retomada, por parte do SEB, dos documentos da Eletrobrás de 10 anos atrás para atualizá-los com literatura e estudos recentes. Vainer conclui que se esse trabalho for iniciado pela Eletrobrás, significaria influenciar todos os GPI Hidrelétricos.

A partir dessas questões Vainer (2011) apresenta uma série de variáveis que serviram e servem de critérios de avaliação, para a Eletrobrás, sobre a relação de GPIH com os atingidos. Esses critérios vão desde os princípios de compensações financeiras aos de mitigações com o ambiente e a cultura.

As diretrizes que no passado nortearam os trabalhos da Eletrobrás estão coadunadas com princípios de órgãos multilaterais financiadores de GPI e que podem fazer muita diferença nas relações entre capital e trabalho nos territórios onde se instalam as barragens. Todas as atividades do SEB atingem e produzem efeitos sobre o território. Em função disso, espera-se que a discussão realizada, possa contribuir para o entendimento de que o conceito de impacto e atingido esteja muito mais para referenciar as situações tratadas pelas

concepções territorial-patrimonialista e hídrica que por vezes circunscrevem-se aos espaços e territórios dos locais à margem do reservatório. Já os efeitos e afetados também contemplam as concepções citadas, mas vão além, ou seja, propagam-se para espaços e territórios mais distantes do reservatório que, dependendo de sua localização, podem exercer influências, locais, microrregionais, macrorregionais, nacionais e até internacionais como é o exemplo da UHE de Itaipu, no estado do Paraná, fronteira com o Paraguai e Argentina, que torna-se exemplo da dimensão que pode tomar um GPI Hidrelétrico em todas as escalas citadas.

O desenvolvimento desta pesquisa exigiu diferenciar ou delimitar a definição de impacto/atingido da definição de efeito/afetado, justamente para valorizar a compreensão sobre os possíveis eventos, sob a alçada do GPI Hidrelétrico, constituintes das chamadas políticas de sustentabilidade.

Esta diferenciação entre atingido e afetado relaciona-se diretamente aos conceitos de espaço e território na Geografia e, particularmente, nessa pesquisa. Para a proposta de discussão sobre que tipo de política e prática de sustentabilidade está sendo construída ou não em um Grande Empreendimento Hidrelétrico, o espaço serve como categoria filosófica de análise da riqueza dos bens naturais que são apropriados de forma privada e o território serve como categoria de análise e compreensão de uma dada escala espacial que expressam relações de poder, contradições e conflitos de apropriação do espaço, da propriedade dos meios de produção e da existência de classes sociais antagônicas. Sendo assim, é por meio da análise do espaço e do território é que se pode chegar a uma compreensão das modificações promovidas por GPIH, que impõem aos lugares onde são instalados uma série de trocas econômicas, culturais e simbólicas que rompem escalas tradicionais de ação sobre o território. É nesse sentido que esta pesquisa coloca o enfoque da dinâmica de

territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR) (SAQUET, 2007. HAESBAERT, 2006) como uma forma de compreender as dinâmicas socioespaciais que ocorreram na Área Diretamente Atingida (ADA) pelo Complexo Energético de Amador Aguiar, inundando territórios e criando um novo território, denominado de Área de Entorno (AE).

A territorialização neste trabalho pode ser entendida como a maneira pela qual o espaço é apropriado pelo GPIH, e transformado em um outro tipo de território. Segundo Raffestin (1993) esse processo pode ocorrer de duas formas, a saber, concretamente quando os limites são representados e efetivados, e abstratamente quando os limites são idealizados. Nesse sentido, a “apropriação” cria uma ligação entre o executante e o espaço, formalizando o domínio do território. Ou seja, o espaço passa a ser territorializado quando se efetiva uma dada permanência que transforma a natureza por intermédio do trabalho e o modo de produzir riquezas de forma organizada. Nesse sentido, observa-se que a implantação de um GPIH implica nesse processo citado de apropriação da natureza e a impressão de suas marcas no espaço apropriado, caracterizando-se como um novo território, em relação ao tempo anterior à sua implantação e operação. É dessa forma que o território se apóia no espaço e é assim que se dá uma territorialização. É partir dessas ideias básicas de Raffestin que Haesbaert (2002) propõe uma compreensão mais abrangente e atualizada da territorialização, apontando que nesse processo existe a dialética da desterritorialização que é “o conjunto de múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade” (HAESBAERT, 2002, p.45).

Essa definição amplia a possibilidade de análise de Raffestin. Sugerindo a multiplicidade de dimensões, indica a simultaneidade e concomitância espaço-temporal,

onde novos elementos passam a fazer parte da valorização material do espaço, incluindo as necessidades ambientais. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a instalação de um GPIH se apropria de um espaço, anteriormente territorializado por outras formas de apropriação, assiste-se a introdução de novas relações de poder que ao serem apropriadas tanto por quem o detém, quanto por quem fica refém, sejam as pessoas ou ecossistemas, passam por um processo de desterritorialização (a anterior) e reterritorialização (conforme as novas regras de apropriação). Nesse processo territorial, o da desterritorialização possui um forte sentido de exclusão socioespacial. Por mais que ocorram negociações efetivas entre os representantes de GPIH e comunidades atingidas e afetadas, sempre haverá concretamente ou sentimentalmente a ideia de desconstrução de um território pré-existente. É a partir disso que muitos autores têm investigado os processos de “desenraizamentos” tão presentes na sociedade contemporânea.

A reterritorialização na dinâmica territorial tem como indicativo analítico a construção de novos lugares. Estes podem ocorrer pela “reapropriação política ou simbólica do espaço (HAESBAERT, 1997, p.117). Isso implica que tanto por parte dos GPIH quanto dos atingidos e afetados, no espaço de conflitos de interesses e intenções no processo de desterritorialização, assiste-se a uma nova territorialização. Interessa-nos neste trabalho averiguar como soluções consideradas endógenas localizadas nas áreas diretamente atingidas, favorecem a novas reterritorializações ou não, particularmente no que se relaciona às políticas ditas de sustentabilidade. Isso só é possível quando se desenvolve um sentimento de pertencimento a um lugar. Portanto, a reterritorialização só ocorre quando o espaço geográfico de localidades desterritorializadas se distingue de outros territórios.

Particularmente no SEB, as ações dos GPIH obedecem a uma legislação que pretende uniformizar as ações, mas em contato com uma diversidade de territórios, na verdade

assiste-se a uma pluralidade de desterritorializações e reterritorializações que merecem ser explicitadas.

Por isso a necessidade de conceber uma nova forma de construir o território pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada. Isso implica questões de controle, “ordenamento” e gestão do espaço, onde inserem-se também as questões ambientais, questões estas relacionadas a macropoderes políticos e também a micropoderes, muitas vezes simbólicos, além de considerar o caráter integrador tendo o Estado com o seu papel gestor-redistributivo, lidando com todas as dimensões múltiplas do espaço social.

O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido. Por isso é fundamental contextualizar historicamente o “território” com o qual se propõe a trabalhar.

A “experiência integrada” do espaço a que se refere Haesbaert (2006) somente é possível se houver articulação em rede por meio de múltiplas escalas que, muitas vezes, se estendem do local ao global. Fica evidente a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço híbrido, numa complexa interação tempo-espaço, na indissociação entre movimento e (relativa) estabilidade. Dessa forma, o território pode ser concebido a partir de imbricação de múltiplas relações de poder, desde a materialidade das relações econômico-políticas ao poder simbólico, mais cultural. Nos discursos sobre a desterritorialização essa noção “híbrida” de território em geral está ausente ou, quando aparece, é para justificar a própria perda do território, recaindo nas formas compartimentadas de noções de territórios. Objetiva-se com essas ideias consolidar ainda mais o propósito desta pesquisa de lançar, neste contexto relações de poder e entre poderes, interpretações sobre os GPI Hidrelétricos com mais profundidade do que

normalmente se vê em relatórios de impacto ambiental e de políticas públicas para o setor da energia elétrica, restritos a uma visão estritamente macroeconômica.

No próximo capítulo o objetivo é compreender melhor o papel dos GPIH, no contexto do funcionamento das instituições econômicas e governamentais, sob a ótica de teorias institucionalistas e sua relação na perspectiva de velhas e novas governanças.

CAPÍTULO II



O INSTITUCIONALISMO ECONÔMICO E NOVAS GOVERNANÇAS

Os GPI Hidrelétricos, por fazerem parte de uma Política Setorial Nacional, guardam forte tendência histórica e cultural de centralização do planejamento e do desenvolvimento territorial, quase sempre minimizando e mesmo desconsiderando a relação desses empreendimentos na questão regional e local. Pontuada então a posição dos GPI Hidrelétricos e suas relações com os atingidos e afetados, propõe-se aqui o entendimento do funcionamento das instituições econômicas no capitalismo até para compreender e lidar com as relações existentes entre atingidos e afetados, objetivo maior desta pesquisa. Sendo assim, propõe-se dialogar com diversos autores que pensam sobre o funcionamento das instituições econômicas e o seu reflexo sobre o território, ou seja, sobre os construtos e resultados das ações humanas sobre o espaço ao longo do tempo, o que reforça a compreensão do espaço geográfico onde instalam-se as barragens e a consequente formação do reservatório das águas que permitem gerar a eletricidade, força energética que a sociedade contemporânea privilegia no modelo de produção e de consumo.

Por essa importância social, mais uma vez justifica-se que a construção de um aproveitamento hidrelétrico com certeza não se restringe à área onde se constrói a geração de energia por meio de reservatórios hídricos, pois é a partir dele que existe todo um processo de transmissão, distribuição e comercialização, que amplia seus raios de ação, influenciando e afetando um amplo espectro social.

Nesse sentido, considerando o conceito de GPI, procurou-se destacar a teoria do institucionalismo e nela a Nova Economia Institucional (NEI) que permeia o funcionamento do SEB, ao mesmo tempo em que se recorre à teoria da Nova Sociologia Econômica (NSE), para identificar o papel do Capital Social, particularmente nas comunidades atingidas por GPI Hidrelétricos, a fim de se identificar e refletir sobre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que ocorrem nas referidas localidades. Por se tratar de uma discussão sobre um recurso econômico estratégico para economias nacional e internacional, como o da geração de energia elétrica, queremos identificar as relações conflituosas entre as escalas locais e globais dos GPI e para isso é fundamental pontuar alguma teoria que faça a reflexão sobre o que chamamos de globalização, tanto na perspectiva do capital em si, quanto na perspectiva do trabalho, para fazer frente aos mandos e desmandos verificados nas localidades e regiões onde se constroem represas de aproveitamento hidrelétrico. Com isso espera-se contribuir para a compreensão sobre os conflitos, nem sempre explicitados e/ou compreendidos, tanto pelos atingidos e afetados dos GPI Hidrelétricos, quanto pela população como um todo.

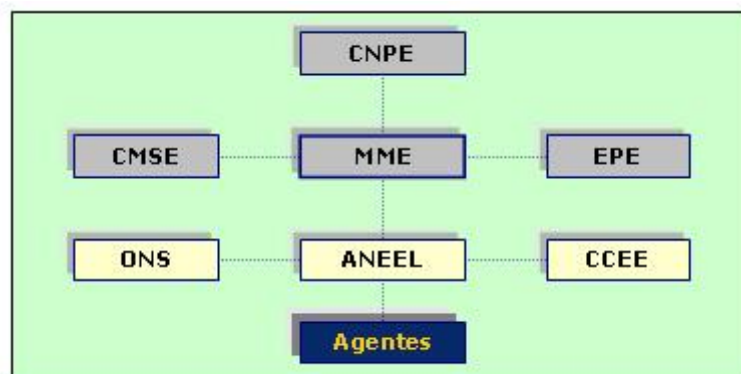
2.1 Setor Elétrico Brasileiro e economia institucionalista

O Setor Elétrico Brasileiro (SEB) em uma perspectiva puramente economicista é assim composto, conforme constata-se em documentos da ONS Operador Nacional do Sistema (ONS):

O Setor Elétrico Brasileiro – SEB opera sob concessão, autorização ou permissão do Estado provendo serviços públicos de eletricidade à população. Presentemente é o serviço público na área de infraestrutura com maior extensão de atendimento, superior a 98% da população, portanto, próximo à universalização. O marco regulatório do SEB, que passou por processo de revisão a partir de meados da década de 90, foi consolidado pela Lei 10.848/2004, onde estão estabelecidas as regras que definem o seu funcionamento, nas atividades típicas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Enquanto serviço público exercido sob concessão, autorização ou permissão do Estado, o funcionamento do SEB é altamente regulamentado, o marco definindo extensivamente as atribuições, direitos e deveres do Poder Concedente, Agência Reguladora, Entidades Setoriais e Agentes, tudo com o objetivo fundamental de assegurar a gestão do compromisso da segurança do suprimento e modicidade tarifária no curto, médio e longo prazos. O marco atribui ao Poder Concedente, além de suas responsabilidades típicas de Estado como a definição da matriz energética nacional, assegurar o equilíbrio oferta / demanda no curto, médio e longo prazos: para tanto reserva-lhe o planejamento e a gestão da outorga dos empreendimentos de expansão da oferta, bem como a tomada de ações, regulamentadas, para gestão da continuidade do suprimento no curto / médio prazos. (Aneel, 2011)

O Modelo Institucional do SEB pode ser representado pelo diagrama da figura 1:

Figura 1. Modelo institucional do SEB



Fonte: Aneel (2011)

As atribuições gerais de cada órgão do modelo institucional acima descrito são as seguintes:

- CNPE – Conselho Nacional de Política Energética: homologa a política energética em articulação com as demais políticas públicas.
- MME – Ministério de Minas e Energia: formula a implementação de políticas para o setor de energia, de acordo com as diretrizes do CNPE.
- CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico: monitora as condições de atendimento e recomendação de ações preventivas para garantir a segurança do suprimento.
- EPE – Empresa de Pesquisa Energética: executa estudos para definição da Matriz Energética e planeja a expansão do setor elétrico (geração e transmissão).
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica: regula e fiscaliza o Setor, zelando pela qualidade dos serviços prestados, universalização atendimento e pelo estabelecimento de tarifas para consumidores finais, preservando a viabilidade econômica e financeira dos Agentes de Comercialização.
- ONS – Operador Nacional do Sistema: coordena e controla a operação do Sistema Integrado Nacional (SIN); administração da transmissão.
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: administra contratos, liquidação do mercado de curto prazo, leilões de energia.

Percebe-se que na definição da ONS para o SEB há uma ascendência forte do papel do Estado Brasileiro como o centralizador do modelo adotado. Para a compreensão desse perfil, convém relatar a história da energia elétrica no Brasil que nasceu sob a forma de monopólio da produção e distribuição que ficava a cargo de duas empresas estrangeiras: a canadense *Light and Power Energy* (com grande atuação no estado de São Paulo) e as norte americanas *Electric Bond and Share* e *Amforp*, com atuação maior no estado do Rio de

Janeiro. Entretanto, era explícito o papel da *Light* que acabava dando um tom político e econômico ao setor. Atualmente a *Light* foi incorporada pelo Grupo Cemig.

O monopólio de geração e distribuição de eletricidade no eixo São Paulo-Rio se dá principalmente a partir da década de 1940 e particularmente no período após o término da II Guerra Mundial, quando o Brasil continha um movimento interno de tentativa de ampliar o seu parque industrial demandando, portanto, muita energia elétrica. É possível afirmar que o nosso país vivia um *boom* de crescimento econômico e na dependência de duas empresas estrangeiras para atender à demanda.

Nesse período de monopólio, temos um momento determinante para os rumos do SEB. Tratam-se dos históricos “apagões” registrados no período de 1940 a 1950 particularmente no eixo São Paulo-Rio de Janeiro e mais especificamente na região da atual grande São Paulo propiciando no meio político um discurso nacionalista para a produção de energia elétrica no Brasil.

Era perceptível naquele momento histórico e nas características sociais e espaciais daquele ciclo de crescimento econômico brasileiro, o registro de vários problemas de dificuldades no deslocamento nos transportes elétricos, na iluminação pública, em anúncios luminosos, em indústrias e hospitais que tiveram que gerar a sua própria energia elétrica, por meio de motores a diesel.

Contraditoriamente, no mesmo período a *Light*, por meio da empresa *Brazilian Traction Light and Power*, obteve o apoio governamental em ato praticamente inconstitucional, de conseguir empréstimos estrangeiros para investimento no setor elétrico.

Ocorre que estranhamente a empresa que contraiu o empréstimo repassava os dólares, no caso, para a *Light*, com cobrança de juros superiores àqueles contraídos no empréstimo, o que mostra claro sinal de especulação financeira com dinheiro que deveria

ser público. Essa situação foi envolvida de muita polêmica no Congresso Nacional. Isso também permitiu a crítica de Barbosa Lima Sobrinho (1963) que chamou essas empresas de Máquinas para Transformar Cruzeiros em Dólares.

Diante do impasse entre os interesses das concessionárias, do Governo Federal e da população, assistiu-se a diferentes iniciativas. A *Light* e a *Bond and Share* procuraram ampliar a geração de energia elétrica nas usinas existentes e planejaram a construção de usinas maiores nos Rio Grande, fronteira com Minas Gerais, e no Rio Paraná.

Diante da seriedade da crise, o Governo Federal cria a Eletrobrás em 1954 (Eletrobrás, 2011) para regular de forma mais efetiva a geração, transmissão e distribuição de energia. Ainda sob os ventos da Revolução de 1930 e do segundo Governo de Getúlio Vargas, temos no Brasil um crescente movimento nacionalista, privilegiando a estatização dos serviços públicos essenciais, como o da energia elétrica, com o discurso de colocar barreiras ao imperialismo.

Nessa perspectiva, é notável o número de empresas mistas criadas no setor elétrico, como a CEMIG em Minas Gerais, a CESP em São Paulo. Essa tendência intensifica-se, principalmente a partir da década de 1960, período em que os Grandes Projetos de Investimento (GPI) passam a ser executados, a exemplo de Furnas, no município de São José, antiga área do município de Passos, da Usina de Peixoto em Ibiraci-MG, as Usinas de Jupia e Ilha Solteira no Rio Paraná. O sistema Eletrobrás passa a ter papel centralizador dos sistemas a partir da década de 1970, e passa a descartar os interesses da *Light* e empresas estrangeiras diversas no aproveitamento energético de Sete Quedas, futura região da Itaipu.

A partir da década de 1970 com a invasão das multinacionais no Brasil, a política energética mudou de forma drástica, pois a intenção passou para o investimento de mega-projetos de usinas, a começar de Jupia, Ilha Solteira e Itaipu. A justificativa oficial era de que

nosso setor industrial de automóveis, eletrodomésticos e indústria pesada crescia e, com ele, aumentava mercado interno de consumidores, o que exigia a ampliação do negócio elétrico no Brasil.

Dessa forma, a partir de meados da década de 1970, com o início da operação de Itaipu, passamos da condição de regime de restrições, racionamento e até ameaça de colapso, a um regime de sobra de energia elétrica o que perdurou nas décadas de 1980, 1990, tendo uma ligeira ameaça apenas no início da primeira década do século XXI, a crise elétrica verificada no Governo FHC e mais recentemente sinais de “apagões” no início dos anos 2000 e 2009 durante o governo Lula e no ano de 2012 no governo Dilma Rousseff.

Entretanto, ao verificar o atual modelo do SEB e pela definição citada pela ONS, convém salientar que essa geopolítica da energia elétrica no Brasil nunca colocou em foco os efeitos sociais e espaciais que a história da geração, transmissão e distribuição da energia provocou e provoca nas comunidades e nos lugares onde foram implantados os GPI Hidrelétricos.

Portanto, se até a década de 1990 o SEB tinha um modelo essencialmente estatal, mesmo com a expansão do chamado neoliberalismo e com ele o da desestatização do setor público como um todo, o que se registra é que mesmo com as sucessivas reformas governamentais que introduziram uma participação maior do capital privado no SEB esse ainda foi e é um setor econômico que se mantém sob as “rédeas” do Governo Federal.

Compreende-se dessa forma, o organograma vigente do SEB (Figura 1), que de certa forma apresenta uma estrutura um pouco mais descentralizada do que no passado. Entretanto, na tentativa de descentralização ainda é acanhada a participação representativa efetivamente popular, no que se relaciona dar voz às comunidades atingidas e afetadas por GPIH. Soma-se a essa situação que a maior presença de instituições financeiras

internacionais no financiamento de GPIH, obrigou a inclusão de cláusulas nos contratos que exigiam e exigem a participação social para as questões ambientais e socioespaciais, a contragosto da velha tradição de que os grandes empreendimentos faziam o que queriam nas regiões onde se instalavam. Portanto, paradoxalmente ao paradigma capitalista, algumas instituições impõem a participação da população (ricos e pobres) para se aprovar projetos de grande porte. Hoje é visível o discurso oficial do SEB no que se relaciona a políticas econômicas dos empreendimentos aliados às questões ambientais, culturais, sociais, a ponto de tentarem viabilizar o que chamam de política de sustentabilidade dos empreendimentos, o que exige estudos para compreender os efeitos geográficos efetivos dos GPI Hidrelétricos.

A sistemática de Inserção Regional (IR) dos empreendimentos do Setor Elétrico, particularmente os hidrelétricos, aparece em documentos da Eletrobrás (particularmente o Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico (PDMA), desde 1986 e cada vez mais assume a exposição de experiências e reflexões sobre as dimensões socioambientais. É perceptível que a partir do II PDMA (1990), a Eletrobrás assume que as instalações de energia elétrica podem acarretar rupturas nos sistemas físico, biótico, socioeconômico e cultural dos locais e regiões e que elas vêm ganhando significativa importância, por 3 razões: a) legislação ambiental cada vez mais complexa, b) crescente mobilização da sociedade, particularmente dos afetados e c) avaliação da experiência passada do próprio Setor. Isso reforça inclusive o que foi apresentado neste trabalho sobre as diretrizes que a Eletrobrás adotava nos anos 90 e que de certa forma foram se perdendo a partir daquela década.

A inserção disso no SEB não foi gratuita. O Setor resistiu enquanto pôde às pressões de agências multilaterais, movimentos sociais e legislação. Mesmo assim a IR ainda não é assumida unanimemente pelas concessionárias que, ao implantar novos empreendimentos,

alegam que IR é questão que deve ser assumida por outras esferas do poder público e que se envolver nisso seria extrapolar a competência do SEB.

Em função dessa realidade, existem duas posições dos GPI Hidrelétricos em relação à questão da IR. uma em que esta se concretiza com esforços que visam integrar o espaço regional onde se instala com a infraestrutura da obra e àquilo a ela associado. A outra posição tem uma interpretação mais abrangente e defende que a IR envolva o GPI em contexto mais amplo de desenvolvimento regional, que vá além da geração de energia elétrica. Nesse sentido, observa-se que a primeira posição ainda é a que prevalece nos GPI.

Em termos institucionais equivale dizer que um grupo é aquele ainda defensor dos GPI que se volta apenas ao impacto e ao atingido pelo reservatório e o segundo grupo é aquele que pensa na concepção espaço-temporal dos grandes empreendimentos, considerando não só o local em si impactado, mas a sua inserção em escalas mais amplas.

Enquanto as propostas da IR de estudiosos como Vainer (1992) propõem deliberada e de forma planejada a (re)organização do território, o SEB recusa-se em assumir as consequências do processo de desestruturação/reestruturação dos espaços regionais por ele provocado e considera como *região de intervenção*, tão somente o espaço (território) capaz de interferir e criar obstáculos ou resistências ao projeto. Existe, portanto, uma intenção consciente de ação do SEB.

Expostas as questões que envolvem o SEB em relação aos territórios onde se instalam os GPIH, é possível recorrer à Economia Institucionalista para compreender um pouco dos posicionamentos de autores que a pensam. Nesse sentido, a discussão proposta pelo autor português José Reis (2007), que identifica uma problemática teórica da economia, rival da ortodoxia convencional. Esse autor quer demonstrar que os comportamentos dos indivíduos e dos atores sociais e as dinâmicas dos espaços econômicos não são apenas o resultado de

uma única lógica de cálculo e de racionalidade, nem de uma forma única de governança, mas também de vínculos com culturas, sistemas de valores, hábitos, rotinas, regras, instituições. Ou seja, os vínculos estabelecidos sobre um território, e aqui frisa-se que os GPIH são produtos de ações humanas que se fixam através de conflitos ou consensos e revelam intencionalidades. Essa ideia inclusive comunga com o pensamento registrado no capítulo I por Martins que valoriza o registro e a explicitação dos “produtos sociais e territoriais” gerados pela resistência dos atores que sofrem impactos e efeitos dos GPIH.

Nesse sentido, o modo como um país ou região se estruturam e posicionam em um contexto mais amplo, não é apenas resultado dos recursos ou da tecnologia de que dispõe ou da sua dimensão, mas também de valores, lógicas sociais e políticas, que consolidam uma determinada configuração institucional. Portanto, na história relatada sobre o Setor Elétrico Brasileiro é possível identificar que apesar da forte tendência centralizadora dos poderes decisórios que o envolvem, a pessoas, as comunidades e a região onde se instalam o GPIH acabam imprimindo particularidades no efetivo funcionamento desses empreendimentos, mesmo que na tentativa de impor modelos. No encontro entre forças políticas e poderes, revelam-se particularidades muitas vezes desconsideradas por pesquisadores.

Por isso a importância de se considerar a contribuição como a de Reis, que entende a instituição como sendo um conjunto de

...regras formais e informais que definem o nosso contexto de acção e o jogo da vida e através das quais estabelecemos a substância da vida social e os valores prioritários em que ela assenta. Mas são também o *Estado* e a sua estrutura, natureza e forma de representar os cidadãos e o colectivo, o *mercado* e o significado da troca e do negócio na calibragem da sociedade, a *comunidade* e as relações horizontais de proximidade que nos integram socialmente e criam densidades territoriais específicas, as cidades e as regiões são exemplos, as *empresas* e os modos como se organiza a produção e a criação e distribuição de riqueza, as *associações* e as formas de expressão da organização colectiva dos cidadãos, as *redes* e o desenvolvimento de formas relacionais de organização de actores, processos e territórios (REIS, 2007 p.8).

Portanto, nota-se a riqueza de dimensões explicitadas pelo autor quando se quer compreender o funcionamento, os reflexos e os produtos da realidade institucional.

Desse modo, a contribuição de Reis para uma compreensão dos GPI Hidrelétricos centra-se no fato de encontrar na economia e na teoria econômica explicações para o funcionamento das instituições. Sua concepção não fica restrita às tradicionais teorias clássicas macroeconômicas, ao contrário, avança na consideração das dimensões coletivas e imateriais da fenomenologia econômica, assim como para o nível político das mesmas. Isso implica considerar que o debate econômico é muito mais plural e diversificado do que muitas vezes se supõe e ao que veio a ser denominado economia institucionalista. Ou seja, se os GPI Hidrelétricos fazem parte de uma Política Setorial de Estado e de Governos, é fundamental considerar, além dos aspectos mais amplos da economia, também aqueles que perpassam entre as relações de atores diferentes e que, portanto, configuram-se os territórios, sendo estes os campos principais para o entendimento da vida e da sua complexidade. Enquanto pensador da economia é perceptível que Reis (2007) tem uma *obstinação* em entender a economia para além do convencional, mas principalmente como uma disciplina em que atores, contextos, instituições, culturas, regras sociais, contingência, diversidade, o inesperado e o território são fundantes de um lado impuro da formação dos processos concretos.

O referido autor ainda destaca a “onda” global que privilegia lógicas claras, uniformizadoras, poderosas, exteriores aos países, às regiões, às pessoas e aos grupos; a isso ele chama de explicação *globalista*. O que se encontra na sociedade são entendimentos plurais, níveis diversos de explicação, dinâmicas variadas, processos, atores e contextualidades que marcam os sistemas coletivos e suas interações.

Em função disso, Reis (2007) lança uma questão importante: chegarão essas mudanças (do mundo dito global) para definir, de forma auto-suficiente, um paradigma social integralmente explicado por elas? Ele acredita que não, pois o mundo não se resume em mobilidades e desterritorializações em um mundo “plano”, mas também proximidades e contextos de um mundo com relevos, arquipélagos, descontinuidades, passagens estreitas e sobretudo, turbulência. Por isso a sua crítica aos entendimentos *funcionalistas* na economia, pois o mundo não se cansa de nos surpreender. O inesperado entra todos os dias pela porta adentro. Dessa forma, parece existir uma possibilidade de se pensar como se dão as conflitantes relações existentes no âmbito do SEB, particularmente quando se planeja e executa um GPI Hidrelétrico. Infelizmente ainda prevalece na interpretação institucional econômica o viés de se explicitar esses empreendimentos puramente no plano econômico e, invariavelmente, tenta-se mascarar ou calar as *rugosidades* (SANTOS, 2004) existentes em todo e qualquer fenômeno econômico. Assim como na Economia, a Geografia enquanto disciplina, é um instrumento para entendermos a vida, o coletivo, as trajetórias, as deliberações sobre as ocupações do espaço e os usos dos territórios.

2.2 Trilhas para o estabelecimento de uma concepção de GPI Hidrelétrico

Estabelecidas as concepções teóricas para auxiliar a discussão e a compreensão baseadas em um institucionalismo econômico de perfil plural é possível apontar estudos que possam discutir sobre os GPI Hidrelétricos para além de como estão hoje, planejados e implementados de forma unilateral, independentemente da complexidade que os envolvem nas localidades onde são instalados. Inicialmente é interessante recorrer às formulações de Ortega (2008) no que se relaciona à sua discussão sobre política de desenvolvimento

territorial, particularmente sobre as estratégias de planejamento econômico e seus reflexos sobre o desenvolvimento territorial.

O referido autor cita dois tipos de políticas de desenvolvimento territorial. Uma é a chamada estratégia *Top-down* (de cima para baixo), em que o desenvolvimento local é planejado pelo governo. Essa estratégia de desenvolvimento é a que mais caracteriza os GPI, pois as decisões sobre os usos dos espaços e dos territórios são estabelecidas privilegiando-se as dimensões estritamente econômicas em detrimento de necessidades sociais mais amplas, principalmente no que se relaciona a direitos e a sobrevivências culturais, sentimentais, de memória coletiva e mesmo de reorganização das pessoas na perspectiva do trabalho. Ou seja, prevalecem decisões na perspectiva do capital. Por isso dizer que a estratégia *Top-down* se relaciona praticamente às atividades de infraestrutura como o é o Setor Elétrico.

A outra é a chamada estratégia *Buttom-up* (de baixo para cima): quando o planejamento se dá de forma descentralizada, por meio da participação das esferas públicas e privadas locais. Normalmente é uma estratégia caracterizada pelas parcerias entre governo e sociedade local, o que implica na demanda de uma maior organização da comunidade. Os objetivos desse tipo de desenvolvimento territorial são centrados no fortalecimento da organização social. Por isso, segundo Ortega, essa estratégia é caracterizada por:

- 1) consideração dos aspectos sociais da localidade;
- 2) maior conhecimento das necessidades das famílias e das características locais o que pode aumentar a eficiência na exploração de suas potencialidades e;

3) maior comprometimento da comunidade com o êxito dos programas implementados.

Tudo isso fomenta a democracia local e imprime maior legitimidade e eficácia aos modelos de desenvolvimento local.

Portanto, a estratégia *Buttom-up* ainda está longe de ser efetivamente assumida pelas políticas do Setor Elétrico Brasileiro que, excetuando-se ações menores de inclusão social dos GPI Hidrelétricos, principalmente em relação ao que a legislação prevê de exigências compensatórias e mitigadoras de suas construções, nunca foi aberto, efetivamente, um diálogo com a população local a fim de que se construam consensos que possam contemplar tanto as esferas públicas, quanto as privadas.

Ortega (2008) chama a atenção sobre a estratégia de planejamento *Buttom-up*, citando vários estudos de planejamento descentralizado realizados por Janvry e Soudolet (2002), na Bolívia em 1994, na Colômbia em 1993 e no México em 2002, em que com as devidas diferenças nas experiências desses referidos países, os resultados não foram muito satisfatórios. Entretanto, o autor destaca que todas elas resultaram em fator positivo de ter crescido entre a população local, um senso de organização social e participação dos eventos econômicos. Em relação a isso, nos GPI Hidrelétricos, a exemplo de obras como as Vainer (1992), Sigaud (1986, 2006), Silva (2007, 2009), assim como em grupos de pesquisas como o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Efeitos de Grandes Empreendimentos (NEPEGE) do Instituto de Geografia (IG) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que apresentaram resultados de investigações sobre os efeitos dos deslocamentos de populações em função de construção de barragens hidrelétricas, é possível identificar uma série de problemas sociais e econômicos locais e regionais que afetaram desde os trabalhadores rurais, até os pequenos, médios e grandes proprietários de terra, além de trabalhadores urbanos e a dinâmica de comércio, antes durante e principalmente depois da construção dos GPIH. Ao

mesmo tempo em que os estudos demonstram uma desarticulação e porque não dizer, desterritorialização e reterritorialização das localidades atingidas e afetadas, identifica-se também o fator positivo de crescer entre a população o senso da necessidade de organização social e de participação mais efetiva nas decisões e/ou administração dos efeitos dos GPIH.

Ainda segundo Ortega, em relação à sua interpretação sobre os efeitos da estratégia *Bottom-up* para o desenvolvimento territorial, o mesmo recorre a Moyano-Estrada (1999), para explicar que para que a estratégia descentralizada do planejamento econômico seja satisfatória é preciso que a comunidade esteja integrada de forma sólida em torno de um objetivo comum sem, contudo, desconsiderar os possíveis conflitos sociais (intra e interclasse). Nesse sentido, Ortega (2005) cita 4 equívocos comuns verificados em planejamentos com base na estratégia *Bottom-up*:

- 1) desconsideração do ambiente macroeconômico;
- 2) minimização de diferentes estruturas das classes sociais;
- 3) minimização dos papéis do espaço e das políticas nacionais e;
- 4) a consideração da história e a inserção da ordem capitalista.

São justamente esses 4 equívocos identificados por Ortega que merecem consideração em uma análise sobre conflitos de localidades que foram, são e serão atingidas e afetadas por GPI Hidrelétricos, ou seja, por se tratar de uma política econômica setorial do Governo Brasileiro que invade diretamente a vida social e econômica de comunidades e regiões inteiras e na tentativa de se estabelecerem políticas inclusivas nos espaços e territórios de ação dos grandes empreendimentos hidrelétricos, é mister identificar como ficará o local e a região em relação ao ambiente macroeconômico, além de verificar como são efetivamente as características e o funcionamento das estruturas das classes sociais da

localidade, as condições e/ou papéis locais e regiões face à esfera nacional em relação ao SEB e a própria história do lugar, da região, na história mais ampla da ordem capitalista.

Portanto, não se trata de defender unilateralmente a estratégia *Top-down* ou *Bottom-up*, mas as confluências possíveis entre ambas uma vez que é fato que as forças de poder se localizam tanto nas estruturas macro, quanto nas microeconômicas. Não é tarefa simples, muito menos inocente. Ortega, por exemplo, reconhece que a combinação entre as duas formas de estratégias de planejamento possuem dificuldades e constituem um desafio complexo e difícil. Ele recorre a Schejtman e Berdegú (2003) para explicar que a articulação entre as duas estratégias exige um poder central forte, não somente por sua capacidade de financiamento de infraestrutura básica do desenvolvimento local, como também em sua capacidade de influenciar os grupos políticos locais para fazer valer uma distribuição adequada e justa e não assimétrica. Portanto, é evidente que o desenvolvimento necessita de estratégias de atuação local e central para que os benefícios sejam potencializados.

Ortega ainda afirma que o grande desafio do desenvolvimento é o de combinar as duas formas de planejamento: desde cima, com políticas estruturantes para a realidade local e desde baixo, com projetos viáveis, elaborados com participação com base em pacto territorial. Entretanto, muitos cientistas são céticos e apontam para uma crise do desenvolvimento que dificulta a superação do subdesenvolvimento e por isso a ideia de que continua sendo um mito. Diante disso, não é possível ignorar a diversidade de contextos, de determinados momentos históricos, ou seja: espaço e tempo não poderiam ser analisados separadamente. Nesse sentido, qualquer intervenção em determinado local e/ou região que possua ou venha a possuir um GPI Hidrelétrico, deve considerar essas conjugações de forças, de poderes, desde cima e desde baixo, em nome do desenvolvimento tanto dos lugares

onde estão quanto do território nacional. Nesse encontro de forças é que se dão as possibilidades ou não do desenvolvimento e do subdesenvolvimento de um território.

Portanto, atualmente é condição *sine qua non* voltar os olhos para os efeitos socioespaciais dos lugares e regiões onde os GPI Hidrelétricos são instalados, como forma de se discutir, propor e construir modelos de desenvolvimento territorial inclusivos em nome de se abrir a perspectiva de se promover o desenvolvimento territorial com base endógena e que conduza a processos de inclusão social que efetivamente alcance os grupos mais pobres das localidades atingidas e afetadas por GPIH. Ortega afirma que, em relação às suas pesquisas em territórios rurais, não se pode prescindir de políticas nacionais que promovam de fato o desenvolvimento, uma vez que os arranjos socioprodutivos das localidades com fraco desenvolvimento territorial são constituídos de sociedades excluídas, por isso o desafio é o de conseguir políticas nacionais que promovam inclusão social, política e econômica com vistas ao desenvolvimento territorial/local, que não pode ser compreendido como apologia, uma vez que isso parece se configurar atualmente como modismo.

Discutir o desenvolvimento territorial local em áreas onde são implantados os GPI Hidrelétricos implica defender um desenvolvimento endógeno para os lugares e regiões onde são instalados, pois as políticas econômicas setoriais de produção de energia focalizam-se num planejamento macroeconômico, desprezando as forças sociais, políticas e econômicas dos lugares. Isso requer projetos coletivos com grande participação da sociedade local para fazer face a esse mercado de energia elétrica que em primeira instância é de escala nacional e até mesmo internacional. Entretanto, fica a questão de como obter a inclusão dessas comunidades afetadas pelos GPI Hidrelétricos, dentro do bojo nacional e internacional.

O que se verifica ainda é um agressivo e violento processo de desterritorialização e reterritorialização de espaços atingidos e afetados pelos GPI Hidrelétricos, e em muitos casos assiste-se uma “não-reterritorialização”, ou seja, pessoas perdem suas territorialidades, suas referências primeiras, sem que quaisquer outras sejam criadas. Literalmente as pessoas ocupam um espaço, mas ficam sem um lugar com o qual se identifiquem. Soma-se a isso a combinação de multiterritorialidades de espaços geográficos, desde o planejamento e execução das obras de um GPIH, até mesmo depois do início de seu funcionamento, o que implica em complexas combinações territoriais e de territorialidades, uma vez que pessoas são deslocadas e reassentadas em novas terras ou em nenhuma. Técnicos e trabalhadores braçais que são de outras regiões chegam para as obras ou para o grande empreendimento, alguns moradores preferem sair do local para outros, enfim, são múltiplas as possibilidades de rearranjos territoriais com a implantação de GPI Hidrelétricos.

Para isso, fortalecer um desenvolvimento territorial efetivo, endógeno, ou seja, que articule o local com o nacional e até internacional, somente é possível por meio de consórcios envolvendo os municípios atingidos por um GPI Hidrelétrico, que permita identificar e valorizar as suas vantagens comparativas e competitivas. Isso exige a reunião de lideranças do poder público constituído, bem como entidades empresariais, e de outras organizações da sociedade civil. Nota-se que não existem notícias de Conselhos Municipais e até Intermunicipais ocupados da discussão sobre o GPI Hidrelétrico, mas somente quando o assunto e seus conflitos batem às suas portas. Geralmente o anúncio de um GPI em determinados municípios é envolvido de um *marketing* vazio, em nome do desenvolvimentismo sem se deter seriamente sobre os impactos e efeitos do tal evento econômico. Exigem-se, portanto, organizações sociais representativas que possam ter

caráter propositivo e deliberativo do sistema de desenvolvimento local, microrregional e regional.

Ainda recorrendo a Ortega, a ação consorciada de integração territorial é fundamental para melhorar as condições de inserção dos municípios empobrecidos e de pequeno porte na dinâmica do território nacional, além de permitir a articulação entre o poder público e a sociedade civil a fim de constituir arranjos socioeconômicos regionais que integrem a produção, comercialização, consumo e crédito.

Nosso tempo é impregnado de discursos e de proposições de estratégias de descentralização do desenvolvimento territorial. Entretanto, o que se assiste no meio dos GPI Hidrelétricos é um verdadeiro feudo territorial encravado na localidade/região, imune às decisões do poder político local. Isso dificulta bastante a inserção de uma lógica de desenvolvimento endógeno e de planejamento descentralizado. Talvez seja esse um grande desafio para a sociedade brasileira e particularmente para os municípios que possuam ou venham a possuir um GPI Hidrelétrico, introduzindo, por exemplo, leis e novos projetos que valorizem planejamentos territoriais maduros, inclusivos e ambientalmente responsáveis.

Ainda prevalece nos GPI uma organização onde as decisões são remetidas aos centros de decisão e de poder nacional e não para o local/regional, normalmente atendendo somente ao interesse setorial, que quase sempre se auto-divulga como evento econômico positivo, mas sob o ponto de vista local/regional o resultado quase sempre é negativo.

Portanto, o desafio está na articulação política para o equilíbrio de interesses entre as esferas local/regional com as setorial/nacional.

Segundo Vainer (1992) a lógica ainda hegemônica dos GPI é:

A natureza e lógica dos grandes aproveitamentos hidrelétricos não deixam dúvidas: trata-se de explorar determinados recursos naturais e espaços, mobilizar certos territórios para uma finalidade específica – produção de eletricidade. Tudo o que contraria ou escapa a esse fim aparece como

obstáculo e surge, no cronograma financeiro, sob a rubrica custos. Nestes termos, não espanta que sejam vistos como obstáculos tanto a população que ocupa as áreas a serem inundadas, como os usos da água feitos por essa população – e, de maneira geral, todas as atividades econômicas e sociais que preexistam ao projeto (VAINER, 1992, p.41).

Os GPI fazem parte da concepção de planejamento territorial do Estado Brasileiro que substituiu e esvaziou o que foi considerado “questão regional” e “integração nacional”.

Os GPI passam a dar o tom ao uso do território. São geradas verdadeiras “novas regiões”, as regiões de produção, não mais as regiões das identidades culturais, sociais. São os consórcios dos GPI que passam a construir as suas regiões, os seus territórios e não mais o Estado em si.

O que tem ocorrido é que nesse jogo de poder ambíguo, a *participação* transformou-se em operação meramente formal. Normalmente os GPI constituem alianças com o poder dominante local, em detrimento do restante da população. A questão então é a seguinte: como legalmente interceder entre os dois blocos de interesse? Por isso a inserção da dimensão regional deveria ser parte do processo decisório, parte do núcleo de decisão, e não uma externalidade que conduz ao estabelecimento de um cálculo do custo das medidas ditas *mitigadoras* ou *compensatórias* presentes nos GPI, particularmente nos Hidrelétricos.

Se a participação local e regional fizer parte do processo decisório de construção de um GPI, o setorialismo levaria duro golpe em suas práticas atuais de realizar a obra a qualquer custo. Uma alternativa que muitos discutem seria subordinar o GPI a um plano regional integrado, que não explore apenas na lógica setorial, mas também local/regional, definindo-se múltiplos usos do GPI, no caso das hidrelétricas como projeto de irrigação, lazer, pesca, navegação interior, regularização de rios, etc. O que se tentou em relação a isso até o momento não é nada animador, pois o que se predomina ainda é a lógica setorial.

No geral o Estado, seus Governos e Empresas Elétricas se aliam e desconsideram as demandas sociais das populações atingidas. Pode-se afirmar que a hegemonia posta é de um Estado a serviço do capital e não na perspectiva do trabalho e que, portanto, se não for resgatada a capacidade organizativa das populações atingidas, sejam elas ricas ou pobres, dificilmente farão frente ao mando e desmando do capital.

O SEB geralmente alega que houve avanços em relação à sua articulação entre a questão regional e a política setorial de geração de hidreletricidade. Entretanto, o que se vê ainda são resistências até mesmo em cumprir ao que a legislação prevê, por exemplo, em medidas mitigadoras e compensatórias, desde os aspectos socioambientais até os de outras ordens, como os da cultura, em que as ações são restritas e localizadas, muitas vezes distantes dos locais de implantação dos GPI.

Outra faceta do discurso participativo nas decisões do SEB é o da adequação ao novo contexto político-institucional de maior participação dos sujeitos nos GPI, para resistir à velha cultura repressiva do Estado que impunha suas soluções às demandas compensatórias às comunidades locais. Surgem, assim, estratégias dos GPI para maquiar a relação com o local/regional, e isso tem ganhado peso particularmente nos *princípios de viabilidade socioambiental* e da *inserção regional*, que ganham contornos fortes de *marketing* conforme pode ser verificado nos chamados Relatórios de Sustentabilidade elaborados por todos os empreendimentos do SEB. É importante destacar que em ambos os casos citados não se vêem critérios claros e precisos que permitam saber os custos socioambientais que deverão ser assumidos pelo SEB. O que se sabe, em função dos graves conflitos que envolvem os GPI, é que o Setor está convencido do caráter indispensável da construção de alianças (articulação institucional e com a sociedade).

Espera-se que essas reflexões de articulação institucionalista, possam ser um ponto de partida para se pensar novas relações institucionais promotoras efetivas do desenvolvimento territorial justo e inclusivo. Na sequência será feita uma reflexão sobre perspectivas de novos paradigmas que possam fortalecer a linha de raciocínio adotada nesta pesquisa, de analisar as políticas ditas sustentáveis de uma UHE.

CAPÍTULO III



A SUSTENTABILIDADE EM GPI HIDRELÉTRICO É SUSTENTÁVEL?

3.1 Primórdios da inclusão das políticas de sustentabilidade no SEB

Refletir sobre a inclusão de políticas de sustentabilidade no SEB, com vistas à promoção de um desenvolvimento dito sustentável, requer definir marcos históricos e discutir a problemática que envolve, na atualidade, os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

O marco histórico da introdução dessa discussão no SEB remonta a meados da década de 1980, conforme pode ser visto brevemente neste trecho do II Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico (PDMA):

Em novembro de 1986, foi editado o Plano Diretor para Conservação e Recuperação do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico (I PDMA), marcando a reorientação do Setor no equacionamento das questões sócio-ambientais. Esse plano contemplou os empreendimentos do Plano de Recuperação Setorial, então em vigor, correspondendo à expansão dos sistemas de suprimento no curto e médio prazos. Este II Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico - PDMA resulta de um processo de aperfeiçoamento do anterior e se vincula, no médio prazo, ao Plano Decenal de Expansão 1990/1999, estabelecido no âmbito do Grupo Coordenador de Planejamento dos Sistemas Elétricos - GCPS. O período que

transcorreu entre a edição do I PDMA e a atual versão foi marcado por transformações na ordem política, legal e institucional do país, dentre as quais se destacam a promulgação da nova carta constitucional e uma modificação expressiva na estruturação dos órgãos federais que tratam de questões ambientais. No âmbito do Setor Elétrico, apesar das atuais restrições financeiras e incertezas quanto à implantação do planejamento e ao modelo institucional, foram significativos os avanços feitos na área sócio-ambiental com relação a conceitos, ao conhecimento da natureza e da dimensão das questões a tratar, à estruturação destas atividades nas empresas, à definição de mecanismos de apoio à gestão sócio-ambiental no âmbito do Setor e à interação com outras entidades públicas e com a sociedade. Em especial, é importante destacar que o atual Plano Decenal de Expansão já reflete, na sua formulação, considerações de ordem sócio-ambiental, de maneira ampliada qualitativamente em relação aos anteriores (BRASIL, Ministério da Infraestrutura, 1990, p.5).

É importante observar o momento de elaboração dessas primeiras políticas relacionadas às implicações socioambientais no SEB. Nele o primeiro Plano Diretor de nosso país foi elaborado durante um período em que o SEB era puramente estatal, tendo como sua maior rede a chamada Centrais Elétricas Brasileiras, cujo nome fantasia é Eletrobrás.

Esse período vivia uma perspectiva governamental da era José Sarney (1985 a 1990), que ainda resguardava um histórico de controle da produção de energia elétrica, como assunto de segurança nacional, herdado dos governos militares (1965 a 1985). O segundo Plano Diretor, convém destacar, era impulsionado por duas razões: a proximidade da realização do evento ambiental mundial: a ECO92, hoje mais conhecida como Rio92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, e o Desenvolvimento e pelas interferências neoliberais promovidas pelo Banco Mundial (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI) que incentivavam a privatização de empresas públicas, como foi o caso da Eletrobrás, por um movimento governamental inaugurado pelas políticas do governo Fernando Collor (1990 a 1992) e com leve resistência a elas de seu sucessor presidente Itamar Franco (1992 a 1994).

Portanto, o II PDMA/Eletrobrás nasceu em ambiente estatal e sobreviveu, sendo referência até os dias atuais para o SEB, mesmo que no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) o Setor tenha passado por profundas transformações, submetendo a Eletrobrás a profundas alterações (sendo controlada pelo Estado, mas com a abertura de capital para o setor privado) e criada uma estrutura (em 1996), citada no capítulo II (figura 1). Nessa estrutura, o setor é submetido à regulamentação por meio de Agência e órgãos que administram e fiscalizam todo o SEB, orientando inclusive a elaboração das políticas de sustentabilidade. Em função disso, particularmente a partir de meados da primeira década de 2000, os relatórios das empresas de energia elétrica adotaram, no geral, a nomenclatura “Relatório de Sustentabilidade”. Dessa forma, ganha força, no interior das empresas de energia elétrica o discurso da sustentabilidade, influenciado principalmente pelo Grupo Eletrobrás, a maior companhia do setor elétrico da América Latina. Portanto, para compreender os discursos e as práticas ditas de sustentabilidade de empresas do SEB, como o Consórcio Capim Branco Energia, que controla as UHE Amador Aguiar I e II, é importante realizar algumas considerações sobre o que venha a ser o desenvolvimento sustentável, uma vez que, economicamente, é o desenvolvimento econômico que dará característica ao que querem chamar de sustentabilidade.

Diante deste marco histórico posto de adoção do discurso de sustentabilidade no SEB, conclui-se que em termos históricos humanos, esse conceito é bastante recente no Estado brasileiro, mas é interessante que o mesmo perpassa por governos das mais variadas tendências políticas e ideológicas. Ou seja, se a introdução do conceito de sustentabilidade remonta a meados da década de 1980, trata-se, portanto, de um histórico de 30 anos. Esse tempo é bastante curto quando se pensa em transformação de uma cultura econômica que sempre privilegiou a apropriação de riquezas naturais e sociais a qualquer custo e com a

ilusão de que os bens naturais do espaço geográfico brasileiro fossem ilimitados. Por esse fato é bastante complexo afirmar ou mesmo conceituar o que venha a ser desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, numa cultura socioeconômica que prioriza os lucros e não as pessoas. Além disto, foi no início da década de 1970, portanto a pouco mais do que 4 décadas, um período curto pensando em história econômica e social, que os países industrializados começaram a ficar atentos em relação aos índices alarmantes de poluição das mais variadas ordens e seus efeitos sobre a “família humana”, desencadeando pela primeira vez na história da humanidade um evento global que se preocupava com a saúde ambiental do planeta e não especificamente de um país; este evento foi a ECO72 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida também como Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia em 1972.

Passados 11 anos desde a ECO72, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) criou em 1983 a Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que teria como seu primeiro trabalho produzir “Uma Agenda Global para mudança” (BRUNDTLAND, 1991). Nota-se uma modificação substancial nos títulos das Conferências de Estocolmo e da Rio92. A primeira fazia referência ao Meio Ambiente Humano, a segunda faz referência ao Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Essa observação é importante para a discussão posta neste trabalho em torno da sustentabilidade nos GPIH. Enquanto a Conferência de Estocolmo em 1972 buscava focalizar os graves problemas de qualidade de vida humana, muitos países se esquivaram em discuti-los, deixando paralisadas as reflexões realizadas naquela época. Houve a pressão de muitos países, conforme relatado no livro *Nosso Futuro Comum* (1987), para que a ONU focalizasse em futura Conferência apenas problemas do meio ambiente, numa visão reduzida desse conceito, no que se relacionava à

preservação/conservação de bens naturais, e num claro sentido de “proteger” matérias primas para o mercado mundial.

Convém mencionar que o livro citado também ficou conhecido como Relatório Brundtland, em homenagem à primeira presidente da Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a norueguesa Gro Harlem Brundtland. Foi nesse relatório que se conseguiu avançar em relação às pressões internacionais de foco apenas ao meio ambiente natural, incluindo, na temática da Comissão, a palavra desenvolvimento, como forma de garantir que a forma do produzir e do crescer econômico dos países não desvinculasse do sentido maior de toda e qualquer economia: as pessoas. São estas quem produzem e consomem sejam elas donas de meios de produção ou simplesmente operárias e que, portanto, alteram o meio ambiente natural.

É nesse relatório, publicado em 1987, três anos depois de criada a referida Comissão e publicado no Brasil pela primeira vez em 1988, que surgiu efetivamente a tentativa de se conceituar o que a Comissão denominou “desenvolvimento sustentável” e derivado dele, a sustentabilidade que será marcadamente discutido na Rio92, portanto 5 anos após a produção do Relatório Brundtland. Curiosamente, a recente realização da Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2012) – traz em seu título justamente o objetivo de reforçar o grande propósito ou mesmo resultado do Relatório Brundtland, qual seja: como conduzir a humanidade para um modelo de desenvolvimento sustentável. Mas afinal, o que a Comissão chama de desenvolvimento sustentável? Cabe aqui recorrer ao texto do próprio relatório em que conceitua a sua proposição:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chaves:

- o conceito de "necessidades", sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Portanto, ao se definirem os objetivos do desenvolvimento econômico e social, é preciso levar em conta sua sustentabilidade em todos os países - desenvolvidos ou em desenvolvimento, com economia de mercado ou de planejamento central. Haverá muitas interpretações, mas todas elas terão características comuns e devem derivar de um consenso quanto ao conceito básico de desenvolvimento sustentável e quanto a uma série de estratégias necessárias para sua consecução.

...

Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor (BRUNDTLAND, 1991, p.46-47).

O parágrafo de introdução da citação é a definição mais utilizada por governos, empresas, ambientalistas. Entretanto, o mais curioso e desafiador, se queremos apostar em outro paradigma social ou de desenvolvimento, é tudo que explica a ideia do parágrafo introdutório. Isto é, desenvolvimento sustentável para o presente e para as gerações futuras só ocorrerá se, e somente se, as necessidades dos pobres do mundo tiverem a máxima prioridade e se a tecnologia que hoje depreda a natureza e nossa organização social for em outras bases. Além disso, o mais desafiador é reduzir e/ou minimizar as diferenças contrastantes de desenvolvimento econômico entre os países. Isso implica em consensos políticos, econômicos e culturais, caso contrário, as crises ecológicas e convulsões sociais existentes serão ainda mais profundas, o que se torna um quadro bastante pessimista em relação às chances das gerações futuras terem suas necessidades básicas garantidas. Entende-se, então, que o conceito de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade alocada em seu bojo implica na construção de outra sociedade e que, ao contrário do que a mídia propaga, tudo está por ser feito, o que fragiliza a devida seriedade que temos que dar aos referidos conceitos.

No que concerne à conceituação de desenvolvimento sustentável nos GPIH, muitas pesquisas e muitas informações identificam a precariedade em que são submetidas as comunidades atingidas e afetadas por esses empreendimentos, distanciando de uma coerência como o apregoado pelo conceito. Assim, esta pesquisa propõe identificar localmente, no complexo hidrelétrico Amador Aguiar I e II, as ações de iniciativa privada e pública para a erradicação ou pelo menos minimização da pobreza, em seu mais amplo sentido: material e imaterial, no entorno da UHE e também nas ações voltadas para “proteção e preservação” do ambiente natural que é possível identificar como sendo a área que recebe maior investimento por parte do GPIH. Isso porque ao interesse econômico de exploração da energia hidrelétrica, interessa os bens naturais, no caso a água, voltado aos negócios elétricos, em detrimento de investimento na área social das comunidades atingidas e afetadas.

Infelizmente, o que ocorre é que a ideia de sustentabilidade foi incorporada pelos partidários da crença rígida de que o poder de criatividade humana será suficiente para se inventar técnicas e tecnologias que superarão a crise ecológica, alegando que os prognósticos são especulativos, assim como aconteceu com a proposição malthusiana de que a produção agrícola não acompanharia o crescimento da população, mas que isso foi superado pela economia capitalista.

Da mesma forma, na realidade brasileira de produção de energia, o investimento é cada vez maior na produção de energia hidrelétrica, inclusive porque o discurso é o de que a água é fonte renovável e, por isso, que se ocupem e se utilizem todas as bacias hidrográficas em toda a sua potência e capacidade. Entretanto, o que significa para as gerações futuras e ecossistemas, focalizar a geração de energia principalmente em uma única fonte?

O fato é que existem pesquisadores que negam uma crise ecológica em curso com o argumento de que existem fortes indícios de que o chamado progresso técnico vem melhorando significativamente a eficiência e o uso dos bens naturais. Até certo ponto isso pode ser considerado como uma “meia verdade”. Existe sim um movimento em expansão em nome da eficiência tecnológica relacionada aos usos dos bens naturais e que muitas empresas têm chamado, inclusive, de política de sustentabilidade. Por outro lado, um grupo considerável de pesquisadores, como Viera (1990), aponta para a existência de uma crise ecológica porque existem fortes indícios de o que o ritmo da produtividade e da eficiência produtiva, inclusive a energética, dá sinais de lentidão, somando-se a isso que o consumo na sociedade capitalista, definitivamente não é inclusivo serve apenas a um grupo seletivo da humanidade e que, portanto, a economia é fundamentada na exclusão social.

Tudo indica que a burguesia, desde o princípio do projeto industrialista moderno, já supunha, e ainda supõe, que os bens naturais não seriam e não serão suficientes para atender à demanda de todos os seres humanos. Entretanto, paradoxalmente, os discursos no mundo todo, principalmente nas chamadas economias emergentes, é o de ampliar o poder de compra da população, o que indica a continuidade de um modelo econômico altamente consumista de matérias primas e que pode indicar sim, em futuro bem próximo, a extinção definitiva de muitas matérias primas vegetais, animais e minerais, impondo à humanidade sacrifícios em relação à sua cultura de consumo.

O aquecimento global tem recebido uma atenção considerável de governos e organismos internacionais. Essa não é uma ocupação gratuita de recursos e de tempo. Talvez o tal fenômeno, acelerado pelas atividades humanas sobre o espaço terrestre tenha tratamento especial, porque existem sinais (IPCC, 2007) bastante convincentes de que as

condições climáticas de fato estão alteradas e que elas nos conduzem a uma crise ecológica que afeta inclusive o ciclo hidrológico, tão caro à indústria hidroelétrica.

Os negócios do setor de geração de energia hidrelétrica, como os eventos de Amador Aguiar I e II, têm muito com o que se ocupar sobre a influência, por exemplo, das mudanças climáticas oriundas do aquecimento global, uma vez que contribuem substancialmente com a liberação de gases de efeito estufa (GEE), conforme tratam trabalhos dos pesquisadores Reis e Cunha (2006). Além disso, um agravamento de imprevisibilidades climáticas pode diminuir o regime pluviométrico e, conseqüente, alteração do regime hídrico de bacias hidrográficas, comprometendo a produção de energia hidrelétrica. Provavelmente seja por isso a existência de um “convencimento” das empresas do setor elétrico brasileiro em adotarem a dita política de sustentabilidade como forma de preservar os negócios e não necessariamente as pessoas e os ecossistemas onde são instaladas. Provavelmente seja por isso que as políticas sejam muito mais voltadas para dentro da empresa e não exatamente para fora dela. Portanto, a produção de energia está no cerne da questão do aquecimento global e a geração de eletricidade por meio hidráulico, enquanto fonte renovável, se torna importante alvo do mercado e, por isso mesmo, a adoção dos discursos e políticas ditas sustentáveis no setor elétrico.

É possível afirmar que se grande parte do referido problema é oriundo da corrida pela produção de energia e pelo seu consumo, esbarramos na ignorância de milhões de consumidores finais de energia, pois “a maioria de nós habita em cidades, num ambiente dominado pelos artefatos técnicos; corremos o risco de ter a falsa impressão de que vivemos ‘fora do solo’. A realidade é que dependemos da natureza tanto quanto nossos ancestrais camponeses” (PERRET, 2011, p.31). A ideia do autor é interessante para fazer refletir sobre a apropriação do espaço pelo ser humano, particularmente onde se instalam as hidrelétricas.

Os GPIH sabem da importância dos bens naturais relacionados à força hidráulica, mas a maioria das pessoas vive submetida a processos intensos de alienação sobre os seus problemas e conflitos, essa maioria vive na cidade e a vê enquanto produto artificial, incólume à natureza terrestre e é sabido que a realidade não é assim. Sobrevivemos e consumimos demais porque ainda extraímos bens da natureza e, devido a isto, essa ação humana deveria ser amorosa e responsável com os bens naturais, sejam eles renováveis ou não. Além da ignorância em relação à desnaturalização do que consumimos, a perspectiva ecológica se torna mais grave quando, numa eventual escassez de oferta de energia elétrica, em função do aprofundamento da crise ecológica, os seus efeitos abaterão primeiro os mais pobres e na sequência os ricos também. Isso faz refletir principalmente sobre a situação das comunidades mais pobres e até mesmo as mais abastadas que são atingidas e afetadas pelas hidrelétricas, mesmo antes que se reconheçam os efeitos perversos de uma crise ecológica.

Na realidade, para a política de aumento do número de aproveitamentos hidrelétricos, em função da crescente demanda por energia elétrica no Brasil e no mundo, além de agravar os efeitos de uma crise ecológica, há reflexos bastante negativos para uma parcela considerável da população em torno dos GPIH.

3.2 Desafios postos à sociedade para sair do campo de discursos vazios às práticas efetivas de sustentabilidade

Contextualizada a origem do conceito de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade e a sua relação com o Setor Elétrico, cabe então uma questão quase nata quando procura-se compreender o referido conceito e que é título de livro de Bernard Perret (2011): O Capitalismo é sustentável? Procurando oferecer uma reflexão mais focalizada sobre possíveis respostas a esta pergunta que ecoa, o texto deste item do capítulo

terá como referencia principal a obra citada deste autor, por considerar as reflexões nela expostas bastante maduras, salvo algumas discordâncias, até mesmo porque trata-se de uma visão primorosa de um pesquisador francês; ou seja, de uma realidade sob o ponto de vista histórico-cultural da Europa o que pode diferir de um pesquisador que vive no Brasil, em uma realidade de América Latina.

O dito “crescimento econômico” que todas as sociedades dos dias de hoje, inclusive fortemente no Brasil, anseiam, na verdade não é sustentável, pelo contrário, empurra a natureza para o esgotamento de seus bens e com ele a vida social como a conhecemos hoje. Por outro lado, o chamado desenvolvimento sustentável tem um poder de estabelecer um novo princípio que exige ações mais coletivas do que individualistas para se instaurar um novo modelo de desenvolvimento, mas as iniciativas que borbulham hoje pelo mundo em nome da sustentabilidade ainda não coadunam de fato com este novo princípio exigido.

Nesse sentido, pensando em uma utopia, no sentido marxista, o de apontar um caminho para uma revolução, o conceito pode servir de direção, porém é vazio se usado como está sendo hoje, o de deturpar uma utopia revolucionária em relação ao sistema econômico vigente: o capitalista.

A prova de que vivemos uma crise ecológica é o próprio sistema capitalista tentar apropriar da ideia de desenvolvimento com base sustentável. Entretanto, o modelo de economia adotado pela sociedade capitalista é contrário ao desenvolvimento, pois privilegia o crescimento quantitativo e não qualitativo do mercado. Essa tônica econômica do capitalismo dilapida os bens naturais, além de instaurar um modelo econômico excludente, de concentração de renda, e é justamente isso que ainda segura a onda do crescimento ilimitado, pois, caso contrário, aumentar o consumo de todos os povos, em semelhante medida, seria impossível para o modelo econômico vigente devido ao tamanho da

população. Portanto, a economia capitalista não é sustentável e a nomeada “crise ecológica” fez emergir um problema no modo de produção capitalista. Dentre todas as crises geradas no seio da sociedade capitalista, a ecológica constitui a ameaça mais séria não só ao sistema em si, como também para toda a humanidade e às várias formas de vidas que conhecemos hoje. Diante disso, Perret (2011) acredita que não haverá desenvolvimento sustentável sem grande mobilização e também não haverá mobilização sem consenso, nem consenso sem esforço de justiça social e de solidariedade. E recorrendo à ideia de Sartre sobre uma “Guerra Estranha” – Diário de uma Guerra Estranha (1983) - (neste ensaio, Sartre critica a falta de iniciativa social frente à eminente invasão da Alemanha sobre a França na Segunda Guerra Mundial. Somente depois de invadida é que toma iniciativa contra o caos instalado), o que está posto é que estamos iniciando uma “guerra diferente” estando em jogo, em primeiro lugar, a sobrevivência humana no planeta e, em segundo lugar, a sobrevivência de todas as outras espécies. Sendo assim, recorrendo à ideia de uma “guerra”, é justamente durante e depois de sua ocorrência que, muitas vezes, emerge a exigência de uma sociedade solidária, que definitivamente temos dificuldade de tê-la. Ou seja, em se agravando a “guerra ecológica” em curso, seremos remetidos a um comportamento que seja solidário e de compaixão com os seres humanos de todos os países e com todas as espécies vivas do planeta, pois todos estarão afetados por ela. Seria o fim do comportamento capitalista que tem uma concepção gravemente equivocada do que chamamos de bem estar social. A maioria das pessoas pensa que ele relaciona-se ao poder de compra, à existência de emprego, boas aposentadorias, excelente previdência social etc, ou seja, uma concepção consumista de bem estar. Isso apenas alimenta a ideia de crescimento ilimitado. Queremos bons salários, bons empregos, rendimento após a aposentadoria, para podermos consumir mais e melhor. Nesse sentido, quando se identificam os conflitos entre GPIH e as

comunidades, os mesmos, via de regra, relacionam-se muito mais para se buscar uma solução financeira para as partes, do que, propriamente, pensando-se em resguardar as vidas humanas e as da fauna e da flora, futuras. Portanto, o que está posto de forma geral, inclusive para análise de conflitos de interesses nos locais de GPIH é passar de um ideal de prosperidade partilhada para um ideal de bem viver juntos: ser humano e natureza, o que convenhamos, na cultura de hoje, é de difícil consolidação, pois implica na construção de novas culturas. Para ser sustentável, a economia deve se tornar uma “economia” que incorpore o funcionamento do ecossistema.

A escalada por geração e consumo de energia elétrica implica, na linha de raciocínio das empresas do setor elétrico desejosas por crescimento econômico, a sua continuidade, mesmo que para isso se construa um novo modelo de desenvolvimento a longo prazo. Mas acreditar na construção de um novo modelo de desenvolvimento atrelado ao tipo de crescimento econômico que gerou a crise ecológica é no mínimo reconhecer o velho movimento do capitalismo de incorporar, a exemplo de movimentos contraculturais pretéritos, os discursos e as práticas que pregam mudanças, revoluções, em relação ao trato com a natureza e com a miséria humana. Essa investida do capitalismo sobre a ideia de um desenvolvimento sustentável, pode significar a busca de controle sobre movimentos sobretudo populares, minimizando-se as propostas de mudanças significativas para simples reformas maquiadas como ecologicamente corretas. Essa forma peculiar do mercado capitalista mundial barrar mudanças profundas para o atual momento de uma crise ecológica, que exige revolução paradigmática da economia, da cultura humana e da política, pode significar o caos espacial não mais localizado como no passado, mas globalizado.

Governos do mundo todo e até mesmo alguns cientistas comprometidos com a ideia de crescimento ilimitado, a qualquer preço, ao participarem de fóruns coletivos que

discutem a crise ecológica em curso, particularmente na produção de energia, acreditam que as tecnologias de eficiência produtiva darão conta de minimizar os problemas.

Entretanto, não fica claro se essas tecnologias eficientes serão suficientes para continuar o mesmo ritmo de exploração dos recursos energéticos sem que seja sacrificado o estilo de vida que temos hoje. Ao mesmo tempo, governos e profissionais engajados no entendimento da crise ecológica concordam que se exigirão mudanças de atitudes e voluntarismo para informar, educar e persuadir os indivíduos sobre o que podem fazer para responder ao desafio de conviver, por exemplo, com os efeitos de uma possível mudança climática. As ideias do capital são bastante difusas em relação ao tema. Ao mesmo tempo em que defendem o crescimento econômico, esperam voluntarismo para mudanças de comportamentos. Ou seja, assume-se que uma mudança será inevitável, mas não se prepara efetivamente para ela. Isso no setor elétrico é bastante visível ao se investir e valorizar as tecnologias de eficiência energética voltadas para um modelo de desenvolvimento e de crescimento para dentro dos GPIH sem considerar, efetivamente, os outros sujeitos externos a eles, principalmente para os atingidos e afetados. Compreende-se, assim, que o setor elétrico vem acompanhando sistematicamente as discussões que ocorrem no mundo inteiro sobre as políticas a serem consideradas em relação ao inevitável impacto de uma crise ecológica.

Portanto, as políticas de sustentabilidade na verdade não surgem para atender às pessoas atingidas e afetadas, mas para prevenir e proteger os negócios do setor energético, particularmente o brasileiro.

Perret (2011) identifica bem esse contra-senso capitalista de defender o desenvolvimento sustentável, em que sua própria dinâmica cultiva valores individualistas e hedonistas de nossa sociedade do consumo. Atender a essa dinâmica do capitalismo implica

uma lógica que definitivamente não tem como ser sustentável, pois sua visão de economia e de mundo é quantitativa e necessita de um comportamento predatório em relação à natureza, pois o consumo tem que ser em grande escala e quase sempre supérfluo para as reais necessidades humanas. “O desenvolvimento pode ser sustentável, sob a condição de que se oriente para novas direções” (PERRET, 2011, p.37). É possível, então, organizar um quadro (1) que demonstra o quão difícil é pensar a possibilidade de aliar crescimento econômico a qualquer preço com um desenvolvimento efetivamente social e ambientalmente responsável, até porque ele perpassa por questões profundamente antropológicas. Na primeira coluna são apresentadas as características antropológicas de uma economia com base no crescimento e, na segunda, aquelas com base no desenvolvimento social.

Quadro 1. Características antropológicas antagônicas entre a economia do crescimento ilimitado e a economia do desenvolvimento social

Crescimento	Desenvolvimento Social
Interesse individual	Busca de qualidade
Desejo de imitação do outro	Busca de beleza
Sede de emancipação	Capacidade de convivência
Desejo de potência	Solidariedade
Amor pela velocidade	Respeito
Lucro	Responsabilidade
Competitividade	Cooperação
	Interesse coletivo
	Amor ao devido tempo

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2012)

Geralmente os estudos e relatórios relacionados ao que se vem chamando de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, pouco tratam sobre as pessoas e seus comportamentos, ou seja, os relatórios, particularmente os governamentais, continuam mudos sobre como lidar com a promoção da mudança de comportamentos, por exemplo os das características antropológicas apontadas no quadro acima. Da mesma forma, se consideradas as políticas de sustentabilidade do SEB, é notável que os atributos

antropológicos do crescimento sejam os seus critérios, praticamente inexistindo os atributos de um desenvolvimento social efetivo.

Segundo Perret (2011, p.37), “Qualquer que seja nosso apego às dores da sociedade de abundância, a tomada de consciência da gravidade da crise ecológica fatalmente incidirá sobre as maneiras de trabalhar, consumir e se deslocar”. É perceptível que outra ideia de desenvolvimento que não a atual, implique e indique a existência de outra sociedade, pois exige-se de todos nós um outro modo de produção, logo, outro Paradigma de desenvolvimento. É por isso que cresce no mundo todo o número de organizações e associações, coletividades territoriais que põem em prática programas de sensibilização de seus cidadãos. Entretanto, deve-se pensar uma questão: qual é a efetividade dessas ações, uma vez que as sensibilizações, via de regra, não são desinteressadas, elas se relacionam quase sempre à obtenção de certificados de economia de energia para atender aos programas governamentais de política energética. Essa situação reforça a tese de que as políticas de sustentabilidade não foram incorporadas no SEB de forma passiva, elas se deram principalmente pela exigência de uma legislação, a partir dos preceitos da Constituição Brasileira de 1988, que o obrigou à adoção e, ainda assim, analisando detidamente as políticas das empresas energéticas, com certeza serão encontradas ações que não condizem com o que de fato está previsto nas leis, ou seja, burlam-se as intenções legais em nome do crescimento, fazendo do desenvolvimento sustentável apenas uma intenção de *marketing* ou, no máximo, um meio de eficiência produtiva pra ampliar os seus lucros com base na oferta de energia e consequente aumento do consumo e de lucro.

Por outro lado, também instituições científicas e/ou acadêmicas se dividem em relação à temática do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade da produção e do consumo advinda dele. O projeto de sociedade hegemônico que temos hoje não só no Brasil,

como também no mundo, advém da modernidade e é dela que a maioria das pessoas quer fazer parte. Ao mesmo tempo, o mesmo projeto é altamente excludente, pois é com base na exclusão de muitos humanos, da ilusão e promessa de consumo e de uma vida melhor que a economia de mercado se promove. O certo é que

É difícil imaginar que o crescimento econômico e o progresso tecnológico possam deixar de nos proporcionar cada vez mais conforto, liberdade e bem-estar. Porém, o inverossímil acaba sempre acontecendo, a realidade supera a ficção e a verdade, quando descoberta, não parece com nada daquilo em que acreditávamos (PERRET, 2011, p.39).

Perret nos remete à realidade dos GPI que possuem o discurso do crescimento e do progresso, mas que em muitos momentos, do planejamento à operação dos mesmos, os problemas se revelam, principalmente sob o ponto de vista do ecossistema e das pessoas atingidas/afetadas.

O fato é que reformar o capitalismo implica em conservar a ideia de crescimento técnico. Revolucionar implica abrir espaço para o desenvolvimento sustentável de fato. Como fazê-lo? Este é o desafio posto. Ou será que concretizar uma nova utopia só será possível depois do caos definitivamente instalado? Assim, o desenvolvimento sustentável só terá sentido se desempenhar o papel de um “novo princípio que dê coerência à ação pública”.

Ora, os poderes estabelecidos são portadores de uma coerência antiga, daí a dificuldade de insurgir outro tipo de desenvolvimento que não seja o da economia monetária, em que o Estado é o seu centro e por isso refém da sociedade civil capitalista.

Por essa ideia identifica-se a dificuldade que é para o SEB, fundamentalmente imbricado com o Estado, ser coerente e fazer avançar uma proposta sustentável de desenvolvimento.

É desaconselhável esperar que o GPI Hidrelétrico, por ser regulado pelo por um Estado liberal, refém de propostas conservadoras que pouco avançam em benefício das pessoas e dos ecossistemas, seja o protagonista. Parece que a tendência é que as propostas mais ousadas circulem de forma marginal ou transversal entre atores e agentes que pouco poder possuem.

O desafio, então, é impor o chamado desenvolvimento sustentável no centro do debate político, na perspectiva de que a sociedade contemporânea é profundamente dependente e arraigada à política estatal. Não se assistem mais, como até meados do século XX, movimentos sociais amplos e com força de interferir efetivamente nas políticas estatais, para centralizar o debate político neste âmbito, apesar de que se a humanidade, que somos todos nós, efetivamente se ocupasse de seu futuro próximo, o mesmo deveria ocorrer pelos “de baixo” para os “de cima”, e não o contrário, sob pena de mais uma vez termos ações pouco efetivas, ou se tomadas, bastante limitadas e falseadas.

Mas nem tudo está perdido em relação a um modelo de governança, como discutido anteriormente e que coadune com a instauração de um desenvolvimento transformador. Podemos afirmar que uma estratégia *Bottom-up* (de baixo para cima) de governança, possui sementes plantadas no mundo todo, como no caso das associações que assumem muitas frentes ecológicas e de justiça social em lugar dos governos e das organizações multilaterais como a OMC, PNUD e Banco Mundial. Normalmente elas atuam no âmbito local opondo-se a muitos GPI e defendendo a qualidade de vida de um território local e instauram uma nova versão civilizada de “guerras territoriais”. Entretanto, muitos desses associativismos, salvo as exceções, agem muitas vezes como verdadeiros *lobbies* que defendem a integridade da natureza física, mais do que a defesa do bem comum social. A defesa da natureza deveria ser entendida, antes do que a proteção dos bens naturais, como uma defesa de um patrimônio

que é público, humanitário e não para resguardá-los para o uso privado, seja ele individual ou de um grupo de empresas. Por isso, muitas vezes o papel de associações ditas ambientais não refletem as verdadeiras prioridades que conduzem à construção de um desenvolvimento sustentável.

É importante observar que, em negociações dos GPIH com as comunidades locais, nem sempre o foco de conflitos é a defesa do bem comum para um desenvolvimento sustentável, mas sim de interesses bem mais específicos, normalmente para aqueles voltados para ganhos monetários, bem ao gosto da perspectiva empresarial e de mercado. No capítulo I foi apresentado o histórico das chamadas indenizações, que previam uma compensação dos prejuízos apenas no campo financeiro. Isso indica inclusive um desafio enorme a ser superado nas relações entre as comunidades locais e GPIH. Infelizmente quando os recursos financeiros são “despejados” sobre as comunidades atingidas e afetadas geralmente amenizam-se os conflitos, o que nos faz pensar se no seio das comunidades locais, a exemplo do interior dos GPIH, as reivindicações e interesses de fato podem ser de natureza sustentável, ou apenas monetária, em que tudo se resolve com a compensação financeira. Sobre isso, estranhamente é muito mais comum o discurso da sustentabilidade estar presente nas bandeiras dos GPIH do que entre os movimentos de resistência das comunidades atingidas. Por isso é visível o pessimismo de muitos pesquisadores em relação ao conceito de sustentabilidade propalado nos dias de hoje. Particularmente no âmbito dos GPIH, existe baixa capacidade organizativa das comunidades atingidas e afetadas, o que as distancia de proposições efetivamente sustentáveis.

Para barrar a capacidade organizativa de grandes empreendedores, resta apostar na capacidade das associações e comunidades pressionarem os parlamentares na expectativa de se fundar mecanismos que de fato avancem em propostas e posturas com perfil efetivo

de desenvolvimento sustentável e isso no Brasil que, apesar das retóricas a favor, ainda parece estar distante.

Paradoxalmente, na luta entre capital e trabalho, surgem espaços e instrumentos políticos que, se ocupados pela força organizativa popular, podem fazer frente aos interesses mercadológicos dos GPIH e até de governos. Por exemplo, a Agenda 21 assinada por 173 países na Cúpula do Rio de 1992, inscreveu um verdadeiro programa de ação para o século XXI e, em síntese, diz que seria preciso que todas as coletividades locais instaurassem um diálogo com os habitantes, organizações locais e empresas privadas a fim de adotar 'programa de Ação 21' em escala da coletividade. A Agenda 21 é bastante conhecida por seu espírito de proposta de governança descentralizada que valoriza o papel das associações e coletividades locais. Isso faz crer em propostas já existentes entre economistas e geógrafos, como SAQUET (2011) que investiga o papel positivo de iniciativas populares e mesmo governamentais que valorizam o desenvolvimento territorial com base local que além de mobilizar os interesses localizados de uma comunidade, numa estrutura estatal hierárquica, podem intervir em políticas estatais mais amplas. Entretanto, essa via de ação pode muito mais conduzir a uma visão reformista do desenvolvimento do que propriamente a uma visão revolucionária do desenvolvimento, que parece ser uma exigência de políticas de fato sustentáveis. Sobre isso, Perret expõe vários exemplos ocorridos em países europeus em que o vigor organizativo de comunidades locais nem sempre é exemplar, pois incoerentemente com uma visão sustentável de desenvolvimento, acabaram por reivindicar a urbanização do campo, desfigurando as paisagens com o uso intensivo de automóveis, asfaltamento de estradas, que conduziram as comunidades para uma realidade nada sustentável. No fundo, um modelo de desenvolvimento sustentável implica em sacrifícios enormes tanto para o morador da cidade quanto para o morador do campo em relação aos

“pseudo benefícios” que a modernidade capitalista criou e que desencadeou e desencadeia a crise ecológica em curso. Estaríamos todos, dispostos a sacrificar nossas vidas modernas?

Sobre essa questão Perret afirma que:

Quando se sai do círculo ainda mais estreito dos militantes, as preocupações ecológicas se chocam de frente com as aspirações mais amplamente partilhadas: viver com conforto e espaço, aquecer-se à vontade, deslocar-se livremente utilizando um veículo individual, acumular todo tipo de objetos materiais sem se inquietar com a maneira pela qual eles foram produzidos e se ocupar o mínimo possível com esse aspecto pouco reluzente da vida que é a gestão do lixo (PERRET, 2011, p.57).

É justamente esse pensamento, uma resposta à questão formulada acima, que prevalece na maioria da população e por isso a dificuldade de se defender um desenvolvimento que seja sustentável. Como o autor diz, implica em alterar relações antropológicas bastante arraigadas e antigas com base na relação mercantil da sociedade capitalista. Este pensamento está estreitamente associado aos empreendimentos hidrelétricos.

Possivelmente os grandes problemas que envolvem os GPI Hidrelétricos sejam, por exemplo, a falta de informações, o discurso utilizado pelas empresas que visam o convencimento dos moradores, a falta de perspectivas desses moradores, além de outras questões, conforme as problemáticas postas por Silva (2008). Sua pesquisa de mestrado – sendo ele e sua família, atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, localizada no rio Araguari-MG –, consegue traduzir o preço das “promessas”, “ilusões” e “discursos” de uma vida melhor. O referido pesquisador apresenta as seguintes questões:

No que se refere à construção de hidrelétricas, algumas questões nos parecem necessárias de ser investigadas como: a quem interessa a produção de energia hidroelétrica? Quem lucra? E quem “paga o pato?” No caso específico de Nova Ponte, por que não houve movimento contra a barragem? Por que quando se confirmou a decisão do Estado de construir a barragem, ela se concretizou tão rapidamente? (SILVA, 2008, p.51).

Essas questões de Silva podem ser aplicadas a qualquer análise de GPIH, mesmo que consideradas para o foco da pesquisa dele em que os moradores de Nova Ponte, no estado brasileiro de Minas Gerais, tiveram sua cidade submersa pelo reservatório da UHE e foram transferidos para uma cidade nova, considerada “100% melhor” nos discursos oficiais. Na mesma pesquisa ressalta-se o quanto a população ficou submetida ao dilema de perder suas referências de identidade territorial e na reconstrução de outras ou novas territorialidades, em nome do discurso do progresso.

É inegável que por parte dos GPIH é visível a busca, com a ajuda da ciência, de processos eficientes de planejamento, de instalação e geração da energia hidrelétrica, mas o que se pode questionar é que nem sempre as pesquisas chegam a obter o sucesso esperado. Ou seja, os avanços existem, mas parecem que ainda são mais lentos e limitados em função do esforço despendido e às vezes muito aquém do que é anunciado às pessoas dos lugares onde se instala uma usina hidrelétrica. Nesse sentido, aqueles que propagandeiam a promoção de um desenvolvimento sustentável, gerador de uma sustentabilidade de seus negócios e para as pessoas por eles atingidas e afetadas, somente farão sentido se o GPIH for baseado em uma visão integrada de mudanças sociais e de inovações técnicas que sejam benéficas à maioria das pessoas, ou seja, que sejam inclusivas e não excludentes.

O mais preocupante, e o que deveria ser objetivo urgente dos pesquisadores, particularmente, dos brasileiros, é investigar a atual tendência, determinada por governos e mercado na defesa de se desenvolver uma matriz energética não só nacional, como também mundial fundada em fontes renováveis. Ora, esse interesse e discurso de conter o uso de combustível fóssil no mundo remete, no caso brasileiro que possui um território com abundância hídrica, à multiplicação dos GPI Hidrelétricos. Entretanto, o que significa priorizar a matriz energética, com base hidrelétrica, para os ecossistemas e as pessoas? O

crescimento a qualquer custo deve servir de lição aos governos, empresários e cientistas de que é preciso ter cautela nessa onda de produção de energia hidráulica, pois sair do combustível fóssil para priorizar um recurso renovável implicará em outras (des)ordens de efeitos socioespaciais. Apesar desses efeitos terem recebido a atenção de muitos pesquisadores nos últimos 30 anos, é possível afirmar que ainda estamos “engatinhando” na seara do que é justo para as pessoas e o espaço onde são instalados estes empreendimentos. E em se mantendo essa tendência, o que deve ser o mais provável, torna-se *mister* sofisticar os mecanismos de avaliação de impactos e efeitos sobre a natureza e as pessoas e, mais, torna-se uma questão fundamental sofisticar os mecanismos de mitigação e compensação dos processos de depredação, degradação e exclusão de todas as ordens que envolvem esses negócios.

É notável que no mundo inteiro multiplica-se um movimento de homens e mulheres, empresas, governos, coletividades mobilizando-se em torno do “desenvolvimento sustentável”. Por isso cresce o número de pessoas e de instituições que se declaram convencidas de que o desenvolvimento sustentável deve ser um modelo cada vez mais consolidado na economia dos países, seja pelo convencimento, que seria o ideal, seja por falta de alternativa no momento em que o caos econômico-social estiver estabelecido em função da crise ecológica gerada pelo crescimento ilimitado. Perret (2011) acredita que esses movimentos anunciam os princípios de uma mudança civilizatória, pois a humanidade tem sido obrigada a observar o mundo não como algo abstrato, pois já se sabe cada vez mais sobre a finitude dos bens naturais, demonstrando que a nossa “habitação” é frágil e necessita de muitos cuidados, o que não combina mais com o crescimento ilimitado.

A crise ecológica em curso não se resolverá por meio da tecnologia; antes disso, ela exige uma *mutação antropológica* de grande amplitude. Como visto, os GPI e o

institucionalismo econômico que o envolve, privilegiam as soluções administrativas e técnicas em relação a ecossistemas e pessoas atingidas/afetadas. Tudo está por ser feito no tocante às soluções que transformem as relações do GPIH e das pessoas a ele ligadas, em relações em que não sejam simplesmente de custo e benefício privados, mas de custo e benefício social e planetário. Sendo assim, o fato é que as ações em torno do desenvolvimento sustentável não estão à altura do que precisa ser feito para barrar, por exemplo, a degradação do meio ambiente e nele da qualidade de vida. As ações não são suficientes porque o que se privilegia de fato é o crescimento e não o desenvolvimento.

No estágio social e antropológico que vivemos hoje, caracterizado por um quadro de hiperalienação (LIPOVETSKY, 2011) das pessoas no sentido de se convencerem do problema ecológico posto e a exigência de revolução de suas posturas, tudo indica que somente a partir de proibições dos Estados sobre ações de risco sobre a vida humana e a vida no planeta, é que alterações antropológicas significativas surtirão efeitos.

Entretanto, se o liberalismo econômico defende que o Estado intervenha o mínimo possível nas relações de mercado e se estas são as bases da crise ecológica, vislumbramos o porquê de tantos pesquisadores criticarem e ou desacreditarem no desenvolvimento sustentável e na sustentabilidade de seu funcionamento. Mas mesmo que este seja um forte argumento para esvaziar a discussão de outro modelo econômico, ou mesmo de sacrificá-lo, o que defendemos é que a ciência e todas as pessoas, não podem continuar alheias aos efeitos perversos da economia de mercado que parece não ter freio em relação a um efetivo caos social em função da crise ecológica. Se a sociedade contemporânea demonstra sinais de hiperalienação em função dos problemas socioambientais que a afeta e se de certa forma o Estado assumiu um papel de “articulador” entre o capital e o trabalho, e se o que se exige da

humanidade é uma mudança antropológica substancial, será lamentável deixar que o Estado atual, que é capitalista, promova ele próprio, ao seu jeito, essas mudanças.

Portanto, recoloca-se na conjuntura atual a necessidade das pessoas não ficarem reféns de decisões unilaterais dos governos atrelados ao capital. É preciso resgatar utopias que sempre estiveram postas para fazer frente ao capital, como a consciência de classe, consciência política, autonomia social, desobediência civil, sob pena da mudança antropológica a que se refere Perret, ficar travestida de “ecologicamente correta”, às custas novamente, de sacrifícios da maioria das pessoas e da natureza, como tem sido desde o advento da Revolução Industrial do século XVIII. O referido autor afirma que

O desenvolvimento sustentável tornou-se um tema suficientemente rico para que todos se sintam obrigados a se referir a ele. Nessa inflação de boas intenções, alguns parecem mais sinceros e conseqüentes do que outros. Em todo caso, há uma distância entre essa agitação social e um desenvolvimento econômico e social realmente “sustentável”. Nós ainda não avaliamos adequadamente as mudanças que se impõem (PERRET, 2008, p.50).

Esse é de fato o quadro que envolve o conceito de desenvolvimento sustentável. Existe uma inflação de discursos em detrimento de práticas efetivas. Em relação ao setor elétrico brasileiro, os discursos são muitos, mas efetivamente parece que as práticas são mínimas, para não dizer inexistentes, principalmente em se tratando de alteração do comportamento antropológico, ou seja, os GPIH ainda primam pelos interesses mercadológicos e não exatamente pelo desenvolvimento social ou sustentável efetivos.

Assim,

A retórica do desenvolvimento sustentável não passa geralmente de um meio de ocultar as contradições: pretende-se reconciliar o meio ambiente, a economia e o social, mas isso permanecerá um voto vazio enquanto não se for capaz de construir cenários dignos de crédito, e viáveis economicamente em planos de ação realistas (PERRET, 2008, p.51).

A apropriação do discurso do desenvolvimento sustentável parece muito mais priorizar a sedução para novos investimentos e ampliação do uso dos bens naturais do que propriamente em contê-los. Prova disso é o arsenal de relatórios, regulamentações, oriundos de nossa legislação federal com relação ao meio ambiente e, particularmente, para os licenciamentos dos GPIH, o que ainda é bem tímido, considerando-se o que está em jogo no uso dos bens naturais e no impacto e efeito sobre as comunidades. O que se vê são lentidões e bloqueios nos processos que podem fazer avançar as questões relativas ao desenvolvimento efetivo, com base em uma ecoética contrapondo ao antropocentrismo de gosto neoliberal.

Com efeito, ninguém sabe realmente como conciliar o curto e o longo prazo, a ecologia e a economia, as aspirações legítimas de nossos contemporâneos e os direitos das gerações futuras. Uma coisa é certa: não podemos nos contentar em “verdejar” à margem de nosso modelo de crescimento. A proteção do meio ambiente não é um objetivo suplementar que viria se acrescentar aos objetivos econômicos e sociais do desenvolvimento, é a necessidade vital a partir da qual tudo deve ser repensado (PERRET, 2008, p.54).

Verifica-se, de acordo com Perret, o dilema que sempre esteve posto à humanidade, como atender aos anseios humanos imediatos sem ameaçar o mesmo direito, a longo prazo, aos seus descendentes. Como visto, foi no relatório Brundtland que se formalizou o conceito de desenvolvimento sustentável, aceito pelo mundo todo. Entretanto, esse conceito nos remete a uma velha discussão de origem marxista. A questão é: a humanidade e o planeta necessitam de uma reforma ou uma revolução do sistema econômico?

3.3 Ecologia profunda, ecomarxismo e a construção de um novo paradigma: limites e possibilidades

Considerados os GPIH em um contexto ecológico mais amplo, a solução para os problemas que atingem e colocam em risco a todos, passa necessariamente por uma nova síntese cultural que reconcilie o espírito de inovação e de desempenho com o espírito de frugalidade, que promova valores mais femininos, relacionais, sem que se freie a imaginação e gosto de superação, por outro lado, esta reconciliação deve considerar que, a contrário dos discursos oficiais corporativos, governamentais e estatais, as lutas de classes, a concentração de renda e a expropriação dos meios de produção da classe trabalhadora, não acabaram e é a origem de todos os males, ecológicos e sociais. Por isso, pesquisas e reflexões de autores que fazem parte do movimento da Ecologia Profunda, como: Capra (2000), Boff (2008), Aveline (1999), Drengson (2012) e autores que compartilham do movimento do chamado ecomarxismo ou ecosocialismo, como exemplo O'Connor (2002), Leff (2001), Lowy (2011), dentre outros, podem contribuir em muito para se construir alternativas aos trabalhos que ainda se fundamentam em pensamentos exclusivamente mecanicistas e mercadológicos que conduziram e conduzem a uma relação antropocêntrica em relação ao uso da natureza. É importante destacar que esta proposta de discussão pode parecer inocente ou idealista por demais, entretanto são frutos de pesquisas e de outras lógicas de pensamentos que não as hegemônicas e por isso devem ser consideradas com seriedade em épocas tão difíceis em que alguns autores afirmam que ideologias e utopias desapareceram.

Para esses críticos do velho paradigma, a escassez de recursos e degradação do meio ambiente combinados com rápido crescimento populacional têm levado ao colapso de comunidades locais e à toda desordem de violência social de um mundo globalmente

interligado. Para eles, esses problemas são facetas de uma única crise de percepção, de pensamento e de valores que ainda não atingiram plenamente as corporações, administradores, professores e nem a ciência. Nessa perspectiva os problemas que nos envolvem hoje não são meramente intelectuais, alcançaram a dimensão emocional e existencial.

Na Geografia, Santos (1996) prenunciava a força que vem mobilizando um novo paradigma científico ao afirmar que “Como ponto de partida, propomos que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.

Com essa ambição de sistematizar, imaginamos poder construir um quadro analítico unitário que permita ultrapassar ambiguidades e tautologias (SANTOS, 2006, p. 12). Dessa forma, Milton Santos ousou não somente eleger um objeto universal de análise geográfica, como também a forma como esse objeto deveria ser analisado. Para isso ele organizou um conjunto de ferramentas: a verticalidade, a horizontalidade, as técnicas, os sistemas técnicos, o local, as redes dentre outras que servem de referencial de análise e de síntese dos dados obtidos na pesquisa e que permitem um enfoque geográfico.

Se na Geografia recorremos a Milton Santos para dialogar com um método mais dinâmico de compreensão da realidade, na filosofia da ciência, Capra (2000 e 2002), recorrendo a Thomas Kuhn, tenta definir um novo paradigma social que nos interessa na análise/síntese de políticas de sustentabilidade dos AHE Amador Aguiar I e II.

Para Kuhn, um paradigma é “...uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza” (KUHN, apud Capra, 2000). Esse raciocínio questiona o paradigma ainda predominante na sociedade contemporânea de uma visão de vida radicada na competição pela existência, que

crê no progresso material ilimitado obtido por crescimento econômico e tecnológico, que vê a mulher como inferior ao homem, etc. Em contraposição, o que Santos e Capra buscam é um novo paradigma que concebe o mundo como um todo integrado e não como uma coleção de partes dissociadas. Por isso, o novo paradigma recorre ao termo “ecológico”, em um sentido amplo e mais profundo do que o usual.

A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, indivíduos e sociedades, ou seja, estão encaixados nos processos cíclicos da natureza (somos dependentes desses processos). Segundo o norueguês Arne Naess, precursor das proposições para um novo paradigma científico, “a essência da ecologia profunda, consiste em formular questões mais profundas.” (CAPRA, 2000) “...fazer perguntas profundas a respeito dos próprios fundamentos da nossa visão de mundo e do nosso modo de vida modernos, científicos, industriais, orientados para o crescimento e materialista” (CAPRA, 2000). Essas proposições paradigmáticas colocam em dúvida o velho paradigma. Na ecologia profunda os valores estão alicerçados em valores ecocêntricos (centralizados na Terra) e não antropocêntricos (centrados no ser humano), daí a origem do conceito de ecoética no qual todos os seres vivos são membros de comunidades ecológicas ligadas umas às outras numa rede de interdependências. Nesse sentido, considerar essas discussões na análise e na síntese sobre a política de sustentabilidade praticada por empresas do SEB e do poder público, com as expectativas das comunidades atingidas e afetadas por GPIH, possibilita a emergência de uma visão diferente da organização socioespacial da região de estudo, assumindo dois ângulos de se ver a sustentabilidade: um ângulo chamamos de utilitarista, em que algumas práticas são ecologicamente éticas, entretanto elas se fecham para dentro do interesse da empresa e do Estado, pouco considerando ou até mesmo desconsiderando os outros sistemas a ela relacionados.

O outro ângulo da sustentabilidade chamamos de progressista. Ele caminha no sentido de não esvaziar o valor desse conceito e está estreitamente relacionado a um padrão fundamental de organização: a natureza sustenta a vida ao criar e nutrir as comunidades. Nesse ângulo a sustentabilidade é reconhecida por meio da observação de centenas de ecossistemas que se relacionam ainda aos conceitos de “redes”, “sistemas aninhados”, “interdependência”, “diversidade”, “ciclos”, “fluxos”, “desenvolvimento” e de “equilíbrio dinâmico”, muitos deles até mesmo relacionados à obra de Milton Santos referenciada neste texto. A questão é analisar se sob um ângulo que chamo de ético, caberia dentro de um sistema econômico capitalista.

A resposta à essa questão tende a ser negativa quando lidamos com os princípios do movimento da Ecologia Profunda e mesmo do Ecomarxismo.

Na Ecologia profunda, os autores que procuram fomentar suas discussões, possuem como princípios:

1. El bienestar y florecimiento de la Vida humana y no humana en la Tierra tiene valor en sí misma (sinónimo: valor intrínseco, valor inherente). Estos valores son independientes de la utilidad que tengan el mundo no-humano para los propósitos de los humanos.
2. La riqueza y diversidad de las formas humanas contribuyen a la realización de estos valores y también son valores en sí mismos.
3. Los humanos no tienen derecho a reducir la riqueza y diversidad, excepto en caso de satisfacer necesidades humanas *vitales*.
4. El florecimiento de la vida humana y de las culturas es compatible con una disminución sustancial de la población humana. El florecimiento de la vida no-humana requiere tal disminución.
5. La interferencia humana actual con el mundo no-humano es excesiva, y esta situación está empeorando rápidamente.
6. Por lo tanto las políticas tienen que cambiar. Estas políticas afectan la economía básica, y las estructuras tecnológicas e ideológicas. El resultado será profundamente diferente a lo que sucede en el presente.
7. El cambio ideológico se refiere más bien a una apreciación de la *calidad de vida* (relacionado con situaciones de valores inherentes) más que con la adhesión a un estándar de vida cada vez más superior. Existirá una gran conciencia sobre la diferencia entre grande y gran.
8. Quienes suscriben los puntos precedentes tienen la obligación de tratar de implementar, directa o indirectamente, los cambios necesarios. (DRENGSON, apud Deval, 1985)

1. O bem-estar e o florescimento da vida humana e não-humana na Terra tem valor em si mesma (sinônimo: valor intrínseco, valor inerente). Esses valores são independentes da utilidade que tenham ao mundo não-humano para os propósitos humanos.
2. A riqueza e a diversidade das formas humanas contribuem para a realização destes valores e também são valores em si mesmos.
3. Os seres humanos não têm o direito de reduzir a riqueza e a diversidade, exceto em caso de satisfazer as necessidades *vitais* humanas.
4. O florescimento da vida humana e das culturas é compatível com uma diminuição substancial da população humana. O florescimento da vida não-humana requer tal redução.
5. A interferência humana atual com o mundo não-humano é excessiva e esta situação está piorando rapidamente.
6. Portanto as políticas devem ser modificadas. Essas políticas afetam a base da economia e as estruturas tecnológicas e ideológicas. O resultado será profundamente diferente do que acontece no presente.
7. A mudança ideológica refere-se muito a uma valorização da *qualidade de vida* (relacionada com as situações de valores inerentes) mais do que a adesão a um padrão de vida cada vez melhor. Haverá uma grande consciência da diferença entre a quantidade e a qualidade.
8. Quem subscrever os pontos anteriores tem a obrigação de tentar implementar, direta ou indiretamente, as mudanças necessárias. (Tradução livre)

Se estes são os princípios dos ecologistas profundos, entre os ecomarxistas, segundo

Foladori (2000, p.170), centram-se em três pontos

- a) uma interpretação do materialismo histórico como pouco eficaz para entender os problemas ambientais, por não incluir contradições não classistas, como as de raça, gênero e, em particular, ecológicas; b) o reconhecimento da existência de limites físicos naturais ao desenvolvimento humano; e, c) a leitura da teoria do valor de Marx como baseada exclusivamente no valor de troca, despreocupada pelo valor intrínseco da natureza virgem e dos resíduos da produção. A tarefa que o ecomarxismo se propunha era, precisamente, aprofundar o materialismo histórico com um viés ecológico. Para muitos, nunca ficou claro quanto o eco-marxismo conservava do marxismo, já que esses três elementos anotados acima eram compartilhados por praticamente todas as correntes ecologistas.

Para O'Connor (2002), representante do movimento dos ecomarxistas estamos na presença de uma luta em escala mundial que visa determinar como são definidos os conceitos de sustentabilidade. O seu argumento contempla a existência de quatro sentidos:

- 1) sustentar o curso da acumulação capitalista; 2) proporcionar meios de vida aos povos do

mundo; 3) sustentar o modelo capitalista sem comprometer as formas de vida que têm sido subvertidas por relações salariais e mercantis; e 4) sustentabilidade ecológica. Corroborada por cada um desses sentidos a noção de sustentabilidade tem sido utilizada por vastos segmentos da sociedade para justificar as mais diversas atividades.

É importante destacar que por detrás do cerne do problema ecológico, gerado pelo tipo de economia do capitalismo, a maioria dos estudos remete à questão ao uso de energia, que é a base de todo o sistema produtivo, pois em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, tudo passa pela redução do uso de energia. Isso reforça a importância do objeto de investigação desta pesquisa que é a política de sustentabilidade de um GPIH, produtor de energia renovável, em bem da verdade, mas que não deixa de contribuir para os rastros ecológicos e sociais que devem ser investigados e avaliados. Se no caso brasileiro o SEB é bastante dirigido pelo Estado, numa perspectiva necessária à construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, é ele quem deve definir a configuração dos mercados, impor coerções sobre a definição dos bens a produzir e redefinir os direitos de propriedade, ou seja, o mercado permanece onipresente, mas deve se subordinar aos objetivos fixados pelo poder público. Entretanto, quase tudo está por ser feito, pois se a legislação federal e estadual brasileira estiver parcialmente afinada ao modelo de Estado citado, as práticas não condizem com as intenções legais.

Devolver o comando do mercado ao poder público não significa repetir o intervencionismo do Estado vivido pelo capitalismo dos meados do século XX, uma vez que uma governança para o desenvolvimento sustentável implica em complexa mobilização de instâncias de poder diversificadas, das mais locais às mais globais. Na proposição de Ortega (2011) a organização dos debaixo não se centra apenas na perspectiva popular, mas também em pequenos, médios proprietários e também dos grandes, que ainda detêm poder. O certo

é que de crise em crise, o poder absoluto do capital foi e está gradativamente sofrendo algumas fissuras e se vê obrigado hoje, senão ouvir outras opiniões, considerá-las por força de regulações do mercado ou mesmo por falta de alternativa. No momento em que se emergem os conflitos de classes, o Estado possui lugar privilegiado de expressão de uma vontade que seja de algum modo, coletiva.

A lógica do desenvolvimento sustentável não combina com algo que é central para o capitalismo: a propriedade, esta que se apropria privadamente das riquezas sociais e naturais. No desenvolvimento sustentável bens e valores não têm vocação para serem apropriados pelos indivíduos. Perret (2011), ao explicitar o modelo de apropriação das riquezas sociais e naturais esclarece que:

Por convenção, chamo aqui de “mercadoria” os bens típicos do crescimento econômico capitalista. Uma mercadoria possui idealmente as seguintes características: é um objeto material cuja produção requer essencialmente trabalho humano, recursos naturais e energia; pode ser produzida em grande quantidade e facilmente trocada, possuída por um indivíduo que detém, devido a isso, o monopólio de seu uso. O meio ambiente, é uma evidência, não é mercadoria. A atmosfera, os oceanos, as espécies vivas não pertencem a ninguém: constituem o bem comum da humanidade. O mesmo vale para os bens que participam da estruturação da vida social, entre os quais os bens culturais, a despeito de todos os esforços empreendidos para integrar a cultura à esfera mercantil (PERRET, 2011, p.110).

Ao definir mercadoria no capitalismo, o autor expõe uma questão séria na ambiência de uma crise ecológica: a da apropriação de espaços naturais que se transformam em mercadoria. No caso dos GPIH, eles se apropriam das águas para transformá-las em energia elétrica, uma mercadoria aparentemente invisível que permitirá alimentar todo o processo produtivo de mercadorias outras, que transforma outras riquezas da natureza. No mesmo sentido, a tendência dos GPIH é tratar o espaço apropriado como mercadoria, como propriedade privada de algo que deveria ser da coletividade: a água que corre em um rio

não poderia ser propriedade privada, mas o é, quando o mesmo serve para a construção de uma hidrelétrica.

Não adianta que a constituição brasileira considere os cursos d'água patrimônio do Estado, com controle da Marinha. No momento em que se estabelecem políticas setoriais, e nelas a elétrica, estará no patrimônio dito social a intervenção do interesse privado. Ocorre que por ser a água um bem público, notadamente ocorrem conflitos de interesse e de poder sobre o que é apropriado como privado imprimindo nesse tipo de “mercadoria” novos modelos de negócios no interior da economia capitalista. Essa característica força que este tipo de mercadoria que envolve um bem que deveria ser público e não privado, adquira novas atividades e práticas sociais, até então desconhecidas.

Se relacionarmos esse raciocínio aos GPIH, percebe-se que ao contrário de outros ramos da produção, o da energia elétrica se relaciona diretamente à ideia de patrimônio coletivo, como o é ou deveria ser o da água. Por isso, os conflitos frequentes entre empreendedores e comunidades atingidas e afetadas, bem como entre ambientalistas, que vêem no empreendimento o prejuízo de uma série de patrimônios ou, no léxico capitalista, de mercadorias; desde as presentes nos ecossistemas até na cultura, particularmente, a imaterial que é atingida e afetada pelo GPIH e pouco ou quase nada é discutida enquanto bem coletivo e não como uma propriedade privada. Nota-se que ainda são acanhadas as negociações coletivas entre empreendedores e comunidades proprietárias e não proprietárias, na forma de audiências públicas, comitês de bacias, que tratem dos territórios utilizados por GPIH na perspectiva de um bem coletivo.

A água constitui o arquétipo de um bem cuja escassez exige uma gestão coordenada, que passa pela criação de instâncias específicas. Os rios, lagos e lençóis freáticos não conhecem fronteiras; numerosos usuários não têm outra solução senão discutir e negociar para dividir entre si o recurso e assegurar sua perenidade. (PERRET, 2011, p.111)

Portanto, praticamente tudo a que se relaciona ao que chamam de meio ambiente, como o domínio dos fenômenos naturais, fica cada vez mais difícil de ser administrado enquanto propriedade privada, pois na verdade são bens coletivos. Esse caráter coletivo dos bens ambientais se manifesta especialmente na evolução do direito que cresce no mundo inteiro, seja no caráter nacional, como também internacional. Isso não estava presente até 100 anos atrás. Portanto, assiste-se no plano jurídico, a problemática ambiental de instituir uma nova classe de interesses legítimos que podem contrapor ao direito da propriedade privada, caracterizando mais uma vez, outra fissura no poder da economia capitalista.

A origem da ideia de propriedade se confunde inclusive à ideia primeira de território natural, onde se delimitam fronteiras de forma instintiva, e a partir disso é que se compreende o processo de degradação do meio ambiente, pois o pensamento e o comportamento que prevalece é que ao se apropriar do espaço, fica permitido poluir, degradar, esgotar.

A propriedade só se torna um fator de civilização e de desenvolvimento sob a condição de ser instituída e inscrita numa organização pacificada das relações sociais. ... A novidade dessa tese consiste em estabelecer um vínculo entre a instituição da propriedade e o uso produtivo dos bens: para que uma posse se torne fonte de riqueza mercantil, é preciso que ela possa ser trocada e servir de garantia com toda a segurança (PERRET, 2011, p.115).

Ou seja, mesmo em concepções menos coletivas de sociedade, no passado era possível identificar que pelo sentimento de bem estar social, a defesa da propriedade nacional, de suas fronteiras, mesmo que por meio de guerra para proteger a propriedade privada nacional, as pessoas ricas e pobres, eram e são levadas a acreditar que a luta era e é para o “interesse” e o “bem estar de todos”. À medida que os Estados Nacionais passaram cada vez mais a se internacionalizar, percebe-se um distanciamento desse ideal mesmo que,

concomitantemente, a problemática ambiental traga à tona uma proposição de que agora é preciso pensar em bem estar social, não em territórios e fronteiras específicos, mas para um território que cada vez mais se internacionaliza, principalmente pelo risco eminente de efeitos ambientais que não são mais localizados, mas para o mundo inteiro. Como os GPIH estão no bojo da principal causa dos problemas ambientais em curso, o da geração de energia; particularmente com base em combustíveis fósseis, vê-se a importância de averiguar como a questão da propriedade dos recursos hídricos vem sendo administrada pelo Estado e pelo governo brasileiros.

Para complicar o quadro de compreensão sobre o caráter privativo da água como mercadoria, no estágio atual do capitalismo chamado financeiro, a propriedade vem adquirindo cada vez mais um perfil virtual, sem base especificamente material. A propriedade, particularmente de bens de grande interesse econômico como o é a geração, transmissão e comercialização de energia, nunca na história da humanidade foi tão “socializada”, o que com certeza dilui o sentimento de apropriação por parte do capitalista.

Explicando melhor o que ocorre nos GPIH, sejam eles estatais ou consórcios privados, os empreendimentos ligados a *holdings* são cada vez mais remetidos ao mercado de ações. Nesse sentido, desaparece a figura dos “donos” e com ela a perspectiva efetiva de se negociar quaisquer conflitos frente a frente com as comunidades, pois quando ocorrem conversações são por meio de representantes legais das empresas. Talvez esse seja o maior problema na resolução razoável dos conflitos sociais. Por exemplo, no momento de audiências públicas ou mesmo na execução de programas e projetos de Amador Aguiar I e II, as pessoas negociam com o representante da “razão social” da empresa e não exatamente com os seus proprietários. Portanto, o que resta da propriedade é o direito de extrair lucros do trabalho dos outros e dos bens naturais que foram e deveriam ser um bem comum.

Dessa forma a propriedade no capitalismo financeiro contemporâneo não tem nada que coadune com a demanda social mais ampla que de fato imprima uma “responsabilidade social”, que de fato socialize a propriedade que deveria ser de bem público. Os acionistas, por exemplo, não se envolvem diretamente com as empresas e dispõem delas se percebem que as mesmas não funcionam bem e ameaçam o aumento dos lucros dos investidores. Por isso, o discurso de “responsabilidade social” e de “empresa cidadã”, que tanto se aproxima dos discursos de sustentabilidade, acaba ficando muito mais no nível de falácias e idealizações do que propriamente baseado nas demandas reais das comunidades.

Não basta ter uma ação para que se acredite que uma empresa de fato esteja vinculada a algum tipo de política de desenvolvimento sustentável, pois isto efetivamente não garante em si um aumento dos lucros. Por isso, esta investigação prioriza compreender as políticas de sustentabilidade que parecem estar muito mais voltadas para dentro da eficiência produtiva da empresa do que para as pessoas que foram atingidas ou afetadas, pois o investimento nelas não implicaria em aumento de lucro para os seus acionistas. Segundo Perret (2011, p.118), a única opção então é a de “obrigar as empresas a produzir de maneira sustentável, mesmo que para isso seja necessário restringir um pouco mais o direito de propriedade”. Esse ponto de vista é interessante, mas ainda parece ser restrito, pois, ao defender que empresa produza de forma sustentável, esse caráter ainda remete para a propriedade privada da natureza, o que pode desobrigar um empreendimento também de ser sustentável com aquilo que não é produção, mas que é atingido e afetado por ela. Como exemplo estão os efeitos socioespaciais de GPIH nas áreas do entorno e de influência dos reservatórios que vivem a desestruturação dos territórios existentes até a construção de barragens hidrelétricas.

Assim, observa-se que é inevitável que o Estado intervenha e assuma o papel de intermediário, regulando a busca de acordos e consensos principalmente em territórios onde são apropriados bens de caráter coletivo. Os GPIH são empreendimentos que se apropriam de grandes áreas de um bem: a água, que é coletivo e, portanto, a alteração de seu “curso natural” implica na desestruturação de muitas vidas humanas e do ecossistema em que se inserem. Assim, exige-se cada vez mais da sociedade contemporânea e de seu Estado uma mentalidade de co-propriedade e isso não é simples de ser feito, pois confrontam-se os interesses particulares de quaisquer classes sociais envolvidas. No caso de uma construção de uma gestão de co-proprietários em GPIH, a experiência pode conduzir a muitos ganhos para todas as partes desde que haja objetivos comuns evidentes e caso isso não ocorra em relação ao meio ambiente e às culturas locais, a falta de consensos implica em perdas irrecuperáveis, para não dizer caóticas.

Conclui-se, portanto, que a exigência imposta hoje principalmente para agentes econômicos de grande envergadura é bastante desafiadora, se quiser de fato alterar as relações econômicas e sociais com vistas a um desenvolvimento sustentável.

Particularmente, os GPIH lidam tanto com um espaço natural, quanto com territórios humanos, por isso são empreendimentos que precisam sofisticar suas relações produtivas e sociais na perspectiva de se construir uma economia simbiótica, ou seja, em que os agentes econômicos, empreendedores e comunidades atingidas, devem se inspirar na dinâmica sistêmica do funcionamento da natureza como um todo, por isso a necessidade de se ter como referência um novo paradigma que aqui é o da ecologia profunda.

Segundo Capra (2000) a ecologia profunda tem como metodologia formular perguntas profundas sobre a realidade de forma que se obtenham respostas profundas, que consigam traduzir a realidade complexa em suas múltiplas dimensões. Se relacionarmos essa

proposição com o desenvolvimento sustentável, é perceptível que este exige um outro tipo de paradigma econômico, que seja subordinado às necessidades fundamentais da vida humana e às leis da natureza. Por isso vem a questão: essa economia funcionaria no interior do capitalismo? É complexo ter uma resposta definitiva, pois ainda estão por vir exigências muito mais difíceis e complexas da vida econômica e social da humanidade em futuro bem próximo. Consideradas as referências que temos hoje de economia, seria impossível dizer que vivemos ou estamos construindo um desenvolvimento sustentável porque as necessidades básicas de seres humanos e da natureza não estão sendo atendidas e estão longe de sê-las.

Entretanto a economia deverá ficar submetida cada vez mais frequente sob forças exteriores à sua própria lógica, reguladas pelo Estado nacional e de organismos internacionais. Nesse sentido, entende-se porque algumas políticas de desenvolvimento sustentável, mesmo que acanhadas, aparecem nos discursos e políticas de GPIH, por detrás delas estão uma série de regulamentações legais, principalmente a partir do marco histórico legal do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), mas que colocadas em práticas ainda se voltam muito mais para o interior dos empreendimentos do que para o seu entorno social, chegando de forma mais incisiva para a natureza do entorno dos empreendimentos, pois é de interesse dos GPIH, por exemplo, manterem e reconstituírem suas matas ciliares e de nascentes da bacia hidrográfica em que se localizam como forma de garantir abastecimento regular de sua “matéria prima” fundamental: a água.

No caso dos GPIH, questiona-se se a imposição do Estado ou do governo sobre o que possa ser justo para todas as partes de fato contemplaria as comunidades atingidas. As experiências dos GPIH no Brasil têm dado provas que não, pois ainda prevalece o que é sustentável para os GPIH e não para todas as partes a eles envolvidas. A regulação estatal se

torna ainda mais justificável, quando sabemos que em não podendo prever o uso da natureza com a participação das gerações futuras, caberia definir regulamentações pensando principalmente em assegurar os bens coletivos para elas.

Sobre isso Hans Jonas propõe uma democracia por representação de interesses:

Para que a democracia funcione de maneira eficaz e equitativa, é preciso que todas as partes implicadas pelas decisões possam ser ouvidas. O autor parece criticar porque nesta definição do autor citado não há como incluir as gerações futuras. Ora, 'o futuro' não é representado por nenhum grupo, não é uma força que se possa colocar na balança. O que não existe não possui *lobby* e aqueles que ainda não nasceram não detêm [...]. Isto leva em sua extrema acuidade a velha questão do poder dos sábios ou da força de ideias no corpo político, desde que elas não estão mais ligadas ao egoísmo (PERRET, apud, 2011, p.119).

Por mais paradoxal que pareça, a questão ecológica exigirá a intervenção estatal e ao mesmo tempo a garantia de mais participação e envolvimento local devido à diversidade de bens coletivos existentes; cada um deles colocando problemas de governança específicos para dilemas que são de toda a coletividade. Relacionando o paradoxo com a realidade dos GPIH, o desafio é definir o que seria de trato com decisão centralizada (estatal) e o que seria de decisão descentralizada (*Bottom-up*).

Atualmente, verifica-se que conflitos nos GPIH são tratados com decisões centralizadas que definem a autorização de implantação e funcionamento dos GPIH e remete às comunidades as negociações de impactos e afetações. Mas o tipo de governança dos GPIH com as comunidades ainda não é suficiente para as comunidades. Isso pode ser ilustrado com o caso da hidrelétrica de Belo Monte, quando se autorizou a implantação sem efetiva negociação com as comunidades. Não seria o caso de remeter a decisão de implantação e funcionamento às comunidades? Entretanto, o Estado Brasileiro pode alegar: mas sem hidrelétricas não haverá abastecimento de energia, essa seria a justificativa de uma decisão centralizada? Mas como fica a perspectiva sustentável do GPIH? Outro fato

importante da justificativa da decisão centralizada do GPIH, é que a matriz brasileira é de fonte renovável e abandoná-la seria remeter à exploração de outra matriz; isso, sabe-se, é bastante delicado numa economia, principalmente como a do Brasil em tempos que se orienta mundialmente que a energia utilizada pelos países seja de fontes renováveis. Talvez então faltem decisões centralizadoras que estipulem o volume de recursos a serem aplicados nos territórios onde os GPIH serão implantados.

Essa situação reforça o caminho metodológico desta investigação de resgatar o funcionamento de instituições e os modelos de governança que podem ser necessários ao ambiente de um GPIH, entendendo nele as comunidades que são atingidas/afetadas. É preciso ter cuidado na despolitização que o discurso de governança pode trazer, pois, afinal, qualquer movimento de governança se exerce sempre sob o controle último de um governo, orientado por um tipo de Estado, a instância que concretiza a vontade de uma comunidade humana de dominar seu destino, seu território.

CAPÍTULO IV

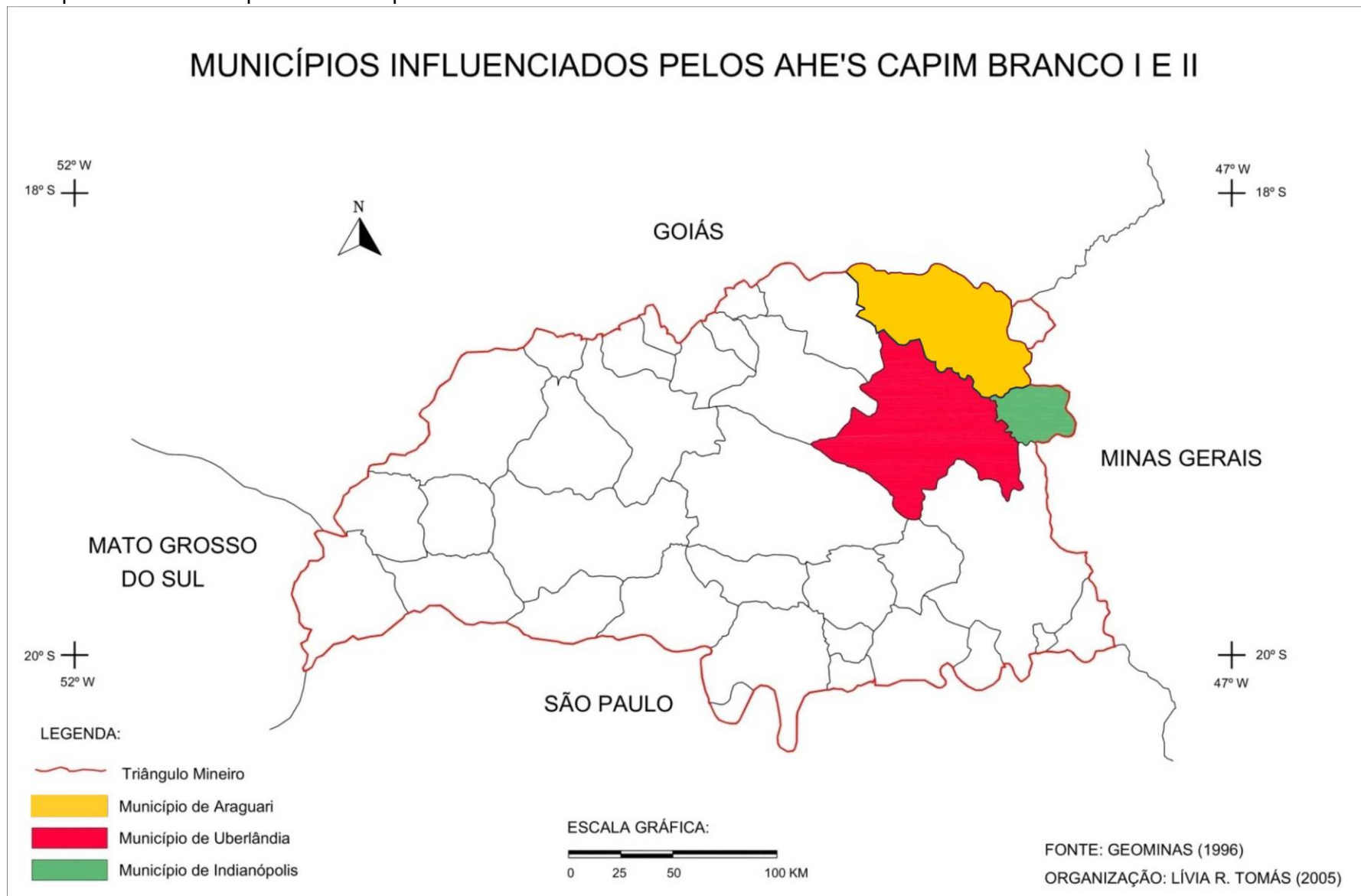


POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE NO COMPLEXO ENERGÉTICO AMADOR AGUIAR

4.1 Identificação do espaço e do território pesquisados

O Plano Diretor dos Reservatórios (PDR) Capim Branco I e II, rebatizados por Amador Aguiar I e II, foi encomendado pelo Consórcio Capim Branco Energia (CCBE), por meio de convênio com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mas elaborado em 2005, por uma equipe de docentes e discentes pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Segundo este documento, a partir da construção do Complexo Energético, compostos por dois AHE's, ou seja, duas barragens, chegou-se à identificação de uma Área de Influência (AI), sujeita a impactos e efeitos, conforme definidos no capítulo I. O PDR (2005), chegou à definição da AI, considerando-se as redes hidrográficas de contribuição do rio Araguari(MG), nas adjacências

Mapa 2. Municípios influenciados pelos AHE's Capim Branco I e II

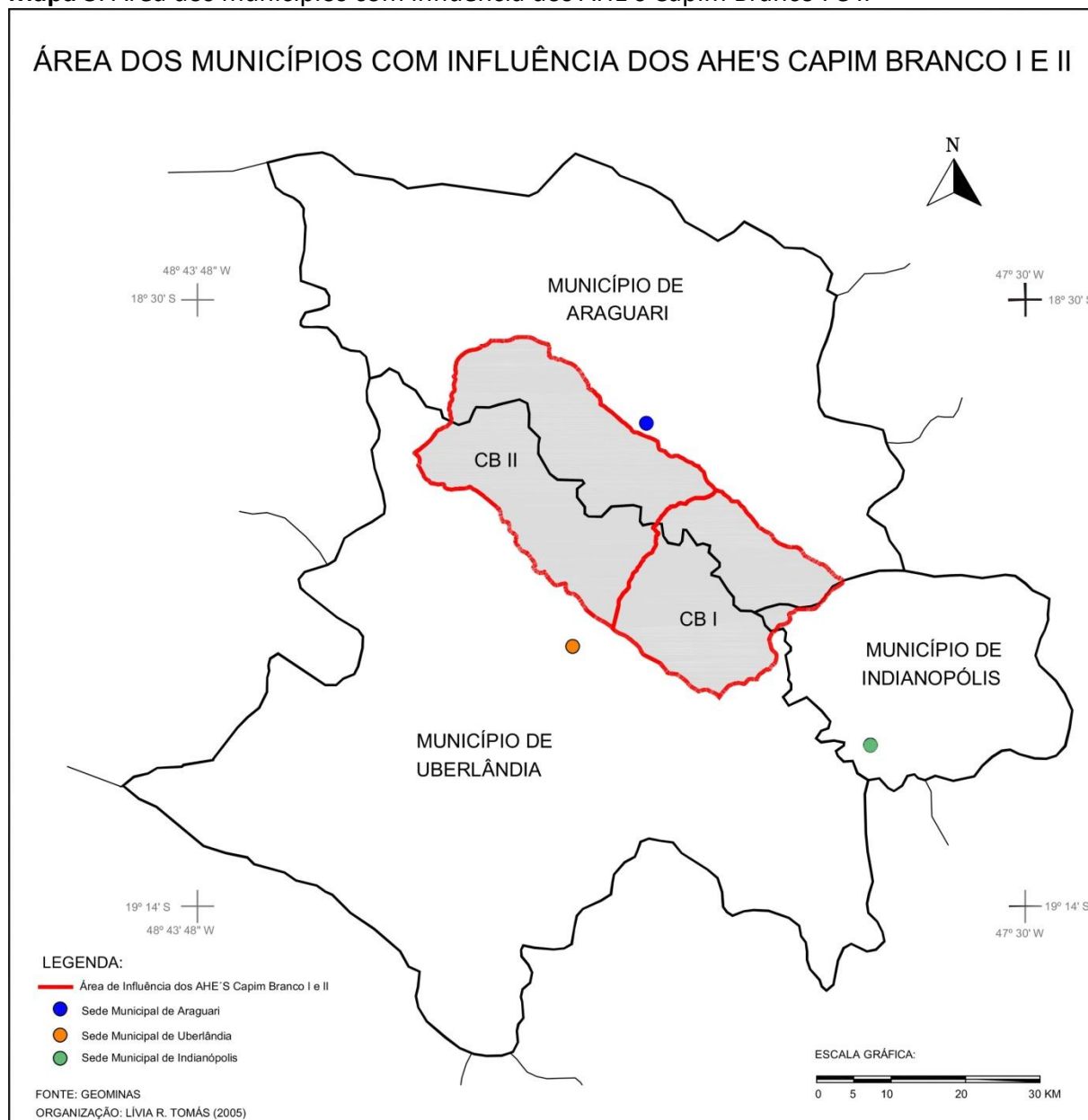


Fonte: Geominas (1996)

Organização: Livia R. Tomás (2005)

de suas margens direita e esquerda, nos municípios de Araguari, Indianópolis e Uberlândia (mapa 2), onde localiza-se a AI conforme pode ser visto no mapa 3 e caracterizada na tabela 3.

Mapa 3. Área dos municípios com influência dos AHE's Capim Branco I e II



Fonte: Geominas (1996)

Organização: Lívia R. Tomás (2005)

A Área de Influência total dos 2 AHE's é de 1.151,91 km². A Área de Entorno ocupa uma superfície de 261,41 Km², que corresponde a 22,7% da área de influência.

Tabela 3. Caracterização da dimensão da Área de Influência do Complexo Energético Amador Aguiar

ÁREA DE INFLUÊNCIA (AI)					
MARGENS	Municípios	CB1*(km²)	CB2*(km²)	TOTAL (KM²)	TOTAL (%)
	Araguari	191,11	377,75	568,86	49,38
	Indianópolis	9,12	0	9,12	0,79
Margem Direita	Araguari/ Indianópolis	200,23	377,75	577,98	50,18
Margem Esquerda	Uberlândia	246,48	327,45	573,93	49,82
		446,71	705,2	1151,91	100,00

Fonte: Ribeiro, M. R. M. (PDR, 2005, p.10)

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2012)

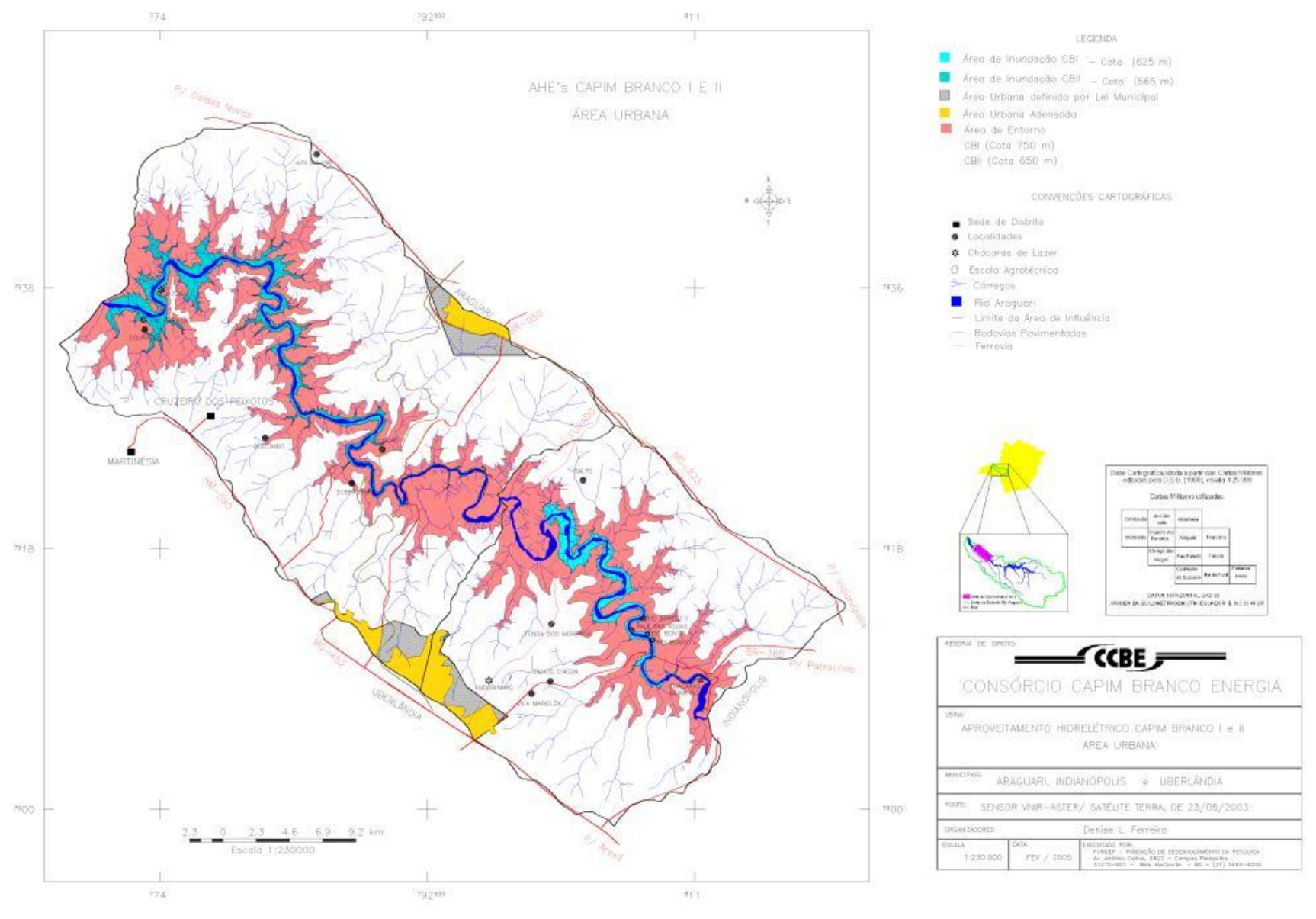
*CB1 – Capim Branco I

*CB2 – Capim Branco II

Observa-se que no AHE Amador Aguiar I, a Área de Influência (446,71 km²) e a sua Área de Entorno (125,79 Km²), abrangem 3 municípios: Araguari, Uberlândia e Indianópolis. O AHE Amador Aguiar II, a Área de Influência (705,2 Km²) e a Área de Entorno (135,62 Km²), restringindo-se apenas aos municípios de Uberlândia e de Araguari. Conclui-se que a área de maior extensão sujeita a impactos e efeitos foi a do AHE de Amador Aguiar II, tanto em sua AI, quanto em sua AE. As duas áreas foram elucidadas, pois interessou-nos pesquisar nessa investigação apenas a Área de Entorno dos dois GPIH, que podem ser conhecidas no mapa 4.

De acordo com a legenda do mapa 4, é perceptível que o Complexo Amador Aguiar - considerando todas as polêmicas que envolveram este GPIH, desde os estudos de viabilidade até a Licença Prévia, Licença de Instalação, o Plano de Controle Ambiental (PCA), exigido por força de legislação - conduziu o empreendimento a adoções tecnológicas que foram importantes tanto para o empreendedor quanto para o território onde foi instalado. Isto principalmente na Área Diretamente Afetada (ADA), local que efetivamente é o ponto inicial do impacto do empreendimento, fazendo com que em AA I, por exemplo, chegasse à alteração do Projeto para que uma área menor fosse inundada. Para uma compreensão melhor, observando a legenda do mapa 4 a cor em azul escuro representa o leito original do rio Araguari e os tons de azul claro é a área onde efetivamente se formou o

Mapa 4. Estrutura da Área de Influência do Complexo Energético Amador Aguiar



Fonte: CCBE (2003)

reservatório ou represa, que destina a riqueza natural, água, para a geração de energia elétrica nas UHE's Amador Aguiar I e II.

Nessa pesquisa, interessou-nos focalizar como se deu e como se dá o (re)conhecimento das pessoas que viveram e foram deslocadas, vivem e/ou fazem parte da Área de Entorno e que, portanto, fazem parte do território à margem dos reservatórios e do rio ou estão afastadas das margens, mas dentro do que se considera AE. Sobre isso convém esclarecer que a ADA de Amador Aguiar I ocupou a área existente até a cota de 625 metros da região e a ADA de Amador Aguiar II inundou o espaço e o território até a cota dos 565 metros. A partir da consideração dessas cotas pelo GPIH, foram disparados todos os processos de apropriação do espaço e toda uma interferência nos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), conforme apontamos no capítulo I.

No levantamento de dados dessa Pesquisa, considerou-se o Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA), elaborado pelo empreendedor, com pedido de renovação da Licença de Operação, para Amador Aguiar I (RADA, 2009) e para Amador Aguiar II (RADA, 2010) porque se trata de um GPIH em operação (Amador Aguiar I teve sua LO concedida em 09/12/2005, mas seu funcionamento se deu a partir de 21/02/2006; implicando, por Lei, o pedido de renovação de licença depois de 4 anos da data de autorização; Amador Aguiar II, teve sua LO concedida em 25/08/2006 e seu funcionamento ocorreu a partir de 09/03/2007). Considerando esses extensos documentos, é possível conhecer e avaliar os diversos programas, projetos e ações de políticas ambientais, sociais, que foram propostas e/ou exigidas pelos organismos de licenciamento e que, para obtenção de nova licença, é preciso prestar contas do cumprimento destas condicionantes. Estas informações possibilitam a compreensão da política de sustentabilidade implícita ou explícita. É notada

toda uma trajetória que o Consórcio percorreu para construir e administrar o GPIH e obter os devidos licenciamentos, particularmente os constantes nos EIA e RIMA, nos procedimentos constantes do PCA e nas Licenças para o empreendimento seguir o seu curso por meio de medidas mitigadoras e de compensação, o que traduz os pontos mais conflitantes relacionados à existência do GPIH no território investigado.

Na leitura do RADA (2009 e 2010), identifica-se os dados de envergadura que caracterizam a relação de um GPIH com a apropriação do espaço e a geração de impactos e efeitos. O reservatório da UHE Amador Aguiar I possui 19 Km² (RADA, 2009) de área inundada para gerar 1.357.800 MWh/ano de energia elétrica. A barragem foi construída de forma singular, como visto na introdução desse trabalho, pois o barramento é separado da casa de força, sendo que a tomada de água, que passa por um túnel, desencadeou em uma obra realizada em um trecho de 9 km do rio, denominada de Trecho de Vazão Reduzida (TVR), abrangendo uma extensão de aproximadamente 9 Km, onde foram construídas 5 soleiras para garantir perenidade de água. Isso com a finalidade de manter o perfil de escoamento que ocorreria em vazões mínimas das condições naturais no período da seca; minimizando impactos e efeitos ainda mais negativos ao meio biofísico.

O Reservatório da UHE Amador Aguiar II possui 45 Km² (RADA, 2010) de área inundada e foi formado por meio de uma barragem convencional, para gerar 1.147.560 MWh/ano.

Com esses dados totaliza-se uma área inundada de 64 km², ou 6.400 hectares, que, excetuando-se as áreas ocupadas por construções edificadas das barragens e operações, representam a maior parte da Área Diretamente Afetada. Ocorre que os empreendimentos devem ser vistos em seu conjunto para ser coerente com as discussões e princípios teóricos apontados no capítulo III, particularmente os relacionados com a Ecologia Profunda.

Entre as UHE's Amador Aguiar I e Amador Aguiar II existe uma distância hidrográfica de aproximadamente 75 km, registrada da foz do rio Araguari com o rio Paranaíba, a partir da barragem de AA II. Além disso, é verificado nos próprios relatórios do Consórcio que

A usina está inserida em um contexto de empreendimentos hidrelétricos em cascata. Situadas a montante encontram-se as Usinas Hidrelétricas de Pai Joaquim, Nova Ponte, Miranda e Amador Aguiar I, todas no rio Araguari (Figura 1). A Usina Hidrelétrica de Amador Aguiar II está submetida à influência do remanso da UHE Itumbiara, situada a jusante, no rio Paranaíba, sendo o rio Araguari afluente ao seu reservatório. (CCBE/RADA, 2010, p.8)

Ressalta-se que além dos GPIH presentes na citação, existe uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) denominada de Macacos; portanto, conforme visto na Introdução desse trabalho, trata-se de um rio intensamente impactado.

Consideradas essas informações, retomamos a representação cartográfica constante no mapa 4 para referir especificamente ao território da Área de Entorno (AE), referenciada pela legenda na cor rosa. Na tabela 4 temos as seguintes informações:

Tabela 4. Caracterização da dimensão da Área de Entorno do Complexo Energético Amador Aguiar

ÁREA DE ENTORNO (AE)					
MARGENS	Municípios	CB1*(km ²)	CB2*(km ²)	TOTAL (Km ²)	TOTAL (%)
	Araguari	48,53	51,52	100,50	38,27
	Indianópolis	3,62	0	3,62	1,38
Margem Direita	Araguari/ Indianópolis	52,15	73,64	125,79	46,70
Margem Esquerda	Uberlândia	73,64	84,10	157,74	53,30
		125,79	157,74	283,53	100,00

Fonte: Ribeiro, M. R. M. (PDR, 2005, p.10)

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2012)

*CB1 – Capim Branco I

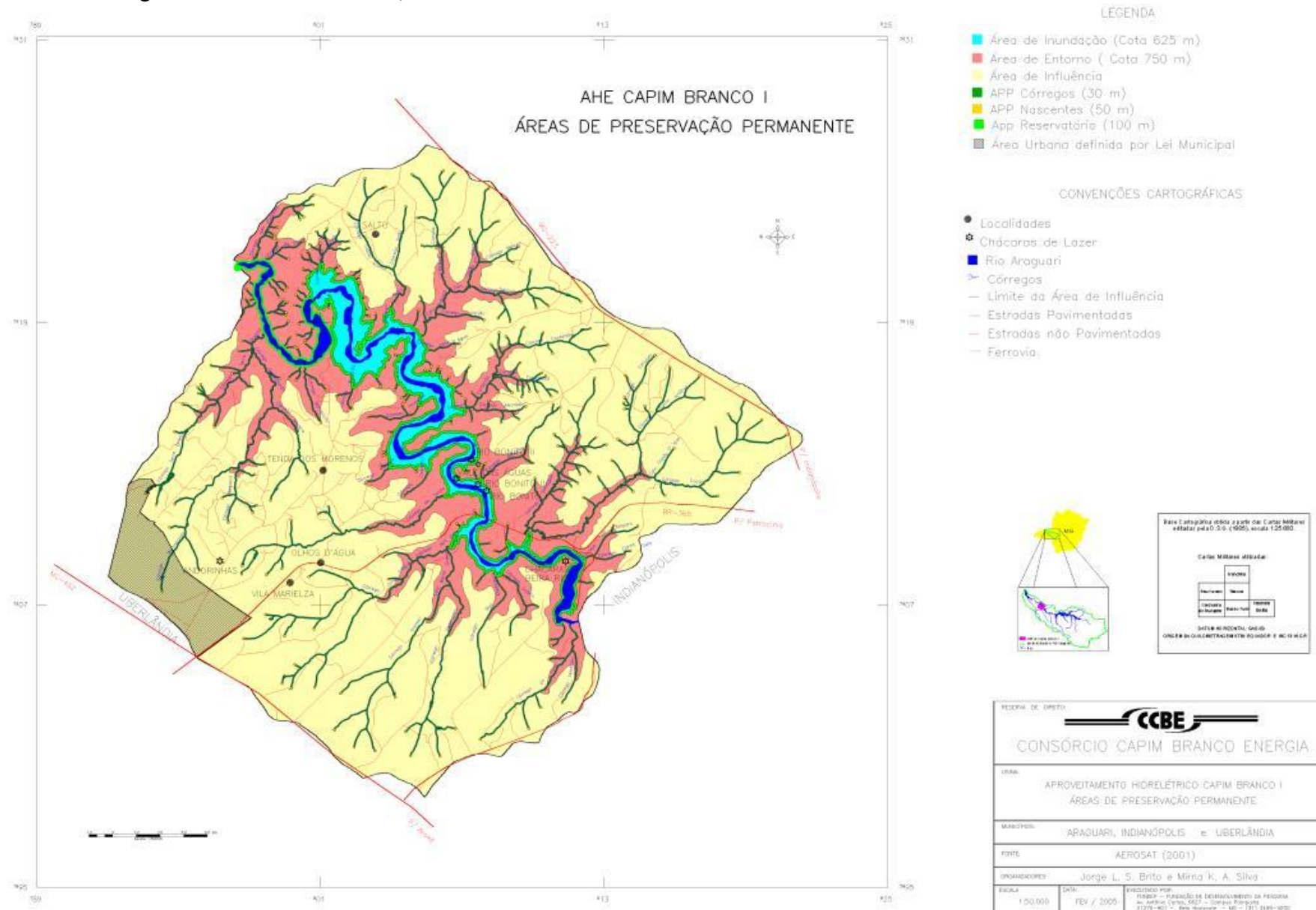
*CB2 – Capim Branco II

Em Amador Aguiar I, a AE tem como referência a cota 750 metros, resultando em 125,79 Km², sendo que o município de Indianópolis possui apenas 2,87% do total. O município de Araguari possui 38,58% da AE e o município de Uberlândia conta com a maior área, 58,54%. No mapa 5 é possível identificar na área rosa a AE de Amador Aguiar I, onde foram realizadas visitas para aplicação de questionário e entrevistas com proprietários e não-proprietários, bem como com os trabalhadores rurais deslocados de suas atividades em propriedades onde eram empregados, em toda a área do Complexo Energético, mas que foram assentados nas comunidades Vida Nova (localizada dentro da AE) e em Olhos D'água (localizada na AI, adjacente à AE).

A Área de Entorno de Amador Aguiar II tem como limite a cota de 650 metros, ocupando uma área de 157,74 Km². O município de Araguari, localizado na margem direita do rio, conta com 46,7% da Área e o município de Uberlândia, situado na margem esquerda, ocupa 53,3% da Área de Entorno. No mapa 6 é possível identificar espacialmente essas informações, particularmente na área com legenda na cor rosa, onde também visitamos algumas propriedades para a coleta de dados a fim de se alcançar os objetivos de identificar o tipo de sustentabilidade que foi, ou não, construída entre os atores envolvidos: Consórcio (iniciativa privada), Poder Público (Entes Federados: Municípios, Estado de MG e Governo Federal) e a população civil.

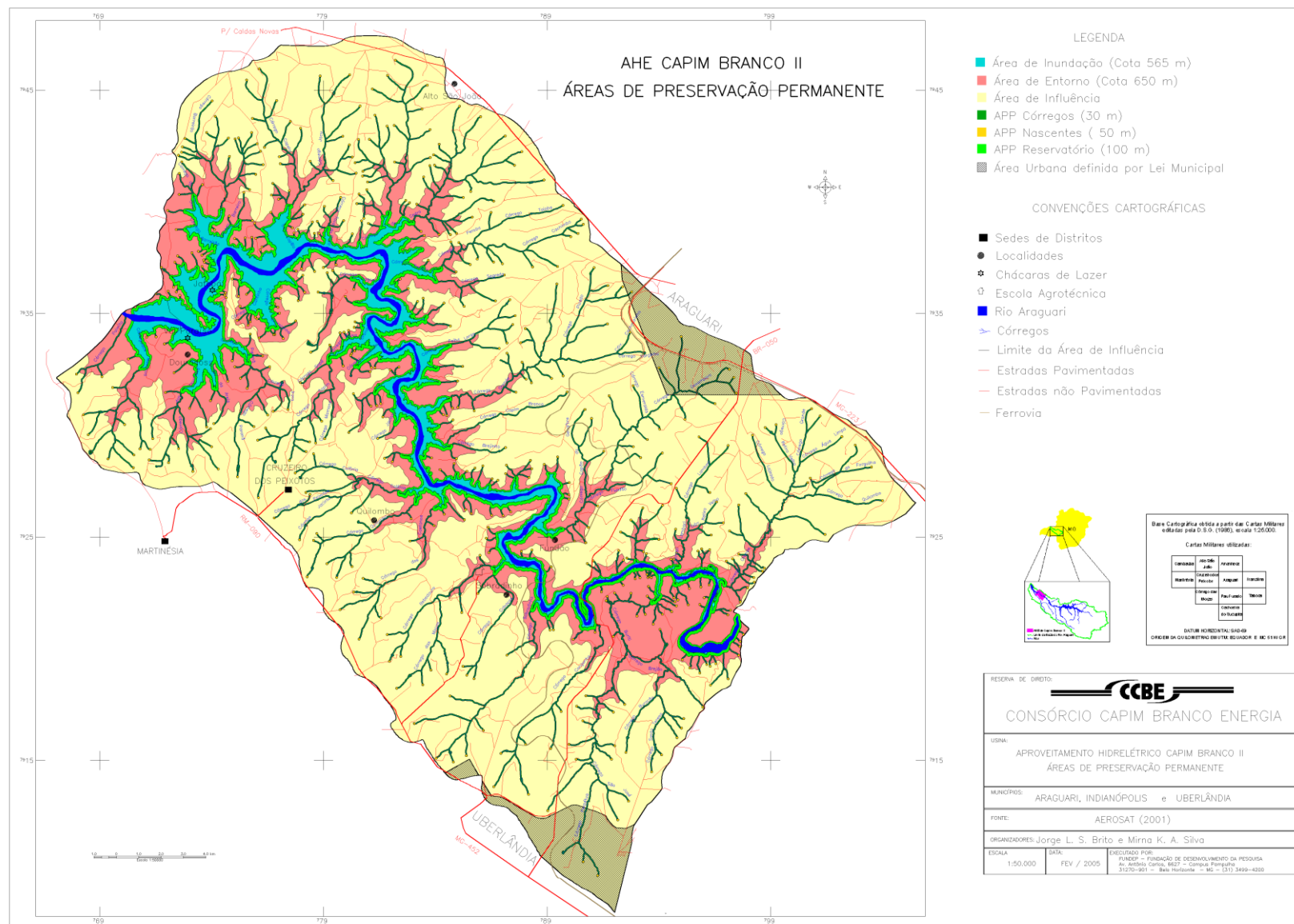
Para identificar as ações de impacto e efeito desses atores no local da pesquisa, recorreremos a documentos de licenciamento dos dois AHE's e de publicações relacionadas a eles, que em síntese se utilizam de inventários e descrições das características físicas, bióticas e socioeconômicas. A fim de se formar uma ideia das áreas atingidas e afetadas, apresentamos algumas dessas características como forma de compreender o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do espaço apropriado pelo GPIH.

Mapa 5. AHE Amador Aguiar I – Área de Influência, Área de Entorno e Área Diretamente Afetada



Fonte: CCBE (2003)

Mapa 6. AHE Amador Aguiar II – Área de Influência, Área de Entorno e Área Diretamente Afetada



Fonte: CCBE (2003)

Segundo o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do rio Araguari (CBH-ARAGUARI, 2008), a bacia do rio Araguari foi dividida em 18 sub-bacias, enumeradas a partir de sua foz no rio Paranaíba até as nascentes na Serra da Canastra. Chama atenção que a sub-bacia 03 ficou assim denominada: “AHEs Capim Branco”, correspondendo exatamente à Área de Influência delimitada pelo GPIH e no Plano Diretor do Reservatório (FUNDEP/UFMG, 2005); todas as outras 17 sub-bacias receberam nomes dos cursos d’água da bacia do rio Araguari. Isto remete à importância que ganhou esse empreendimento nessa sub-região hidrográfica. Nesse sentido, na sub-bacia 3 ou na Área de Influência (nela localizam-se a ADA e a AE), as características espaciais físicas apresentam um fundo de vale do tipo encaixado, com trajeto de meandros, sobre um leito com rochas variadas, como micaxistos, gnaisses e basaltos, o que conferia ao rio, tragado pelas represas, uma beleza paisagística ímpar (RODRIGUES, 2007), conforme pode ser visto nas fotografias 3 e 4.

Fotografia 3. Rio Araguari na área da ponte da BR 050, ligando os municípios de Araguari e Uberlândia, trajeto meândrico do rio, onde hoje existe o reservatório de AA II.



Fonte: RODRIGUES, 2007, p.31 – Crédito: foto do acervo CCBE.

Fotografia 4. Afloramento das rochas no leito do rio Araguari antes da formação do reservatório



Fonte: RODRIGUES, 2007, p.31 – Crédito: Josimar Felisbino da Silva

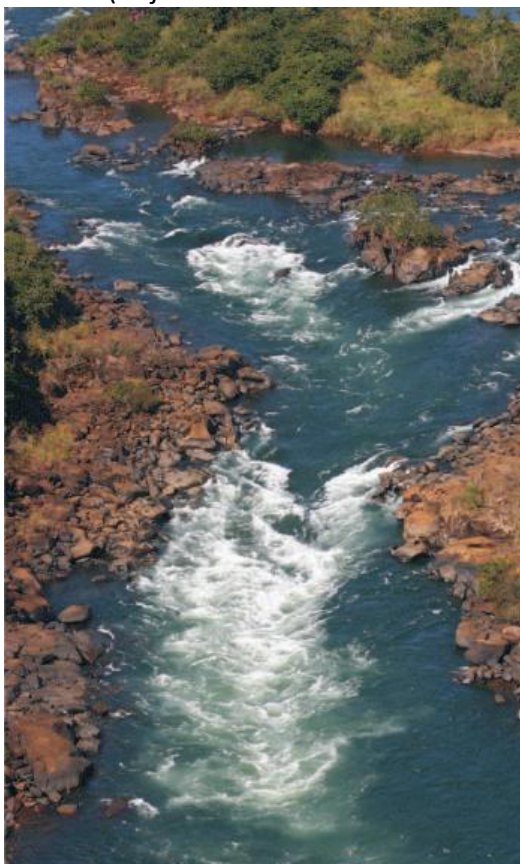
Este perfil do leito de rio fazia com que a população ribeirinha e seus visitantes, contassem com áreas de corredeiras, fotografias 5 e 6, intercaladas com trechos com águas que corriam de forma mais suave (fotografia 7). Belezas paisagísticas tragadas pela represa, conforme pode ser visto nas fotografias 8 e 9.

Fotografia 5. Corredeira do Pau-Furado, hoje debaixo da represa do AHE Amador Aguiar I



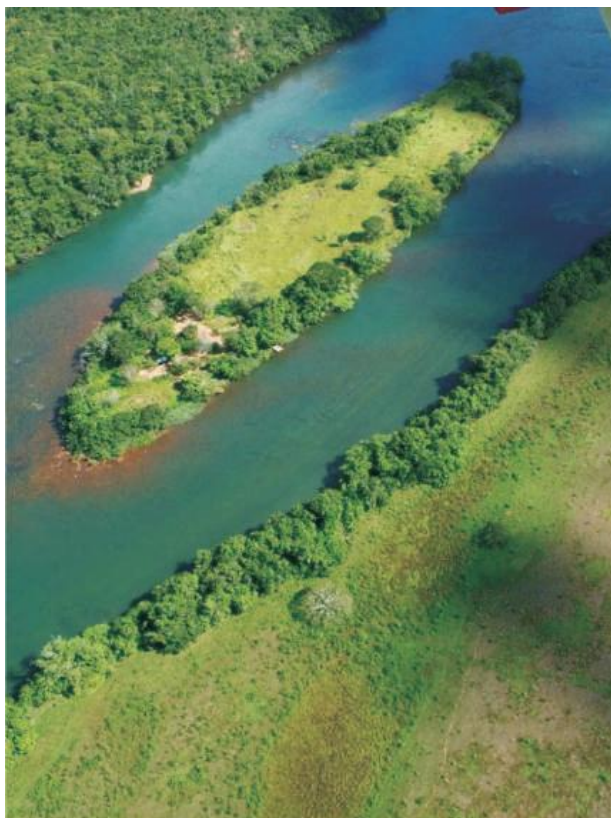
Fonte: RODRIGUES, 2007, p.39 – Crédito: acervo do CCBE.

Fotografia 6. Corredeiras do Funil (hoje debaixo do reservatório do Amador Aguiar I



Fonte: RODRIGUES, 2007, p.39 – Crédito: acervo do CCBE.

Fotografia 7. Leito do rio sem corredeira e ilha fluvial



Fonte: RODRIGUES, 2007, p.39 – Crédito: Josimar Felisbino da Silva

Fotografia 8. Local das duas corredeiras registradas nas fotografias 5 e 6 hoje tomadas pelo Lago de Amador Aguiar I – Visão da Fazenda Salto – Município de Araguari



Crédito: Hudson Rodrigues Lima (2012)

Fotografia 9. Detalhe da curva de rio onde localizava a corredeira do funil



Crédito: Hudson Rodrigues Lima (2013)

A partir do leito do rio Araguari, identificava-se uma vegetação do tipo mata ciliar (visível nas fotografias 3 e 7) ou galeria, adaptada à característica de umidade da área. A partir delas, nas encostas dissecadas na forma de Canyon (cavado em milhões de anos pelo rio), é registrada a vegetação de Mata Semicaducifolia, ou seja, espécies arbóreas que perdem suas folhas no período seco do regime climático Tropical Típico, nas áreas mais altas dos topos de tabuleiro, registra-se também o Cerradão com espécies arbustivas e arbóreas. Em grande parte das áreas inundadas perdeu-se o ecossistema de Mata Ciliar e as margens do curso d'água da represa passaram a ser, principalmente o da Mata Tropical Semicaducifolia. (fotografia 9).

No processo de construção dos AHE's Amador Aguiar I e II, o PCA previa a “limpeza” da área a ser inundada (ADA), segundo as pesquisas de campo engendradas por essa investigação, a madeira de maior valor econômico foi vendida pelo Consórcio e as de menor valor foram doadas ou abandonadas. A fotografia 10 identifica o trabalho realizado de desmatamento da ADA, clara forma de apropriação do território existente, submetendo-o a transformações que geraram desterritorializações de pessoas, vegetais e animais submetendo-os a novos processos de espaço-reterritorializações.

Fotografia 10. Área desmatada até a cota de 565 metros, onde hoje é o limite da represa de Amador Aguiar II



Fonte: CCBE, 2010, p.88

Para além das encostas do Canyon do rio Araguari, nas áreas mais elevadas do planalto dissecado, a característica fitogeográfica é a do Cerrado Típico, ou seja, espécies arbustivas entremeadas de espécies de gramíneas. É nessa caracterização que vivia e se readaptou e reterritorializou, a fauna pré-existente na ADA, que migrou para as encostas e

topos de interflúvios ou dramaticamente desapareceram. Espécies animais típicas do Cerrado, ricas em fauna alada, algumas delas migratórias, tiveram suas rotas desorientadas pela intervenção do GPIH. O mesmo ocorrendo com as espécies animais terrestres, muitas delas ameaçadas de extinção.

No aspecto socioeconômico e cultural não foi diferente o impacto e efeito da apropriação do espaço pelo GPIH. Toda a Área de Influência, particularmente a ADA e a AE, era marcada por atividades econômicas herdadas das primeiras e efetivas colonizações da região do Triângulo Mineiro, ainda no final do século XVIII, decorrente da expansão mineradora a partir da região de Ouro Preto(MG); uma agricultura tradicional, principalmente nas adjacências do leito do rio, e pecuária leiteira e de corte. A vida social em torno dessas atividades econômicas criava um estilo sertanejo ao homem e à mulher do campo, refletido também em hábitos religiosos, em estilos arquitetônicos e na culinária. Na fotografia 11 é possível visualizar um exemplo impactante de máquina de demolição “limpando” a AE, e junto com ela traumatizando histórias de vidas ligadas à vida do rio, que passaria a ser represa.

Assiste-se um desenraizamento (WEIL, 2001) de valores culturais pré-existentes aos da construção da barragem, conduzindo, forçando, impondo-se novas territorialidades aos lugares e às pessoas: símbolos religiosos são transferidos de lugares, mudando e/ou perdendo o sentido anteriormente existente (fotografia 12); a arquitetura urbana se impondo à rural (fotografias 13, 14 e 15); as atividades econômicas do setor primário, advindas da agropecuária, migrando para o setor de serviços, como o do turismo rural (fotografia 16).

Fotografia 11. Residência demolida na ADA de Amador Aguiar I



Fonte: CCBE, 2010, p.88

Fotografia 12. Um Cruzeiro da Comunidade da Tenda do Moreno é “enraizado” em uma rotatória de rodovia municipal e não mais junto à capela, como era no passado.



Crédito: Hudson Rodrigues Lima (2011)

Fotografia 13. Moradia rural tradicional da AE do Complexo Energético de Amador Aguiar – Fazenda no Salto – município de Araguari (MG)



Crédito: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Fotografia 14. Arquitetura de conjunto habitacional urbano em moradia rural na AE do Complexo Energético – Assentamento Comunidade Olhos D'água



Crédito: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Fotografia 15. Conjunto arquitetônico de luxo de propriedade rural voltada ao lazer no Complexo Energético Amador Aguiar



Crédito: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Fotografia 16. Bar no condomínio de chácaras “Mar de Minas”, antigo Rio Bonito I.



Crédito: Hudson Rodrigues Lima (2012)

A partir dessas caracterizações gerais que envolvem a área investigada nesse trabalho, buscou-se identificar o tipo de institucionalismo que envolve a relação das

Instituições privadas, no caso em curso o CCCBE, e Instituições Públicas, representadas pelas Prefeituras Municipais envolvidas, que em estrutura de poder do Brasil remetem ao Estado de Minas Gerais e o Estado Brasileiro, com as comunidades da Área de Entorno do Complexo Energético Amador Aguiar.

4.2 Congruências e incongruências dos poderes privado e público

No Capítulo I, foi apresentada a discussão sobre a concepção de GPIH e nela o tipo de institucionalismo que pode envolver o seu tipo de funcionamento. Para dar coerência à proposta de análise dessa pesquisa recorreu-se aos documentos oficiais de licenciamentos do Consórcio Capim Branco Energia, particularmente os mais recentes deles: Relatório de Avaliação de Desenvolvimento Ambiental (RADA, 2009 e 2010) e a partir disso identificou-se a sua relação com o poder público, ente responsável por administrar o território apropriado e transformado pelo GPIH, que na legislação brasileira perpassa pelo Plano Diretor Municipal, que tem como base de execução o orçamento, fruto da arrecadação de impostos.

A fim de compreender a complexidade e o excesso de informação que envolve o licenciamento de um GPIH, optamos por identificar os Programas citados pelo Consórcio, fruto das Licenças Prévia (LP), de Implantação (LI) e de Operação (LO), consubstanciadas no Plano de Controle Ambiental (PCA). Por iniciativa metodológica e para atender aos objetivos dessa pesquisa, procuramos agrupar os programas de acordo com o perfil das dimensões físicas, bióticas, socioeconômicas e culturais. Observa-se nos textos das Licenças e de Relatórios que muitas vezes os Programas parecem se (con)fundir com Projetos e Ações ou mesmo geram dúvidas sobre os títulos muito semelhantes que podem indicar se tratar de um mesmo programa. Entretanto isso não foi considerado como motivo de

comprometimento na compreensão da relação institucional com o território apropriado, desterritorializado e reterritorializado; os próprios títulos dos programas apontam para as novas territorializações impostas às pessoas, à fauna e à flora. Foram listados os nomes dos Programas, por AHE e o seu caráter de aplicação; se no interior do empreendimento (IE) ou se para fora do empreendimento (FE), ou ainda se em ambos espaços.

Quadro 2. Programas relacionados ao Meio Físico

	AHE Amador Aguiar I		AHE Amador Aguiar II
IE FE	Programa de garantia das condições hidrológicas e ambientais.	IE	Programa de Controle Ambiental.
IE FE	Programa de gerenciamento dos recursos hídricos.	IE FE	Programa de gerenciamento do reservatório e da bacia da bacia hidrográfica do rio Araguari.
SIE	Programa de monitoramento físico, químico e bacteriológico	IE FE	Programa de gerenciamento dos recursos hídricos.
IE	Programa de monitoramento limnológico.	IE	Programa de monitoramento físico, químico e bacteriológico
FE	Programa de proteção às nascentes do rio Araguari.	IE	Programa de monitoramento físico, químico, bacteriológico e hidrobiológico.
IE	Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.	IE	Programa de Monitoramento Limnológico.
FE	Programa de recuperação de voçoroca em Araguari-MG	FE	Programa de proteção às nascentes do rio Araguari.
IE	Programas e ações ambientais no Gerenciamento Ambiental do Trecho de Vazão Reduzida.	IE	Programa de recuperação de áreas degradadas.
IE FE	Programas e ações ambientais no Gerenciamento do Reservatório e da Bacia Hidrográfica do rio Araguari.	FE	Programa de recuperação de voçoroca em Araguari.
IE	Subprograma análise da concentração de metais pesados.	IE FE	Programa e ações ambientais no gerenciamento do reservatório e da bacia hidrográfica do rio Araguari.
		IE	Subprograma de análise da concentração de metais pesados.

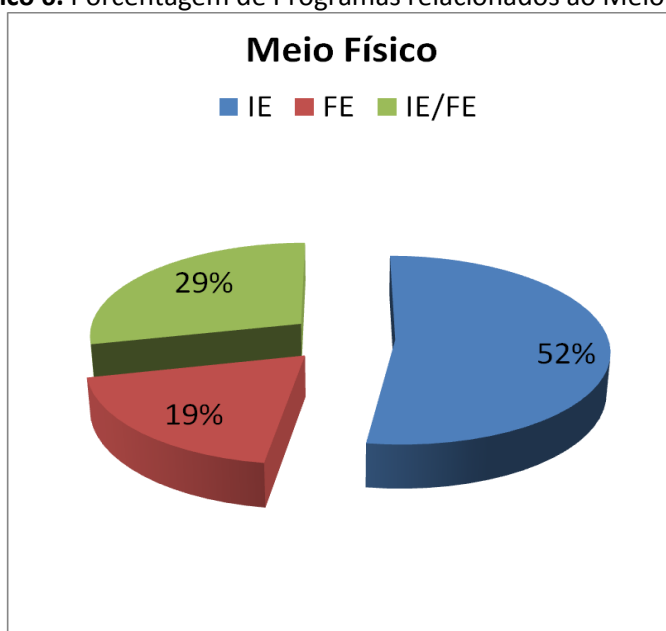
Fonte: CCBE, RADA, 2009 e 2010

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Consideradas essas classificações, temos um total de 21 Programas/subprogramas, desses, 11 são voltados para o interior do empreendimento (52,38%); 4 são voltados para fora do empreendimento (19,05%) e 6 atendem tanto a interesses internos e externos (28,57%). No gráfico 6 esses dados podem ser melhor compreendidos. É visível que apesar de serem dois GPIH que compõe o Complexo Energético em foco, os RADA's possuem datas

diferentes de elaboração; embora reconheçam que os Programas utilizados, e os que ainda sobrevivem, serviram para ambos os AHE's. Independente da opção de organização dos dados coletados, o fato é que, a instituição privada, ao apropriar do espaço de domínio público, como o é a circunvizinhança de cursos d'água, a responsabilidade socioambiental da instituição privada para com as instituições públicas deveria ser bem maior do que a voltada para dentro dela mesma. Essa tendência será notada também na realidade dos outros programas.

Gráfico 6. Porcentagem de Programas relacionados ao Meio Físico



Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Quadro 3. Programas relacionados ao Meio Biótico

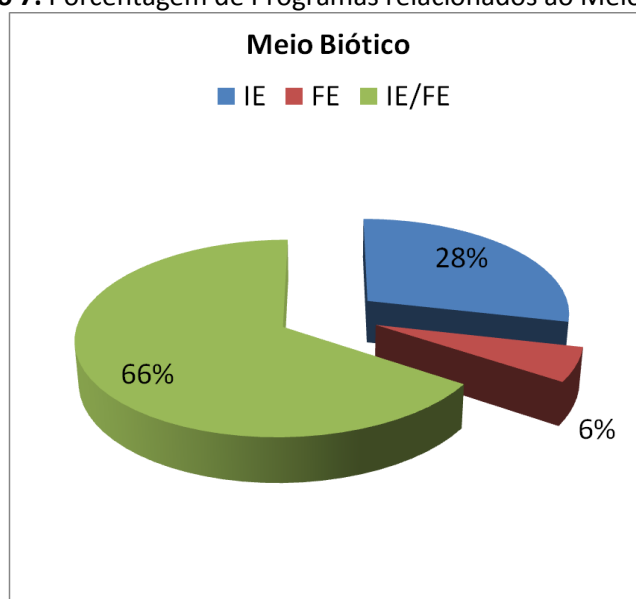
	AHE Amador Aguiar I		AHE Amador Aguiar II
IE FE	Programa de acompanhamento e resgate da fauna alada e terrestre durante o desmatamento da ADA e enchimento do reservatório.	IE FE	Programa de acompanhamento e resgate da fauna alada e terrestre durante o desmatamento da ADA e enchimento do reservatório.
FE	Programa de criação e implantação de Unidade de Conservação.	IE FE	Programa de conservação dos mamíferos do Cerrado, parceria Neotropical Grassland Conservancy (NGC).
IE	Programa de desenvolvimento de pesquisas científicas no Trecho de Vazão Reduzida.	FE	Programa de criação e implantação de Unidade de Conservação.
IE	Programa de estudos e acompanhamento da sucessão de espécies da herpetofauna.	IE FE	Programa de estudos e acompanhamento da sucessão de espécies da herpetofauna.
IE FE	Programa de implantação de viveiro de produção de mudas.	IE FE	Programa de implantação de viveiro de produção de mudas.

	AHE Amador Aguiar I		AHE Amador Aguiar II
IE FE	Programa de monitoramento da fauna alada e terrestre ameaçada de extinção.	IE FE	Programa de monitoramento da fauna alada e terrestre ameaçada de extinção.
IE	Programa de monitoramento da fauna alada e terrestre no Trecho de Vazão Reduzida.	IE FE	Programa de monitoramento de espécies ameaçadas de extinção.
IE FE	Programa de monitoramento de avifauna.	IE FE	Programa de monitoramento de espécies capturadas durante o resgate da fauna.
IE	Programa de monitoramento de morcegos hematófagos.	IE	Programa de monitoramento de morcegos hematófagos.
IE FE	Programa de monitoramento dos impactos sobre a vegetação.	IE FE	Programa de monitoramento dos impactos sobre a vegetação.
IE	Programa de monitoramento e conservação da ictiofauna.	IE	Programa de monitoramento e conservação da ictiofauna.
IE FE	Programa de recomposição vegetal das margens dos reservatórios.	IE FE	Programa de recomposição vegetal e manutenção.
IE FE	Programa de salvamento da ictiofauna.	IE FE	Programa de salvamento da ictiofauna.
IE FE	Programa de salvamento de germoplasma.	IE FE	Programa de salvamento de germoplasma.
IE FE	Subprograma identificação de rotas migratórias	IE FE	Programa de translocação e monitoramento de ovos e filhotes de aves da UHE.
IE	Subprograma status de conservação do Jaú e Piracanjuba.	IE FE	Programas ambientais para proteção das comunidades bióticas.
		IE	Programas de monitoramento da avifauna do Trecho de Vazão Reduzida.
		IE FE	Subprograma de identificação de rotas migratórias.
		IE	Subprograma do status de conservação do Jaú e Piracanjuba.

Fonte: CCBE, RADA, 2009 e 2010

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

No quadro do meio biótico, pela própria característica de lidar com a fauna e a flora, inclusive por mecanismos de força legal, percebe-se um número razoável de programas. Nesse caso são 35 citados; desse total 10 programas são mais específicos para o interior do empreendimento (28,57%); apenas 2 programas (5,71%), possuem perfil de atendimento para fora do empreendimento. Os programas com características que atendem tanto ao interior do empreendimento quanto fora dele correspondem ao número de 23 (65,72%). Estes dados estão representados no gráfico 7. Ou seja, o investimento existe porque em primeiro lugar atende a interesses do privado e em decorrência disso chega-se ao público.

Gráfico 7. Porcentagem de Programas relacionados ao Meio Biótico

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Quadro 4. Programas relacionados ao Meio Socioeconômico

	AHE Amador Aguiar I		AHE Amador Aguiar II
FE	Programa de Assistência Social.	FE	Programa de Assistência Social.
IE	Programa de ergonomia.	IE	Programa de conservação auditiva.
IE	Programa de limpeza da área a ser inundada.	IE	Programa de limpeza da área a ser inundada.
IE FE	Programa de monitoramento do uso e ocupação do solo, cobertura vegetal e fontes de degradação dos recursos hídricos.	IE	Programa de manutenção e manejo.
FE	Programa de monitoramento dos aspectos socioeconômicos.	IE FE	Programa de monitoramento do uso e ocupação do solo, cobertura vegetal e fontes de degradação dos recursos hídricos.
IE	Programa de prevenção de perdas auditivas.	FE	Programa de monitoramento socioeconômico.
IE	Programa de proteção respiratória.	IE	Programa de prevenção ao uso indevido de álcool.
IE FE	Programa de recomposição da infraestrutura afetada.	IE FE	Programa de recomposição da infraestrutura afetada.
FE	Programa de remanejamento e monitoramento da população rural.	FE	Programa de reordenamento das atividades agropecuárias.
FE	Programa de reordenamento das atividades de turismo e lazer em torno do reservatório.	FE	Programa de reordenamento das atividades minerárias.
FE	Programa de reordenamento econômico das atividades agropecuárias.	FE	Programa de reordenamento econômico das atividades de lazer e turismo no entorno do reservatório.
FE	Programa de saúde e saneamento.	FE	Programa de saúde e saneamento.
IE	Programa de segurança e alerta.	IE	Programa de saúde médico ocupacional
IE	Programa de segurança e medicina do trabalho.	IE	Programa de segurança e alerta.
IE	Programas de controle médico e saúde ocupacional.	IE	Programa de segurança e medicina do trabalho para a população diretamente vinculada à obra.

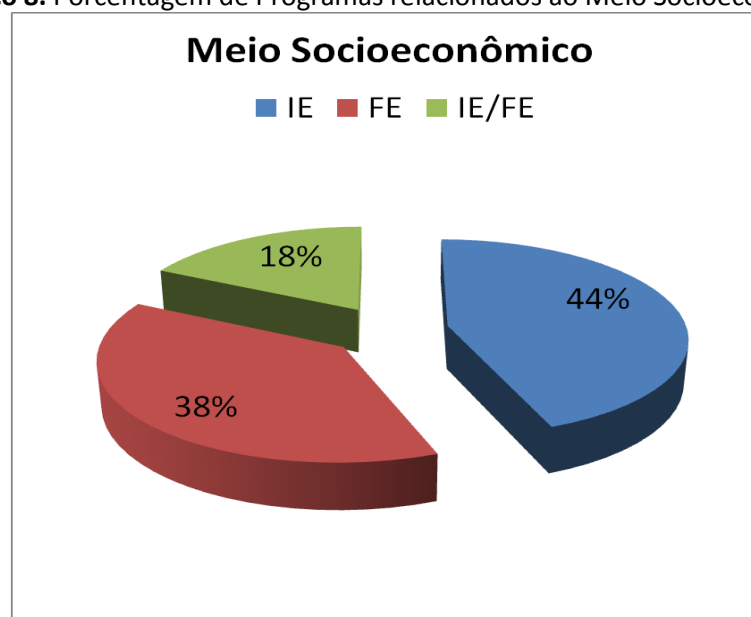
	AHE Amador Aguiar I		AHE Amador Aguiar II
IE FE	Subprograma monitoramento da pesca.	FE	Programa sustentável nas áreas rurais e urbanas.
		IE FE	Subprograma de monitoramento da pesca.
		IE	Subprograma de saúde coletiva.

Fonte: CCBE, RADA, 2009 e 2010

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Os programas relacionados ao meio socioeconômico somam 34; desse total 15 (44,12%) são ligados ao interior do empreendimento. Os programas com perfil volta para fora do empreendimento são 13 (38,23%) e os programas que atendem tanto o empreendimento quanto o público fora dele são em número de 6 (17,65%). No gráfico 8 estão representados estes dados. Para um meio que se relaciona diretamente às formas de sustento e enriquecimento de outros sujeitos, a porcentagem de programas que beneficiam principalmente o GPIH é bastante acentuada, denotando uma situação injusta para aqueles que tiveram suas vidas econômicas desajustadas.

Gráfico 8. Porcentagem de Programas relacionados ao Meio Socioeconômico



Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Quadro 5. Programas relacionados ao Meio Cultural

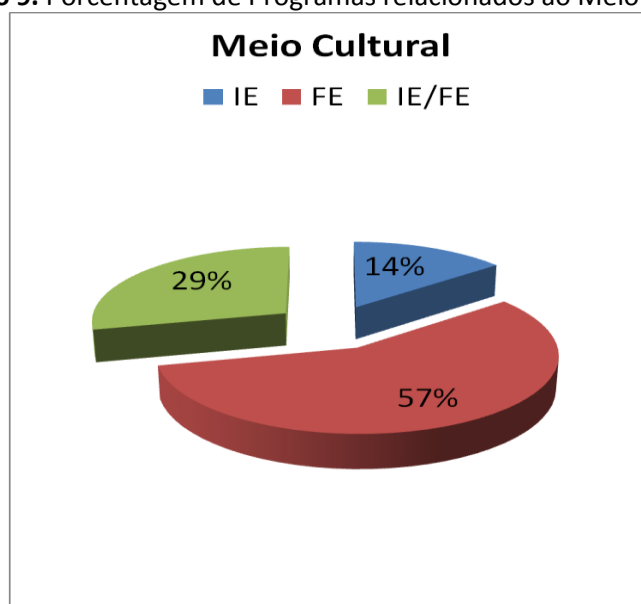
	AHE Amador Aguiar I		AHE Amador Aguiar II
IE FE	Programa de Comunicação Social.	IE FE	Programa de Comunicação Social.
FE	Programa de implantação do Jardim Botânico (substituído pelo Parque Linear do rio Uberabinha).	FE	Programa de Educação Ambiental.
FE	Programa de prevenção ao uso indevido de álcool e auxílio jurídico.	FE	Programa de implantação do Jardim Botânico (substituído pelo Parque Linear do rio Uberabinha)
IE	Programa de prevenção de uso abusivo de álcool e drogas.	IE	Programa de prevenção do uso abusivo de álcool e drogas.
FE	Programa de visitas à Usina Amador Aguiar I	IE FE	Programa de registro do Patrimônio Natural da Área Diretamente Afetada pelo Complexo Energético.
FE	Programas de educação e conservação ambiental.	FE	Programa de visitas a AA I e AA II.
		FE	Programas de educação e conservação ambiental.
		IE FE	Programa executivo de registro do patrimônio cultural e edificado das áreas diretamente afetadas, de entorno e de influência.

Fonte: CCBE, RADA, 2009 e 2010

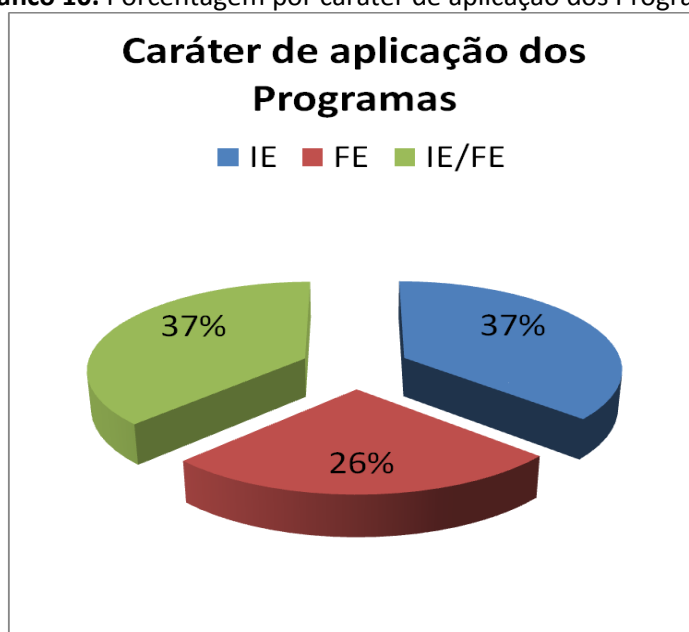
Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Em relação ao Meio Cultural são apenas 14 programas citados, o menor em quantidade de todos os meios, mas de aspecto fundamental quando se lida com processos traumáticos de desterritorializações e reterritorializações de pessoas. Isso demonstra forte indício de um modelo institucional bastante conservador, de visão cartorial. Desses programas apenas 2 (14,28%) é voltado para o interior do empreendimento; 8 programas são para fora do empreendimento (57,15%) e 4 programas (28,57%) servem tanto ao empreendedor quanto para o público em geral. Os dados estão representados no gráfico 9.

No gráfico 10 estão organizadas as porcentagens do caráter de aplicação dos Programas do CCBE, se para Fora do Empreendimento (FE), se para o Interior do Empreendimento (IE) ou se para ambas aplicações FE/IE.

Gráfico 9. Porcentagem de Programas relacionados ao Meio Cultural

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Gráfico 10. Porcentagem por caráter de aplicação dos Programas

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

A visualização do gráfico 10 aparenta uma distribuição equânime no caráter de aplicação dos Programas, entretanto considerados os 37% relativos a Programas voltados para o interior do empreendimento mais 37% que servem tanto ao GPIH quanto para fora dele, temos um total de 74% de investimentos que contemplam os seus interesses próprios.

Isso é o que caracterizam os investimentos que possivelmente consolidam a política de sustentabilidade do Consórcio.

Convém salientar que, de acordo com a leitura dos relatórios de execução desses programas organizados em quadros e gráficos, uma parte considerável deles encerraram suas funções dentro de prazos das licenças anteriores, poucos permanecem ativos no pedido de renovação da Licença de Operação. Nos RADA's (2009 e 2010), o CCBE alega que

Tal situação consolidada dispensa a continuidade de boa parte dos estudos desenvolvidos, visto já ser conhecida a maioria dos processos evolutivos investigados. Esta situação permite que, de agora em diante, se dê um enfoque mais apurado a temas que ainda demandam aprofundamento (CCBE, 2009, p.456).

A afirmação do Consórcio sintetiza eficientemente a tônica utilizada na redação dos relatórios, reconhecimento dos impactos ambientais e sociais, a intervenção no território para atender a legislação e “iniciativas da empresa”, o cumprimento das condicionantes e pouca ou quase nenhuma insatisfação dos atingidos e afetados em relação as ações e medidas adotadas. Ou seja, procura-se pelo discurso elaborado por empresas contratadas, convencer o poder público, pois, afinal, um relatório do porte de um RADA não é elaborado para o conhecimento e compreensão de um cidadão comum, principalmente para os que moram na AE, marcadamente composta de pequenos e médios proprietários ou assalariados. O intuito é o de se produzir um texto “convincente” de que os impactos e efeitos gerados não foram de todo negativos. Esconde-se por detrás dessa intenção, o objetivo de justificar a diminuição de exigências por parte dos órgãos fiscalizadores, amenizar cobranças, diminuir despesas, aumentar os lucros.

Considerando-se a redação dos relatórios, é possível concluir que todos os programas foram concebidos e executados sob a estratégia institucionalista de governança *Top-down*, ou seja, “de cima para baixo”; que vários trabalhos, como o de Ortega (2008), destacam a

importância de modelos institucionais descentralizados, embasados na estratégia *Bottom-up*, “de baixo para cima”, como forma de chegar a reordenamentos territoriais; pra não dizer, reterritorializações que sejam mais justas e próximas às necessidades das pessoas e dos lugares a que pertencem e não apenas centrado no interesse do capital privado. O desenvolvimento territorial da AE e da AI, deveria passar por outro tipo de governança institucional, principalmente quando se trata de processos de desterritorializações oriundos de patrimônio natural público, como o é a água.

Soma-se a esse quadro a questão dos pagamentos de impostos suas destinações e participações, o que implica na relação direta entre o privado e o público na (re)territorialização do espaço. É perceptível a complexidade da legislação brasileira em torno da cobrança, pagamento e destinação de impostos, principalmente quando se trata do uso econômico de bens naturais, como a água; regulamentação que envolve os três entes federativos: governos municipal, estadual e federal. Percorre-se uma imbricada relação entre instituições estatais e agências de regulação, que imprime um nebuloso ambiente, dificultando ao cidadão comum compreender e, principalmente, interferir na administração de recursos públicos. O Rada (2009 e 2010) apresenta alguns dados sobre impostos pagos e participações municipais, mas insuficientes para delongar nessa investigação. Em função disso, buscou-se informações, por meio de questionário, junto ao CCBE, para compreender a política de pagamento de impostos oriundos das atividades econômicas, particularmente o faturamento, do Complexo Energético Amador Aguiar, dentre outras informações. A resposta ao questionário foi negada sem justificativa e apenas nos foi orientando que os dados e informações seriam de alçada da Prefeitura e do Estado de Minas Gerais. A negativa é clara sinalização do que apontamos nesse capítulo, de que o tipo de institucionalismo

presente nos GPIH ainda é altamente conservador, com estrutura de poder significativamente vertical, próprio de um tipo de governança *Top-down*.

A mesma tentativa de obtenção de informações, por meio de questionários sobre os impostos pagos pelo CCBE e suas destinações no território municipal, particularmente nas AE dos reservatórios do Complexo Energético Amador Aguiar, foi feita nos municípios de Araguari, Uberlândia e Indianópolis. A Prefeitura Municipal de Araguari, particularmente por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, prometeu resposta e cobrada várias vezes, não deu retorno algum. A Prefeitura Municipal de Uberlândia, também por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, foi consultada e respondeu parcialmente ao questionário, alegando que as informações sobre impostos eram de alçada da Secretaria de Finanças. Procurada a referida Secretaria, a mesma informou que não tinham o tipo de dado particularizado do CCBE e que seria impossível apresentá-lo. Na Prefeitura Municipal de Indianópolis, a resposta ao questionário não foi muito diferente da resposta dada pela Prefeitura de Uberlândia, ou seja, responderam parcialmente ao questionário no que tange às atribuições da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mas remetendo a informação sobre impostos à Secretaria Municipal de Finanças, que também não tinha organizada a informação solicitada.

É esperado, por força de legislação e por direito cidadão, que o poder público, possua clareza na prestação de contas de usos dos recursos públicos. Mas as práticas políticas estatais dão provas que informações como estas de uso e destinação de impostos estão longe da transparência; até por que o capital na forma de moeda é o meio mais cobiçado da sociedade contemporânea em sua luta de classes e que a iniciativa privada e o poder público insistem em camuflar, negando informações ao cidadão comum.

O objetivo dessa investigação na área de impostos era o de poder identificar a porcentagem deles destinados à Área de Entorno do Complexo Energético Amador Aguiar e compará-los com os investimentos realizados pelo CCBE na mesma área. No RADA de Amador Aguiar I (2009), são apresentados investimentos (tabela 5) na área ambiental que financiaram os programas citados nesse capítulo. Não há uma exposição clara se os investimentos são exclusivos para o AHE Amador Aguiar I, mas, considerando que a maioria dos programas são os mesmos para os dois GPIH em análise, é possível algumas observações e considerações importantes na tentativa de iniciarmos a identificação do tipo de política de sustentabilidade ou de desenvolvimento sustentável existente ou a inexistência desse, na área investigada, outro objetivo da pesquisa.

Tabela 5. Resumo dos investimentos ambientais em programas do CCBE (Fase de Operação)

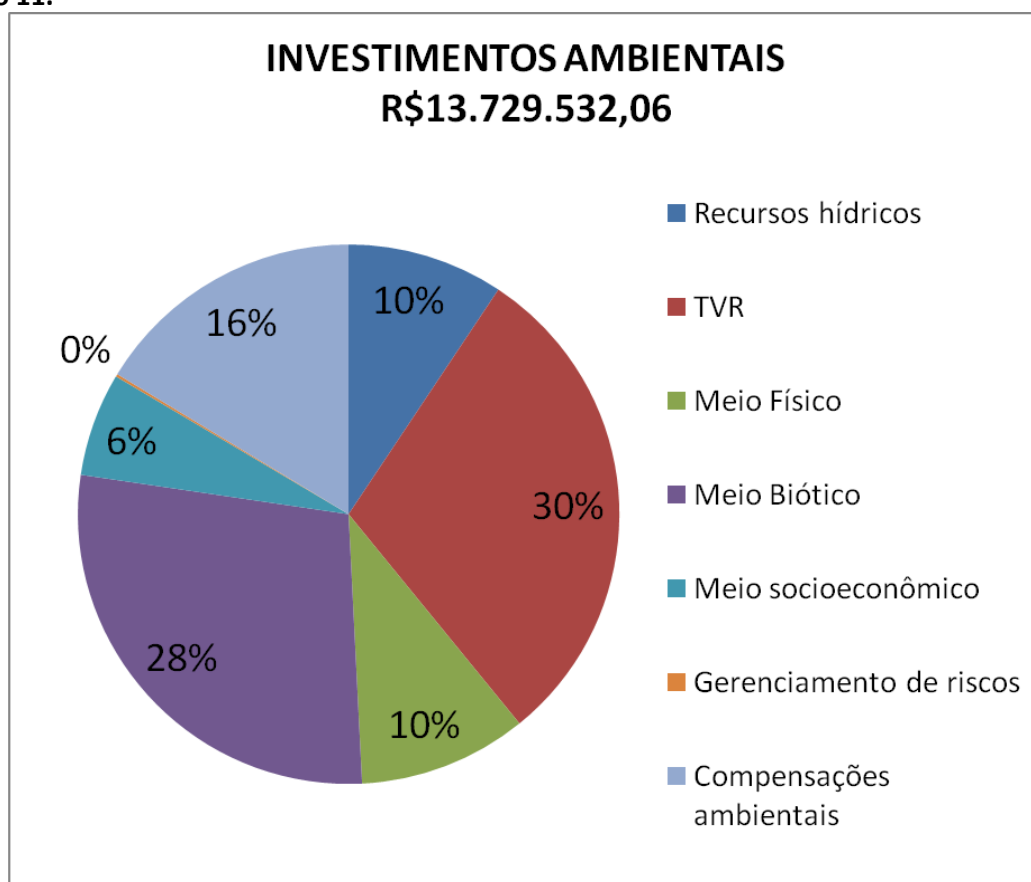
Investimento	Valor em R\$	%
Recursos Hídricos	1.278.795,72	9,31
TVR	4.095.786,55	29,83
Meio Físico	1.381.518,16	10,07
Meio Biótico	3.862.351,30	28,14
Meio socioeconômico	852.863,76	6,21
Gerenciamento de riscos	21.000,00	0,15
Compensações ambientais	2.237.216,57	16,29
TOTAL	13.729.532,06	100,00

Fonte: CCBE – RADA – 2009 p.434

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2012)

Na organização dessas informações de investimentos ambientais (gráfico 11), convém identificar os programas citados no relatório. Em recursos hídricos, considerou-se: o monitoramento limnológico, físico-químico da qualidade das águas do rio Araguari, o monitoramento de efluentes líquidos, o gerenciamento de recursos hídricos e a limpeza do reservatório, remoção de macrófitas. O total de investimentos nesse item corresponde a 9,31% do total.

Gráfico 11.



Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

O investimento no Trecho de Vazão Reduzida (TVR) representa 29,83% do total, correspondente ao desenvolvimento de pesquisas no TVR, na construção das soleiras vertentes, na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Ipanema localizada em tributário que deságua no TVR, na recomposição vegetal e no monitoramento das espécies da fauna alada e terrestre no TVR.

No item Meio Físico, o programa relacionado é o de recuperação das áreas degradadas. O montante investido corresponde a 10,07% do total.

No meio biótico, os programas citados são o de monitoramento das espécies da fauna alada e terrestre ameaçada de extinção, o da implantação de viveiro de mudas, do monitoramento e conservação de ictiofauna, da recomposição vegetal/cercamento e de monitoramento dos impactos sobre a vegetação, correspondendo a 28,14% do total.

Investimentos ambientais no meio socioeconômico relacionam-se aos programas de remanejamento e monitoramento da população rural, ao de reordenamento econômico das atividades agropecuárias e ao de reordenamento econômico das atividades de lazer e turismo. Neste item os investimentos correspondem a apenas 6,21% do total.

No item gerenciamento de riscos, o investimento se deu com o plano de atendimento emergencial (Suatrans), correspondendo a 0,15% do total.

Por fim, no item de compensações ambientais, este é composto por investimento no Parque Linear do rio Uberabinha (na cidade de Uberlândia), na revitalização do Bosque John Kennedy (na cidade de Araguari) e proteção às nascentes do rio Araguari (localizadas na Serra da Canastra), correspondendo a 16,29% do total.

Analisando as opções de investimentos chamados de ambientais, nota-se que coerente com os grupos de programas extraídos dos relatórios, os investimentos são priorizados em benefício maior dos negócios do Consórcio, no caso a matéria prima é a água. Somados as porcentagens dos itens relacionados aos interesses empresariais (recursos hídricos, meio físico e gerenciamento de riscos) o total de investimentos foi de 19,53%; já aqueles que são tanto de interesse do Consórcio e também para fora dele, relacionados aos itens do TVR e Meio Biótico, registra-se um total de 57,97%. Somados nestes dois últimos itens teremos 77,5% em que o beneficiário maior é a própria empresa, pois preserva-se a qualidade da água e a do reservatório. Os investimentos que seriam de valor social mais amplo somam apenas 22,5%, mas deste total o que pôde chegar na AE são investimentos que se localizam em toda a AI, registrados no meio socioeconômico, correspondendo aos 6,21%, algo bastante irrisório se pensado nos impactos e efeitos, muitos de cunho permanente, como exemplo a perda de terras agrícolas férteis às margens do rio.

Curiosamente, os investimentos nas sedes municipais de Uberlândia e Araguari, somaram 16,29% em obras consideradas de interesse ambiental. Ou seja, em negociações políticas entre poder público e privado, quando de interesse de grupos, de classes dominantes, obtém-se alguns investimentos. No discurso do consórcio a justificativa desses investimentos é o “valor compatível à pequena área de inundação e ao número de pessoas relocadas” (CCBE, RADA, 2009, p.436). Esta afirmativa ilustra a concepção social do GPIH; administra-se o impacto no momento da obra e início de sua operação, mas os efeitos que podem ter duração de tempo contínua, não são colocados em questão. Postura muito questionável na perspectiva dos conflitos de interesses de classes, tanto dos grandes empreendedores da geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, quanto de proprietários e não-proprietários que também organizavam as suas vidas em torno do rio.

Além do mais, a pergunta que permanece e que temos dificuldades de responder por falta de informações sobre a relação dos lucros do GPIH, os impostos pagos e sua aplicação, particularmente na AE, é: o que representa os quase 14 milhões de reais utilizados em investimentos ambientais pelo CCBE, no universo de lucratividade das quatro grandes corporações econômicas que o compõe? A priori podemos arriscar uma resposta: representa pouquíssimo, ainda mais se relacionarmos com o tempo de vida útil de geração de energia, que fomenta os lucros dessas empresas de forma muito significativa. Por utilizarem, privadamente, um bem natural de natureza pública, as políticas fiscais deveriam exigir investimentos bem maiores em prol das comunidades de vida, representadas pelas pessoas, pelos animais e pelos vegetais.

Ainda na intenção de apontar as congruências e incongruências das ações do mundo privado e do mundo público na área investigada, podemos até aqui concluir que as congruências relacionam-se à concepção institucionalista hierarquizada, pouco participativa

de ambos os poderes, privilegiando a apropriação privada de um bem natural que deveria ser público. As incongruências, contraditoriamente, relacionam-se na aplicação da legislação que regula o tipo de empreendimento. As licenças do GPIH passaram e passam pelo crivo do poder público e está provado, pelos dados utilizados até agora, que , por mais que tragam benefícios diretos e indiretos para o público, ainda é o setor privado o grande beneficiário da apropriação do espaço.

Outra incongruência, verificada na organização dos dados da investigação, auxilia na compreensão das contradições beneficiadoras do setor privado e do poder público em relação aos direitos das pessoas e das comunidades. Por exigência do licenciamento do Complexo Amador Aguiar, foi elaborado um Plano Diretor do Reservatório (PDR). Chamou-nos a atenção o processo de elaboração, de proposição e de apropriação do referido documento, a ponto de considerá-lo nos questionários aplicados ao Consórcio e Prefeituras, mencionados e também ao coordenador da equipe e posteriormente a pessoas que vivem na AE do reservatório.

Inicialmente o Consórcio recorreu a algumas Unidades Acadêmicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), para que seus docentes/pesquisadores pudessem engajar na elaboração do PDR. A adesão à proposta/encomenda do Consórcio à UFU foi permeada de muitas discussões e posicionamentos conflitantes entre participar ou não da elaboração do PDR, tendo em vista que haviam muitas divergências sobre os efetivos impactos e efeitos do GPIH em nosso município e região. O assunto foi destinado para decisão da Administração Superior, que decidiu pela não participação institucional. O Consórcio então recorreu à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), localizada aproximadamente a 550 Km de Uberlândia. A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) foi contratada pelo CCBE para a feitura do PDR, entretanto o que se presenciou foi a contratação dos

docentes/pesquisadores vinculados à UFU e não à UFMG, o que implicou no mínimo, em situação constrangedora de membros da Instituição, que negou a participação na elaboração do documento, aderirem ao chamado de uma Fundação externa.

O fato é que o PDR (FUNDEP, 2005) foi produzido com o rigor de metodologia científica, estabelecendo um zoneamento ambiental para uso e ocupação do solo e, por conseguinte, um código de usos do reservatório. Ao trabalho foi anexado uma rica produção cartográfica sobre a Área de Influência estabelecida pelo PDR.

Cabe notar que para a elaboração do PDR, a Equipe contratada promoveu 16 reuniões públicas, por eixos temáticos e final, nos municípios de Araguari e de Uberlândia, alternadamente. Entretanto, ao verificar as atas dessas audiências nos anexos do documento percebe-se uma participação bastante reduzida de representantes e/ou moradores atingidos e afetados, para não dizer inexistente; exceto na apresentação final dos relatórios das equipes responsáveis por cada temática do PDR.

Na leitura das atas convém destacar que nas reuniões realizadas em Uberlândia haviam mais registros de participantes do que as realizadas em Araguari e que as raras proposições advindas fora da Equipe proponente giravam em torno de interesses privados e não coletivos; claro sinal de incongruência na perspectiva das pessoas atingidas e afetadas que deveriam defender interesses coletivos e não particularizados. Isto sinaliza também a reprodução ideológica de interesse privado, o principal dificultador e desafio de superação para se experimentar estratégias de governança *Bottom-up*, ou seja, de consensos dos “de baixo” para os “de cima”.

Sendo o PDR finalizado em 2005, procuramos saber como o este fora apropriado pelo CCBE e pelo Poder Público, destinatário final de um documento com esse perfil. Recorremos ao coordenador da equipe elaboradora do PDR, Professor Dr. William Rodrigues Ferreira,

quem nos ofereceu interessantes depoimentos sobre dois pontos incluídos no questionário; o primeiro em que indagamos o porquê da pequena participação popular nas discussões temáticas na elaboração do PDR. Tivemos a seguinte resposta:

De maneira geral, os Planos Diretores “Participativos” não atraem a comunidade, pois, acredito que ainda é visto como algo que está distante dos problemas cotidianos (equivoco ou “inconsciente coletivo”) em uma sociedade extremamente desigual, onde questões relacionadas à saúde, habitação e renda são urgentes.

A resposta ilustra o que chamamos de incongruência na perspectiva da participação popular em decisões relativas às ações dos GPIH. Isso acaba levando a uma congruência aos interesses nada legítimos do poder privado e do poder público que governa para a iniciativa privada, negligenciando a feitura e a efetivação de Planos Diretores que pudessem conduzir o território municipal a um tipo de desenvolvimento ambientalmente correto e socialmente justo. O que se vê são ações políticas desarticuladas, no sentido ético que deveria privilegiar o bem comum, e extremamente articuladas em um sentido antiético, privilegiando o interesse privado.

Os Planos Diretores Municipais são oriundos da Lei Federal 10.257/2001, mais conhecida como Estatuto das Cidades. Apesar da referência ao urbano, muitos municípios compreenderam que não se tratava apenas de planejar diretrizes de ocupação e uso do solo da área urbana, mas também da área rural do município que, no caso do Complexo Energético Amador Aguiar sua AI, é limítrofe de bairros das cidades de Uberlândia e Araguari, além distritos e núcleos urbanos. O Plano Diretor do município deve ser elaborado pela Prefeitura com a participação da Câmara Municipal e da sociedade civil, visando orientar as ações do poder público para os interesses coletivos, garantindo a forma justa de urbanização, de cidadania e de gestão democrática da cidade. A cidade deve ser vista no contexto do município, seus sistemas ambientais, regularização fundiária e reforma urbana.

O Plano Diretor é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas, ou de áreas de interesse turístico ou, ainda, situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país. Além disso, deve articular seu conteúdo com outros instrumentos de planejamento como a Agenda 21, Conferência das Cidades, Planos de Bacias Hidrográficas (que no caso relaciona-se com o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Araguari - CBH-Araguari), Planos de preservação do Patrimônio Cultural e de outros planos de desenvolvimento, por exemplo os sustentáveis, como se propôs o PDR Capim Branco I e II. No texto da Lei prevê que todos os cidadãos devem participar da construção do Plano Diretor, sendo conduzido pelo Poder Executivo, articulado com o Poder Legislativo e Sociedade Civil, para que ele corresponda à realidade e expectativas quanto ao futuro.

Considerados esses conteúdos de Lei é esperado e desejável que o PDR fosse obrigatoriamente incorporado aos Planos Diretores de Araguari (2004), de Uberlândia (2006) e no caso de Indianópolis, apesar da pequena área ocupada pelo Reservatório, existem pessoas/ambiente que devem ser incorporadas em suas legislações. No entanto, esse município não conta com um Plano Diretor, devido ao tamanho de sua população (menor que 20 mil habitantes); entretanto, é uma cidade atingida por dois grandes projetos de investimento, UHE Miranda (Cemig) e Amador Aguiar I (CCBE), além de ser hoje, em processo de reterritorialização provocada pelas represas de duas UHE's, alvo intenso de atividades turísticas em suas AE. Mas até hoje os governos municipais ainda não assumiram o papel de protagonistas nessa área de gestão territorial. Dessa forma, recorreremos aos Planos Diretores de Uberlândia e de Araguari para verificar se houve ou não a incorporação do PDR, uma vez que segundo o próprio CCBE

O Plano Diretor dos Reservatórios destina-se a normatizar o uso múltiplo do corpo hídrico e a compatibilizar os demais usos do solo existentes em sua bacia contribuinte, de modo a evitar conflitos de interesses. Deste modo, o Plano Diretor dos Reservatórios constitui-se em um instrumento de ordenamento legal, previsto no inciso XI do artigo 5º da Constituição Federal, bem como no Código das Águas. O artigo 34 desse Código e seus parágrafos 1º e 2º referem-se ao direito do uso de águas públicas, sujeitando o usuário ao cumprimento das leis e do regulamento administrativo a ser criado especificamente para o corpo d'água a ser formado e consubstanciado no Código do Reservatório.

Nesse sentido, o Plano Diretor dos Reservatórios precisou ser incorporado aos Planos Diretores dos municípios de Araguari e Uberlândia que soma 99,21% da AI total do empreendimento, na forma de leis complementares ao zoneamento urbanístico. Na qualidade de projeto de lei, o Plano Diretor dos Reservatórios foi encaminhado pelo Poder Executivo Municipal para aprovação das respectivas Câmaras dos Vereadores. Os municípios afetados pelo empreendimento (Uberlândia, Araguari e Indianópolis) têm condições diferenciadas em termos de instrumentos balizadores de ordenamento territorial. Uberlândia conta, desde 1994, com um Plano Diretor Urbano, que estabelece diretrizes de contenção do crescimento da cidade em direção à bacia do rio Araguari.

Araguari conta, desde dezembro de 2004, com um Plano Diretor Urbano. O município de Indianópolis não possui instrumento ordenador do uso e ocupação do seu território, mas apenas 0,79 % (9,12 km²) da AI total do empreendimento (1.151,91 km²) encontra-se em seus domínios.

A prefeitura municipal de Uberlândia já aprovou o Plano Diretor dos Reservatórios das UHEs Amador Aguiar I e II em de acordo de acordo com a Lei Complementar nº 445 de 27 de setembro de 2007. No caso do município de Araguari, o documento foi aprovado em 09 de junho de 2009 na Câmara de Vereadores, com emenda que reduzia a APP dos reservatórios de 100 (cem) para 30 (trinta) metros. O Executivo sancionou a Lei que foi publicada em 08 de julho de 2009, com veto à referida emenda, veto que ainda será analisado pela Câmara de Vereadores. (CCBE, RADA, 2010, p.29-30)

A leitura dessa citação sugere a importância do PDR; entretanto, na prática, o que encontramos não é a devida atenção e atendimento, na íntegra, de um Plano Diretor, de repercussões tão sérias, como são os afetados e atingidos de um território considerável de dois municípios do Complexo Energético Amador Aguiar. No último parágrafo da citação existe a referência de que o município de Uberlândia aprovou o PDR de Amador Aguiar I e II. A referida lei foi revogada e atualizada pela Lei Complementar 523 de 7 de abril de 2011, mas que dispõe exclusivamente sobre o parcelamento do solo, que contempla de forma indireta, e não na íntegra, o conteúdo do PDR. Ou seja, não houve de fato uma aprovação do PDR. No Município de Araguari a Lei

Complementar 059/2009 praticamente assumiu a íntegra do conteúdo do PDR produzido pela FUDEP/UFMG.

No entanto, nota-se que devido às proposições do PDR estarem, de certa maneira, formalizadas em Lei desde 2009 no município de Araguari e, desde 2011, no município de Uberlândia, as determinações continuam desconhecidas para administradores públicos e principalmente por parte da população. Segundo o Coordenador do PDR isso

Ocorre em razão do PDR não ter respaldo legal para legislar sobre o território municipal no que diz respeito à parcelamento para fins de chacreamento de lazer. O que demonstra que as administrações municipais, tendo consciência disso, optaram por estabelecer seus próprios critérios/diretrizes para tal destinação. A meu ver, o PDR foi considerado pelas prefeituras, um documento pro forma por exigências dos órgãos ambientais para um empreendimento (o que não deixa de ser verdade).

A citação focaliza a questão do parcelamento da terra para as chácaras de lazer, como exemplo de uma série de outras sugestões de zoneamento que, segundo o próprio professor, adquire um papel muito mais de formalidade do que propriamente efetividade.

O mesmo não é muito diferente com o agente público. A Secretária de Meio Ambiente (2012), Raquel Mendes Carvalho, em resposta ao questionário, relata que

O Município participou das discussões e audiências quando da elaboração do PDR, sendo que posteriormente, quando da revisão do Plano Diretor do Município, o mesmo inclui diretriz na qual apresenta restrições ao crescimento urbano para o vetor norte, evitando-se que o adensamento populacional se aproxime dos reservatórios, não só pela questão ambiental, mas também pela topografia que apresenta declividades mais acentuadas. Em relação ao entorno dos reservatórios, o Município de Uberlândia tem atuado através do Conselho do Parque do Pau Furado, tendo participado das discussões na elaboração do Plano de Manejo do Parque; que determina as zonas de amortecimento e estabelece restrições pertinentes. O Município de Uberlândia observa o referido Plano na análise de empreendimentos na região e tem sido parceiro dos gestores do parque sempre que possível, especialmente através das atuações das Secretarias de Meio Ambiente, de Planejamento Urbano, de Agropecuária e Abastecimento, de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Nota-se que a referência ao PDR e sua utilização pela Prefeitura, refere-se apenas às restrições urbanas em direção à AI do Complexo Energético, sendo o documento muito mais

abrangente do que isso. Além do mais, a participação da Prefeitura no Conselho do Parque Estadual do Pau Furado, criado como medida compensatória, torna-se menor, frente às demandas e responsabilidades de cunho social, que logicamente não estão situadas na Secretaria de Meio Ambiente, mas que de alguma forma deveria constar de legislação e conhecimento do agente público. Por fim, conclui-se com a citação que, na prática, os relacionamentos com o Consórcio se dão por ações específicas relacionadas a cada pasta da administração pública municipal, sendo que a exigência para que se aproxime dos discursos ditos de desenvolvimento sustentável, ou de qualquer outra qualificação de desenvolvimento, exigem ações mais orgânicas do que as fragmentadas.

Espera-se que a análise realizada nesse item deste capítulo, mesmo não contando com a colaboração efetiva do GPIH em foco e participação parcial do poder público, centrado nas Prefeituras dos Municípios atingidos e afetados pelo Complexo Energético Amador Aguiar, tenha explicitado as dificuldades construídas no âmbito dos conflitos de interesses de classes que envolvem um território onde se constrói o GPIH. Além disso, espera-se também ter explicitado o tipo de institucionalismo econômico a que estão submetidos os poderes constituídos.

Realizadas estas pontuações, propomos agora debruçar sobre o tipo de política de sustentabilidade existente ou não no Complexo Energético Amador Aguiar.

4.3 Achados e perdidos de políticas de sustentabilidade na AE do Complexo Energético

A maneira de tratar os dados da pesquisa para analisar, se há ou não políticas de sustentabilidade, centrou-se na proposição do PDR, que deveria e deve servir de orientação

para a legislação e sua aplicabilidade no território; e na sondagem junto às pessoas que vivem na Área de Entorno dos reservatórios do Complexo Energético Amador Aguiar.

Procurando coerência com as discussões realizadas no capítulo III, buscou-se inicialmente identificar a concepção de sustentabilidade no PDR e entre a comunidade ribeirinha, para depois identificar o reconhecimento, em prática, de políticas ditas sustentáveis na AE.

A iniciar pela elaboração do Plano Diretor dos Reservatórios (PDR), concluído em publicado em 2005, indagamos ao coordenador da Equipe se a mesma havia se reunido para definir o conceito de desenvolvimento sustentável, considerando que no texto do documento encontramos: “Este Plano é um instrumento de planejamento e, no presente caso, será adotado para subsidiar a integração dos Empreendimentos na região onde serão implantados, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.” (FUNDEP/UFMG, CCBE, 2005, p.9); a resposta do coordenador foi “A equipe se orientou na perspectiva do Planejamento Participativo, onde as questões relacionadas à sustentabilidade foram abordadas na medida do comprometimento com o uso sustentável do território. “ (FERREIRA, 2012). Questionado sobre o conceito de sustentabilidade definido pela Equipe elaboradora, caso houvesse, tivemos a resposta: *“A discussão teórico-conceitual está mais detalhada no próprio PDR; sugiro que verifique com maior detalhamento.”* Seguindo a sugestão, procuramos identificar alguma concepção teórico-conceitual que permeasse a todos os grupos temáticos do PDR e não foi possível encontrar, exceto a qualidade técnica de elaboração dos textos, mas nada que se aproximasse coletivamente sobre o que viesse a ser desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade. É reconhecido no texto que as proposições de ocupação e uso dos territórios tendem qualificá-los, tendo em vista não se degradar ambiental e socialmente a Área de Influência do Complexo Energético.

Na metodologia adotada pela Equipe, definiram-se os eixos temáticos:

1. Áreas de preservação permanente.
2. Desenvolvimento de atividades agropecuárias.
3. Desenvolvimento de área de turismo e lazer.
4. Vetores de expansão urbana.
5. Atividades minerárias.
6. Recursos hídricos.

É explicitado que todos esses eixos temáticos foram trabalhados de maneira integrada, o que coaduna com algumas linhas de pensamento que defendem projetos consistentes de sustentabilidade. Entretanto, os próprios eixos temáticos e a leitura de seu conteúdo não apontam para ações consideradas fundamentais no ponto de vista de construção de projeto de desenvolvimento sustentável, pois não se viu nenhum eixo e nenhuma ação que pudesse ir em direção da erradicação da miséria e da pobreza, eixo fundamental para a distribuição de renda, consequente educação e menor depredação ambiental. E mais nenhum eixo apontou para práticas que indicasse a construção de uma cultura de menos consumo de energia, ou até mesmo sobre a eficiência de tecnologias de geração de eletricidade.

Além disso, é marcante a proposta de Zoneamento Ambiental escolhida pela Equipe elaboradora centrando a definição com base nas características morfoestruturais e de ocupação e uso do solo da AI:

Zona 1 – Áreas de Preservação Permanente (Z1): Corresponde às APP dos reservatórios e dos córregos contribuintes. Merecem atenção, pois são áreas de interesse turístico e de suscetibilidade de erosão.

Zona 2 – Planalto Tabular (Z2): é característica do médio curso com relevo tabular suavemente ondulado. É área de expansão agropastoril, hoje ocupada com soja e café e reflorestamento.

Zona 3 – Planalto Dissecado (Z3): está próximo às calhas dos rios Araguari, Pedras e Uberabinha, limitando-se com o Canyon do Araguari e Planalto Tabular e Dissecado do Paranaíba a noroeste.

Zona 4 – Canyon do Araguari (Z4): representa a calha do rio Araguari, a faixa ao longo do vale. Pastagens, matas galerias e de encosta. Forte potencial hidráulico.

Zona 5 – Áreas Urbanas (Z5): áreas urbanas ocupadas e núcleos urbanos dos distritos. Municípios de Uberlândia e Araguari e sede do distrito de Cruzeiro dos Peixotos no município de Uberlândia.

Zona 6 – Zona especial para a preservação dos recursos hídricos (Z6): sobrepõe às demais, pois compreende as sub-bacias hidrográficas que contribuem aos reservatórios dos AHE e cobertura vegetal superior aos 30%.

Os critérios utilizados pela Equipe parecem bem tímidos diante do desafio de se propor um ordenamento territorial tendo como intenção possibilitar um desenvolvimento sustentável.

Em contato realizado no mês de maio de 2012 com um funcionário do Consórcio e indagado sobre o uso do PDR nos negócios, ele informou que depois de pronto o documento foi encaminhado às Prefeituras e que é atribuição delas, e não do Consórcio, a sua efetivação. A informação procede, entretanto o próprio Consórcio pode ser beneficiado com uma série de proposições constante no PDR e tendo poder político junto a um Estado que defende, em primeira instância, interesses privados, poderia intervir para que o assunto saísse das letras em papel. O fato é que o Plano Diretor de Uberlândia é datado de 2006,

portanto, um ano após o término de elaboração do PDR, porém o texto legal não faz referência específica ao seu conteúdo, mas faz referência à sustentabilidade no artigo 6º da Lei Complementar 432 de 19 de outubro de 2006.

Os princípios gerais do Plano Diretor visam à sustentabilidade municipal, entendida como o desenvolvimento local equilibrado, nas dimensões sociais, econômica e ambiental, para a garantia da melhoria contínua da qualidade de vida das gerações presentes e futuras, ... (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2006, p.3)

É no mínimo estranho aliar ao conceito de sustentabilidade ao “municipal”, como se lê na citação. Isto sugere o emprego genérico de um conceito que deveria ser cuidadosamente utilizado. Esse é um exemplo dos que criticam tal conceito, como sendo algo esvaziado de sentido. Entretanto, sendo justo ao restante da Lei, percebe-se que cumprida, de fato se poderia e pode encher de sentido o referido conceito.

Quando trata do meio ambiente o artigo 10 da mesma Lei Complementar cita:

Todas as ações contempladas nesta Lei têm como pressuposto a sustentabilidade ambiental, de acordo com o artigo 225 da Constituição da Federal de 1988 e com as políticas estaduais e federais de proteção ao meio ambiente, e objetivam assegurar a preservação dos recursos naturais básicos do Município de Uberlândia, necessários à qualidade de vida das populações atuais e futuras. (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2006, p.5)

O conteúdo parece sugerir uma concepção bastante acanhada de sustentabilidade, que parece focar o meio ambiente, como a natureza física, que se preservado poderá ser utilizado no futuro por gerações vindouras. Conforme exposto no capítulo III, essa não é melhor concepção de sustentabilidade, pois ela se faz no presente, com vistas o bem estar humano, que implica encarar de frente as fortes contradições sociais de luta de classes e que, em primeiro lugar, a sustentabilidade passa pela distribuição de renda e extinção da miséria e da pobreza.

Para além da inclusão da sustentabilidade no discurso oficial de uma Lei municipal, as referências ao PDR, são pontuais, como exemplo no artigo 22 que trata do macrozoneamento de uso e ocupação do solo em seu inciso III

III – Macrozona de Turismo e Lazer – MZTL: áreas localizadas nos entornos das Represas Capim Branco I e II, de Miranda e Rio Uberabinha à jusante do perímetro urbano; visando o desenvolvimento das atividades voltadas ao turismo e ao lazer e a proteção dos patrimônios naturais e edificados; (CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA, 2006, p.13)

A referência a Amador Aguiar I e II, enquanto “represas Capim Branco I e II”, apresenta-se diluída com outros eventos, particularmente nos aspectos turísticos e de lazer. Notadamente o PDR é muito mais abrangente do que isso, a necessidade é de legislação específica, como a elaborada no município de Araguari.

Na leitura do Plano Diretor de Araguari (2004), aprovado um ano antes do PDR, há também as referências sobre o desenvolvimento sustentável em mais artigos do que a Lei do município de Uberlândia, porém aplicado do mesmo modo, como um conceito genérico a ser atingido, mas sem demonstrar como alcançá-lo. Entretanto, como explicitado no item anterior deste capítulo, a aprovação da Lei Complementar 59/2009 veio contemplar praticamente o conteúdo do PDR, incluindo-se itens de caracterização do município de Araguari. O artigo 1º da referida Lei prevê

Fica instituído o Plano Diretor das UHE's Amador Aguiar I e II como um instrumento normativo e orientador dos processos de ocupação e uso do solo no entorno dos reservatórios e de suas águas, tendo como princípios fundamentais a sustentabilidade da região e o cumprimento das funções sociais da propriedade, em conformidade com a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica local, as demais concernentes leis municipais, o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Araguari.

Parágrafo único – É função social da propriedade, para efeito deste Plano Diretor, o uso do solo e da água compatível com a preservação ambiental e cultural, bem como com a saúde e a segurança dos cidadãos.

É perceptível que a qualidade do texto citado e de outros artigos da Lei que fazem referência à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável é bem melhor do que o encontrado na Lei do município de Uberlândia, indicando, por exemplo, a função social da propriedade.

Haveria outras tantas análises das legislações municipais, mas não é o objetivo central dessa investigação. As referências realizadas são apenas para suscitar as interpretações sobre as concepções de sustentabilidade do Poder Público, que deveria tratar do assunto, particularmente quando ele está relacionado a um evento econômico do porte do Complexo Energético Amador Aguiar, que atinge e afeta muitos cidadãos dos municípios de sua AI. Convém destacar ainda que surpreendentemente, o município de Uberlândia até a conclusão desta Pesquisa (fevereiro de 2013) ainda não tratou do PDR especificamente como matéria de Lei Municipal, ou seja, 8 anos decorridos desde a sua publicação. O município de Araguari legislou a matéria 4 anos após a produção do PDR e o município de Indianópolis nem cogitou por iniciativa própria, uma vez que não é obrigado por Lei, mas em respeito aos seus munícipes, abordar o assunto. Espera-se que as caracterizações do conteúdo sobre sustentabilidade do PDR e das legislações municipais sirvam de referência para compreender o que ocorre quando buscamos a compreensão do assunto por parte das comunidades efetivamente atingidas e afetadas.

Para contemplar os pontos de vista sobre o desenvolvimento sustentável e políticas de sustentabilidade da Área de Entorno do Complexo Energético Amador Aguiar, por parte de seus habitantes, foram realizadas 17 entrevistas e aplicados 17 questionários entre os meses de março de 2012 a janeiro de 2013, assim distribuídos: uma entrevista com ribeirão no município de Indianópolis. Oito entrevistas com ribeirinhos no município de Araguari, sendo quatro deles no reservatório de Amador Aguiar I e mais quatro no

reservatório de Amador Aguiar II; e oito entrevistas com moradores na AE no município de Uberlândia, sendo 4 deles localizados no reservatório de Amador Aguiar I e 4 em Amador Aguiar II.

O acervo acumulado de gravações de entrevistas e de respostas aos questionários é bastante rico em informações, entretanto, por questão de prazos a serem cumpridos, tivemos que extrair apenas exemplos que pudessem dar conta especificamente das concepções explícitas ou implícitas de sustentabilidade e verificar se elas aparecem territorializadas na AE.

Os 17 entrevistados foram indagados se sabiam o que era sustentabilidade. Apenas 3 deles (17,5%) disseram que sim. Quatro entrevistados (23,53%) disseram que já ouviram falar na palavra, mas que não sabiam o que era. Dez entrevistados (58,82%) disseram que não sabiam o que é sustentabilidade. Entretanto, somados os que disseram ter ouvido sobre a palavra e o que disseram não saber do que se tratava, somam 82,35% do universo pesquisado. Isso implicou nas respostas das perguntas que averiguavam se o pesquisado saberia identificar se o Consórcio, a Prefeitura e ele próprio, utilizavam de algum princípio de sustentabilidade no lugar onde moram. Portanto, a resposta negativa implica (re)conhecer que os discursos de sustentabilidade do Consórcio (entenda-se das Empresas que o compõe), no território do Complexo Energético Amador Aguiar não são conhecidos ou reconhecidos. Muitos entrevistados fazem referências recorrentes sobre o processo de indenização de terras e de perdas do trabalho (quando são assentados), da delimitação da Área de Preservação Permanente (APP), de “palestras” (que muitas vezes foram cursos) do Consórcio, da proibição da pesca, dos impedimentos de uso do rio, o que não acontecia antes da existência do reservatório, entretanto não relacionam estas atividades ao que se chama de sustentabilidade.

As três respostas afirmativas contêm um conteúdo semelhante, vejamos:

“Sustentabilidade é uma forma de usar as coisa da natureza com cuidado, pra evitar alguma destruição.” (M.A.P., margem esquerda do rio, Amador Aguiar II município de Araguari, 2012). Já um morador também na margem direita do rio, no município de Indianópolis, define *“Sustentabilidade é algo assim, você pode usá a natureza mais tem que pensá direito, lembrá que tem os filho da gente pra aproveitá o que a gente aproveitô.”* (J.M.R.C., Amador Aguiar I, 2012). O terceiro morador da AE Amador Aguiar I disse que *“Sustentabilidade é coisa ligada para o bem do ambiente, tem que sabe usá a terra na hora de prantá, a água, as planta, pra não faltá pra gente.”* (L.F.A., margem esquerda do rio, 2013). Interessante notar o sentido de uso da natureza e que é preciso ter algum cuidado com os seus bens para que não se experimente a falta. Todavia, essa ideia é bastante próxima aos discursos divulgados pela mídia e até mesmo o que é entendido da fala de especialistas com os quais porventura esses moradores tiveram algum contato. Mas o fato é que de acordo com a discussão considerada nessa pesquisa, percebe-se a ausência do reconhecimento de que a sustentabilidade implica em uma construção no seio de uma luta de interesses de classes. Convém esclarecer que dos três entrevistados, dois eram proprietários de pequena propriedade antes da formação do reservatório e um se tornou proprietário quando foi assentado na Comunidade Olhos D’água em Programa do CCBE, como forma de compensação da perda de emprego em propriedade que fora inundada.

Sobre isso, o entrevistado informou que na referida comunidade eram 12 famílias assentadas e restaram apenas 4 que ainda moram naquela localidade e que a sua chácara é a única produtiva e que garante a sobrevivência/sustento da família. Os outros três dependem de aposentadoria e ajuda de outros membros da família. As outras chácaras foram vendidas para terceiros. Indagado sobre o por quê da venda, o entrevistado

respondeu que os outros não tiveram suporte suficiente para administrar uma propriedade, sempre foram empregados e não patrões. Perguntamos se o CCBE havia dado suporte às famílias, ele reconheceu que sim, mas fez um depoimento interessante, explicando que *“sabe? o consórcio até que tentô ajudá, mais pra ocê tê uma ideia os técnico que vinha aqui pra nós, era tudo estudenti, nem sabia diferenciá um xuxu de pipino. risos...”* Na simplicidade do exemplo, é perceptível a complexidade enfrentada por essas famílias assentadas no processo de deslocamento de seus lugares e atividades para um outro local e dele restando apenas a alternativa de tentar a vida na cidade, conforme informou também o entrevistado.

Nesse exemplo, dentre outros escutados, nos vem uma questão, mesmo reconhecendo a iniciativa do Consórcio para compensar as perdas das referidas famílias, é justo que feita a compensação essas pessoas que não escolheram para as suas vidas a construção de um GPIH, sejam remetidas à própria sorte? A iniciativa privada, o poder público e as famílias nessas situações não deveriam buscar quantas alternativas fossem necessárias para administrar os processos impostos de desterritorialização e reterritorialização? Outras alternativas, se procuradas coletivamente, demonstrariam que de fato se busca um desenvolvimento sustentável do território.

Entre esses três entrevistados, quando solicitados que relacionassem o conceito que deram a sustentabilidade com as ações do Consórcio, um relacionou com as “palestras” oferecidas, outro relacionou com a criação da APP e o terceiro não soube identificar. A mesma pergunta em relação à Prefeitura, os três disseram que não conseguem fazer identificação nenhuma. E em relação à própria atividade que exerce, dois relacionaram que procuram dar destinação correta ao lixo produzido e um relacionou sua ação com os

cuidados com o uso da terra para plantação de hortaliça e fruticultura, para evitar que a terra se esgote.

Finalizando este item é possível identificar as dificuldades e fragilidades que envolvem a iniciativa privada, o poder público e a população atingida, na efetivação de uma política de sustentabilidade. Por estes dados selecionados é perceptível que existe muito mais retórica do que efetivamente práticas que estejam construindo bases sólidas para um desenvolvimento sustentável e, em consequência, um desenvolvimento territorial justo a todos.

4.4 Uma visão prospectiva dos achados e perdidos na tentativa de se construir uma política de sustentabilidade

Encerrando este capítulo, desejamos apontar alguns “achados” e alguns “perdidos” relacionados ao tipo ao processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização pelo qual passaram e *passam* a população da AE do Complexo Energético Amador Aguiar. Destacamos a palavra *passam*, porque, embora seja prática comum dos GPIH irem se desvinculando de relações diretas com a população da AE, optando por projetos pontuais esporádicos, ou nenhum, o fato é que continuam a operar e isso interfere na vida das pessoas, na organicidade dos lugares. Em sendo assim, acreditamos que as renovações de licenças de operações de GPIH, sempre deveriam constar obrigações contínuas com as pessoas que vivem em torno de reservatórios. Ou seja, a vida social é dinâmica, imprime territorializações, sejam elas novas ou fortalecendo as existentes e, dessa forma, a influência de um GPIH é bastante notável nessa dinâmica, o que obriga a iniciativa privada a investir continuamente no local onde apropriou espaço de forma intensa e transformadora. Ao

poder público caberia, e cabe, intermediar, o conflito de interesse entre a iniciativa privada e as necessidades dos habitantes atingidos e afetados.

Passados 10 anos desde o início da implantação dos GPIH Amador Aguiar I e II, quando os entrevistados foram questionados sobre a escolha do estilo de vida que tinham antes e depois da construção dos reservatórios, tivemos as respostas expostas a seguir.

Dos 17 moradores da AE, apenas 2 (11,76%) disseram que estavam mais satisfeitos com a vida atual e 15 pessoas (88,24%) afirmaram que as suas vidas antes da construção das hidrelétricas eram melhores. As justificativas sobre a satisfação com a vida atual relacionam-se com a possibilidade de melhoria na vida material, conforme parte de dois depoimentos:

tem um lado bom e um lado ruim, né? O lado bom é que nós não era dono da propriedade, nem nada, nós era... morava antigamente... agora aqui nós somos donos mesmos, agora cada um aqui faz a sua renda, trabalha por si, porque é dono da sua chácara, né?... o ruim é porque ficou muito difícil, né? É diferente daonde nós vivia, porque lá era todo mundo unido, aqui quase ninguém, é cada um por si. ... porque aqui vieram pessoas diferente, lá não, nós fomos todos criado e crescido junto. (G.M.S., 2012)

O relato dessa antiga moradora de família de trabalhadores rurais que foram assentados na Comunidade Vida Nova é bastante emblemático sobre as territorialidades perdidas e as novas que foram e estão sendo obrigados a reconstruírem. O valor da perspectiva de ser proprietária de terra, mas o prejuízo que passaram a ter nas relações humanas, implicando sobreviver no mundo de competição, dado que as atividades do referido assentamento passaram a ser mais voltadas para o setor de serviços, na prática do turismo rural, de lazer. O curioso é perceber que mesmo valorizando a condição de proprietário, o assentamento criado com 8 chácaras, depois de 8 anos de criação, por parte do Consórcio, houve parcelamento e, segunda a entrevistada, já são mais de 30 chácaras de lazer. A regularização do título da terra não ocorreu até hoje e os moradores contatados falam desse assunto com muito temor, pois sentem que o Consórcio deveria ter dado

solução a mais tempo, o que é fato. Percebe-se, portanto, que a intenção de um assentamento, oriundo de uma desterritorialização, criou inicialmente uma nova territorialização, mas que sequenciadamente novos sujeitos, estranhos ao processo anterior, aparecem no lugar como novos proprietários, que formalizam a posse da terra por meio de um contrato de compra e venda, mas que passa a interagir com aquela realidade ainda em construção. Exemplo como esse demonstra a responsabilidade do Poder Público, da iniciativa privada, ao negociarem coletivamente com histórias como esta, com vistas a estabelecer um ambiente de segurança e não de incertezas, como o que está presente.

Uma moradora que teve grande parte de sua propriedade inundada demonstra satisfação em função das melhorias que pôde realizar no que ainda restou de sua fazenda: *“o dinheiro da indenização do Consórcio não foi o que a gente esperava, sabe? Mas o que entrou a gente melhorou a... essa casa aqui, nos curral, nas cerca. Se não fosse isso, só com as renda nossa ia ser mais difícil fazer.”* (V.P.M., 2013). Assim como a moradora do assentamento Vida Nova, percebe-se que existe um reconhecimento de melhoria de vida, mas é expressivo o sentimento insatisfação; neste caso, em relação ao valor da indenização.

Entre os 12 entrevistados que relataram sua insatisfação com vida que levam em relação ao passado, são muitos os depoimentos que nos levam a acreditar que muitas políticas de inserção social ainda merecem atenção tanto do Consórcio, quanto do poder público. Escolhemos relato bastante expressivo carregado de emoção na relação mesma entre pesquisador e pesquisado, em que o proprietário de terra, R.F.B, relata sobre as várias pessoas que tiveram as suas casas derrubadas e inundadas, inclusive a dele; e ao ser indagado sobre qual é o seu sentimento sobre o que ele fazia de atividades produzidas no passado e o que faz o hoje, enquanto um empresário de turismo rural, ele relatou:

O maior ganho que eu tive: experiência de vida. Hoje eu desacredito em muita coisa que eu acreditava. É... justiça, sabe é... não tenho mais aquela visão que eu tinha antes... acho que o maior ganho que eu tive foi como experiência de vida. Agora o ganho material meu aqui, eu não posso negar que me criou uma nova janela, uma nova porta abriu. É uma possibilidade diferente. Só que eu não vou mentir pra você que um dia eu procuraria isso em minha vida, que eu optei na vida por plantar e colher e é o que eu gosto. Se eu falar pra você que aqui dá menos e o que eu fazia dava mais, eu to mentindo, aqui dá mais, sem dúvida. Mas... você escolheu ser educador, né? Se, se te pagasse o dobro de seu salário, você seria Agente Penitenciário? (grifo meu) Seria? (Eu disse que não) É o meu caso... então é uma opção né? E eu não posso negar que criou essa oportunidade de até ganhar um dinheiro melhor... (R.F.B., 2012)

Ao interpretar este depoimento chamou-nos a atenção a sua indagação ao pesquisador, se eu deixaria de ser educador para ser um *Agente Penitenciário*. Até então não falávamos nada sobre profissões que pudesse levá-lo à utilização da profissão utilizada como exemplo por ele. Ou seja, podemos dizer que, recorrendo a um conceito psicanalítico, houve um ato falho do entrevistado ao utilizar em seu discurso, o que em seu íntimo estava muito presente em seu mundo emocional: um cárcere. O profissional quem cuida do cárcere é um Agente Penitenciário. Portanto, tudo indica que o efeito produzido pela construção da hidrelétrica, atingindo a vida de R.F.B., é o de um cárcere, uma prisão. R.F.B. não tinha opção, suas terras agricultáveis foram perdidas, até mesmo as áreas de melhor pastagem, uma vez que, segundo ele, a área de pastagem que restou localiza-se em terreno de grande declive, ruim para o gado; e, no impedimento de continuar com as suas atividades econômicas, fora obrigado criar uma outra profissão, mesmo a contragosto, ou seja, sua mudança de fonte de renda foi compulsória. Essa história é emblemática e se repete com tantos outros atingidos e afetados.

É notável a quantidade de depoimentos explícitos e implícitos sobre a “paixão” pelo rio. L.F.A. (2013), assentado na Comunidade Olhos D’água, cita vários exemplos da vida que levava com a sua família em função do rio, entre eles:

o rio era tudo para nós, né? A gente pescava na hora que quiria, recebia os amigos, nossos filhos divertia nele... ainda restou uma casinha que ficou no limite da área de proteção, sempre volto lá pra matar saudade, né? Mesmo que agora a gente só vê a água parada da represa (L.F.A., 2013)

A relação com o rio era um componente de socialização e a falta dele ainda remete L.F.A e sua família à volta ao lugar de onde saíram, como forma de manter um vínculo com o passado, uma vez que hoje habitam a mais de 10 km de onde viviam.

Na visão de um proprietário de fazenda, J.R.P. (2013), a declaração de amor se deve ao que as terras às margens do rio lhe ofereciam *“a área melhor da fazenda foi inundada, né? Tinha um bananal aí, tinha um bananal grande formado... acabou tudo! A parte boa de terra mesmo, praina, encheu d’água, né! Pagaram mais ou menos, um precin...”* No contexto da entrevista, o produtor rural demonstrava inconformismo às adequações que teve que fazer com a mudança da estrutura de sua propriedade. Do valor que dava à atividade agrícola nas margens do rio e da mudança que teve que fazer para especializar-se em pecuária: aumentar os custos de produção, uma vez que parte da fazenda ficou incomunicável com uma outra parte, e o Consórcio se negou a construir um viaduto ou comprar um caminhão para transportar o gado para a outra parte da propriedade, onde há pastagem. Além disso, citou um exemplo, abordado também por outros entrevistados com relação a APP, que inclusive aparecem em programas do Consórcio. Segundo os entrevistados, com determinação legal de recomposição vegetal em APP de 100 metros a partir do limite do reservatório, o consórcio pediu a muitos proprietários para cercar a referida área por um período de 3 anos, entretanto, os proprietários alegam que apesar de cobranças para a retirada das cercas para o acesso do gado, isso não aconteceu até o momento. Além disso, alguns reclamam que havia promessa de recomposição vegetal das margens, mas que muitos locais não receberam nem mesmo uma muda de árvore; já em outros onde foram plantadas mudas, não houve acompanhamento por parte do Consórcio

para verificar se de fato houve recomposição florestal. Nos relatórios pesquisados e analisados, há a afirmativa por parte do CCBE de que o Programa foi executado com sucesso.

Um morador da região do Salto (município de Araguari), O.S.M., afirma ver com tristeza a paisagem impressionante da represa formada praticamente à frente de sua moradia:

vou te falar a verdade viu? Eu pra mim antes era mais melhor... ocê olhava a natureza, do jeito que era, hoje as paisage mais bonita acabou tudo né? Eu acho o rio mais bonito... é o seguinte, tinha o Funil e ocê acordava todo dia de madrugada com o barui de água, aquele trem... era bonito demais da conta, fica nessa curva aqui. (O.S.N., 2013)

A presença do rio na lembrança dos moradores é bastante forte, e é percebido que os mesmos olham para a represa como se estivessem vendo, ainda, o rio. Ao mesmo tempo muitos reclamam sobre as proibições de ocupação e uso do solo, depois da represa formada. Lamentam que não podem pescar, que os animais de criação não podem ficar soltos, que a fiscalização ambiental os repreendem e alguns lançaram a pergunta: será que eles fiscalizam da mesma forma o Consórcio?

Sobre isso, os vários relatos ouvidos dos moradores da AE levam a crer sobre a necessidade de organização social, em seu sentido mais amplo, para a administração de áreas como a de um GPIH. Os atingidos e afetados têm muito a dizer à iniciativa privada e ao Poder Público sobre os Programas que dizem executar e outros tantos que seriam necessários criar. São muitas as reclamações sobre a qualidade da água do reservatório; há relato de que pessoas que entram na represa saem com muita coceira na pele, principalmente as crianças e adolescentes; e, ainda, que frequentadores e moradores reclamam, mas não conseguem explicação por parte do Consórcio. Um Exemplo é a reclamação sobre a sensível diminuição da ictiofauna (peixes); apesar de existir um Programa do GPIH que trata do assunto e cobram por que o poder público não interviu em

todas as hidrelétricas do rio, obrigando que obras de engenharia fossem feitas para garantir a piracema e o trânsito dos peixes da foz até as nascentes. Angustiam-se com a falta de acesso ao rio, da perda das terras agricultáveis próximas às margens, da qualidade e manutenção das infraestruturas viária, do acesso à energia elétrica, e acesso ao abastecimento de água.

Outro aspecto importante a ser destacado em função dos dados obtidos durante as entrevistas é o da baixa capacidade organizativa por parte dos moradores da AE. Seja nas comunidades assentadas, ou por meio de sindicatos e/ou associações de proprietários rurais, as buscas de soluções para os problemas da propriedade, da região, do assentamento, praticamente ocorre por meio individual e não por meio coletivo.

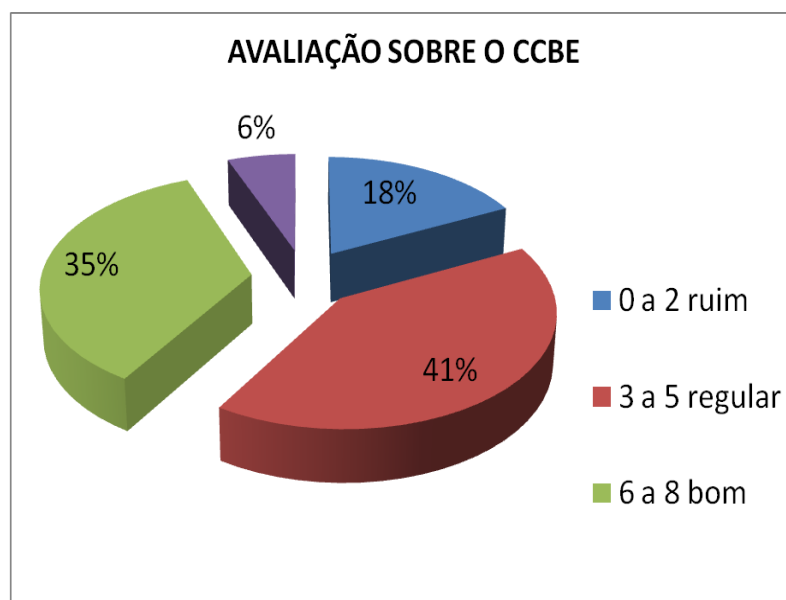
Finalizando a apresentação dos dados oriundos de visitas aos moradores da AE do Complexo Energético Amador Aguiar, incluímos no questionário uma pergunta que solicitava uma nota de 0 a 10 para a relação do CCBE e da Prefeitura com os moradores da AE. O objetivo é o de mensurar o grau de satisfação dessa relação, a fim de demonstrar a necessidade ou não de se estabelecer novos programas, planos, projetos e ações que possam promover o desenvolvimento territorial bom para todas as partes. Os dados estão dispostos na tabela 6.

A intenção de mensurar a relação dos dois intermediários com a população da AE é apenas a de identificar o grau de satisfação das pessoas e o indício dessa relação deve ser melhorada ou não. A nota zero é considerada uma relação ruim e a nota dez uma relação excelente. A considerar grupos de notas de 0 a 2, como ruim, de 3 a 5 como regular, de 6 a 8 como boa e de 9 a 10 como excelente relação. O gráfico 12 apresenta os resultados em porcentagem sobre essa avaliação.

Tabela 6. Notas atribuídas pela população da AE para o CCBE e a Prefeitura

Atingido	Nota do CCBE	Nota da Prefeitura
1. AA I Indianópolis	0	5
2. AA I Uberlândia	6	0
3. AA I Uberlândia	8	4
4. AA I Uberlândia	0	0
5. AA I Uberlândia	9	8
6. AA I Araguari	0	0
7. AA I Araguari	4	5
8. AA I Araguari	5	3
9. AA I Araguari	5	3
10. AA II Uberlândia	6	6
11. AA II Uberlândia	7	5
12. AA II Uberlândia	4	5
13. AA II Uberlândia	5	4
14. AAII Araguari	4	3
15. AA II Araguari	3	5
16. AA II Araguari	6	6
17. AA II Araguari	6	4

Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Gráfico 12. Resultado sobre a avaliação da relação do CCBE com as comunidades da AE

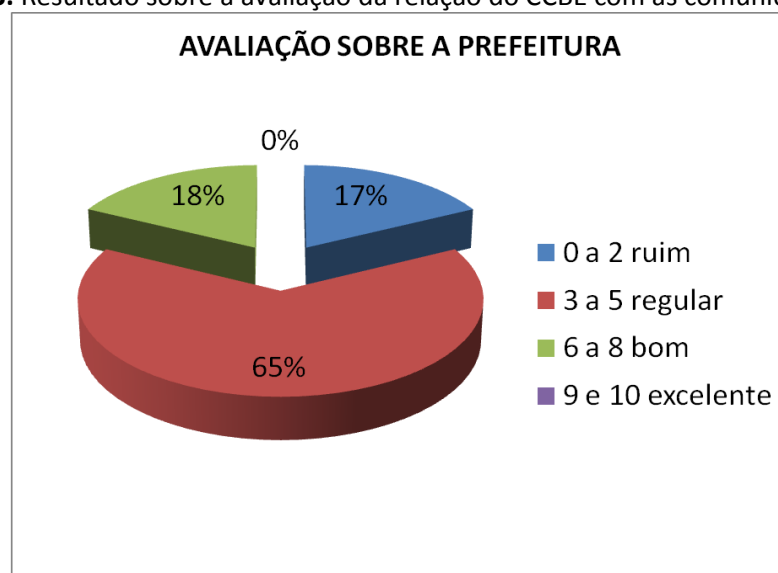
Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Na leitura das notas recebidas pelo CCBE, por parte das comunidades, temos 3 (17,65%) dos moradores pesquisados que consideram como uma relação ruim; 7 moradores (41,18%), como regular; 6 moradores (35,29%) como boa e apenas 1 morador (5,88%) avalia

como excelente. Portanto, se considerados os dados enquanto uma tendência, há ainda muito espaço para a abertura de diálogos entre o GPIH e as pessoas que vivem na Área de Entorno do Complexo Energético Amador Aguiar.

Na organização dos dados para conhecer a opinião da população ligada à AE em relação à Prefeitura Municipal, (gráfico 13) temos 3 entrevistados (17,65%) considerando a relação ruim; 11 entrevistados (64,71%), ou seja, mais da metade dos consultados qualificando como uma relação regular e 3 entrevistados (17,64%) avaliando como boa a relação com a Prefeitura. Nesse caso, ao contrário do quadro de notas do CCBE, não houve nenhuma nota que considerasse a relação excelente. Considerada essa tendência, na opinião das pessoas da AE de do Complexo Energético Amador Aguiar, o Poder Público, o ente que deveria resguardar os direitos das pessoas em relação à iniciativa privado, está bem mais ausente da relação com as pessoas. Isso denota também a necessidade de muito trabalho de aproximação das comunidades atingidas e afetadas pelo GPIH.

Gráfico 13. Resultado sobre a avaliação da relação do CCBE com as comunidades da AE



Org.: Hudson Rodrigues Lima (2013)

Portanto, se os discursos das empresas consorciadas do CCBE e do Poder Público são publicamente defensores de práticas de sustentabilidade em suas ações para se construir

um território com base no desenvolvimento sustentável, e se nessa premissa exige-se diálogos com os cidadãos com vistas a se construir justiça social, por que não dizer, uma territorialização saudável, é possível afirmar que as idealizações ainda são bem maiores do que as práticas. Ou seja, não é possível ainda enxergar nas relações e nos territórios investigados os sinais efetivos de um desenvolvimento sustentável, talvez tentativas de práticas de sustentabilidade voltadas especificamente para os negócios, com vistas ao aumento de lucros.

Não se trata aqui de determinar o GPIH e as Prefeituras como vilões e as comunidades atingidas como vítimas e muito menos que o setor privado e o poder público devem ter uma política paternalista para com os atingidos e afetados. Pelo contrário, busca-se e aguarda-se efetiva estratégia *Buttom-up*, ou seja, relações horizontalizadas, que valorizem o diálogo e busquem soluções a conflitos que cheguem a bom termo para todas as partes, particularmente aquelas que sempre são excluídas de direitos e benefícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Neste trabalho fez-se necessário discutir assuntos importantes para a compreensão do tema desta dissertação, sem a pretensão, no entanto, de esgotar a discussão. Assim, debatemos o sistema econômico vigente, o capitalismo, e sua influência nas políticas de sustentabilidade, novas formas de entender as relações entre o dito desenvolvimento sustentável e GPIH a fim de compreender e fomentar a discussão sobre o território e políticas de sustentabilidade no Complexo Energético Amador Aguiar – Rio Araguari/MG.

Desta forma, é importante, nesta última parte da dissertação, tecer considerações sobre questões que foram essenciais na elaboração do texto deste trabalho.

Foi possível perceber durante este trabalho que há uma distância considerável entre o discurso e idealizações de empresas capitalistas e do poder público e por que não dizer, da comunidade vivente na AE do Complexo Energético Amador Aguiar, sobre o que realmente deveria ser um desenvolvimento sustentável do território. De acordo com Michel Foucault (1996, p.10) “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”, ou seja,

por meio do discurso se exerce poder sobre o outro, o discurso revela um jogo de poder no campo abstrato da palavra. Justamente por meio deste mecanismo de poder que muitas empresas e o próprio Estado conseguem fazer de suas ações, mesmo quando prejudiciais, bem vistas socialmente.

Desta forma, é importante ter consciência de que os discursos e as práticas de políticas de sustentabilidade das instituições e organizações políticas e econômicas, que são grandes aglomerados de capital, perpassam muito mais por um projeto de *marketing* e eficiência nos custos dos negócios, do que efetivamente apostam em investimento em um modelo de desenvolvimento de fato sustentável, ou seja, que considere as lutas de classes existentes sobre o território e as considere com vistas à distribuição justa da renda, do cumprimento dos direitos humanos e das outras formas de vida. Tenta-se impingir na expressão sustentabilidade, a congruência de interesses, mas que na verdade são incongruentes: o que a empresa capitalista quer não é de fato o que o cidadão necessita.

A empresa capitalista tem por objetivo primeiro obter lucro, pois não é pela boa ação ao consumidor e ao planeta que os seus acionistas valorizarão, ou seja, exige-se mais do que boa vontade para que uma empresa capitalista se torne uma empresa cidadã, que promova o desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, as empresas começam a perceber, diante de um caos ecológico eminente, que é preciso se projetar no futuro e, por isso mesmo, não podem se esquivar das questões do desenvolvimento sustentável. Por quê? Com certeza não é por causa do planeta e da humanidade, mas sim para ter produtos e serviços que possam continuar a serem consumidos.

Sobre esse paradoxo do mundo empresarial com a crise ecológica, de que se “peça” ou se espere de uma empresa agir de modo que as pessoas diminuam suas necessidades de consumo, é no mínimo estranho. Este posicionamento retrata bem o que pode estar por

detrás de todas as políticas e discursos de sustentabilidade no SEB. Ou seja, para o capitalista o que está posto é buscar tal eficiência energética produtiva/tecnológica que não ameace os seus interesses mercantis. Assim, os GPIH que dizem ou buscam a sustentabilidade em seus negócios, não o fazem para as pessoas e ecossistemas. Estes podem ser beneficiados em decorrências de suas intenções, pois no mundo dos negócios localizam-se ainda em segundo plano de interesse. O desafio posto é administrar os negócios tendo as pessoas e os ecossistemas em primeiro plano.

Desta forma, poder-se-ia colocar em prática as recomendações do relatório Brudtland, publicado em 1987, no que tange à construção de uma humanidade com base no desenvolvimento sustentável; é preciso urgentemente “obrigar” a civilização humana a se projetar no futuro; por isso o título do referido relatório: Nosso futuro comum. É por essa ideia que se justifica a proposição de que o Estado deve retomar seu lugar na economia. Nesse sentido, se considerarmos que não está posta hoje nenhuma organização coletiva que defenda uma revolução social, é preciso, pelo menos, pressionar o Estado Capitalista a tomar a frente desta projeção de futuro que resguarde a continuidade humana na superfície terrestre. Entretanto, é notável nesta pesquisa que o Estado é das grandes corporações e não de todas as pessoas. O fato das comunidades da Área de Entorno do Complexo Energético Amador Aguiar ter avaliado o poder público municipal de forma bem mais negativa do que o Consórcio Capim Branco Energia, demonstra indícios de que as pessoas não estão enxergando o Estado como o seu representante. Pelo contrário, sendo o Consórcio melhor avaliado, cria-se e reforça a ideia de que a iniciativa privada é bem mais eficiente, quando se trata da relação de conflitos de interesses entre as comunidades e os GPIH.

A intervenção estatal não significa retomar os termos já experimentados outrora de dirigismo de Estado e muito menos de totalitarismo, mas que em suas mãos possa regular coerência no modelo de desenvolvimento que se deseja planejar para o bem comum e não para o bem privado.

Nota-se que a proposta é forte e contradiz ao controle que os interesses privados têm sobre o Estado, fazendo-o cada vez mais volúvel e entrelaçado com a ideia de velocidade do tempo predominante no mercado. A esperança de um tempo lento, de longo prazo, que amadurece, se deposita hoje no Estado. Mas ele, na democracia liberal moderna, é composto e funciona pela participação de todos, principalmente por meio de algum tipo de eleição e legitimação de suas instituições. Isso comunga com a nossa discussão sobre o institucionalismo, exposta no capítulo II. O Estado funciona por meio das instituições, particularmente as econômicas, e só ele pode, por exemplo, impor regras e leis que obriguem ao capital dar valor efetivo ao bem comum, como os ecossistemas terrestres e a cultura/civilização humana. O espaço deveria ser bem comum, mas no capitalismo é por natureza, um bem privado. Se o ecossistema terrestre dá sinais de que todos estão sob riscos de sobrevivência, cabe ao Estado obrigar que o privado se manifeste no cuidado com o bem comum. E não só o Estado com a empresa capitalista, também com todos os cidadãos, que comportam sob a lógica ideológica do mercado capitalista.

Os “sermões estatais” são fundamentais a médio e longo prazos. Por esse caminho é possível convencer as pessoas, da existência de uma vontade coletiva de enfrentar os problemas, caso contrário tudo se volta ao individualismo, caráter fundamental da ideia de crescimento econômico e não de desenvolvimento social. Relacionando isso com os GPIH observa-se que existe uma dificuldade enorme de salvaguardar a boa informação e a conscientização de empresários e atingidos/afetados. Existe um jogo de omissão da

informação, normalmente concentrada nas mãos do empreendedor, sem que a população local efetivamente saiba e participe. Por isso, a regulamentação, o incentivo e persuasão fazem sentido nas relações de conflito, tendo o Estado como facilitador disso.

Entretanto, o Estado que temos está longe de ser “exemplar”, pois suas decisões e suas práticas cotidianas, são incoerentes com o discursos de uma “ecorresponsabilidade”.

Vê-se o quanto que o Estado Brasileiro, para não dizer Capitalista, ainda está longe de cumprir esse papel de Estado exemplar, reforçando a ideia de que o capitalismo em sua essência, não tem como ser sustentável. É factível que não é fácil para um governo, representante estatal, ser coerente. Muitas vezes ele promete mais do que pode cumprir. Entretanto, na perspectiva da população que vive hoje predominantemente sob o regime de democracias liberais, o mercado político funciona pressionado pelos eleitores que exigem resultados rápidos para suas necessidades e isso é constatado, por exemplo, na demanda por energia elétrica. Essa cultura de atendimento rápido às necessidades dos cidadãos faz com que a política funcione com base em ações estritamente para os curtos prazos; isso distancia da ideia de desenvolvimento sustentável e é justamente nessa relação que o Estado tem patinado em sua função por excelência, a de delinear e governar ações de longo prazo, exigência de toda e qualquer ação sustentável. Isso ocorre porque esse Estado das grandes corporações está viciado em crescimento a qualquer custo. Os agentes econômicos, alegam que precisam responder às necessidades dos cidadãos-consumidores, induzidos a aumentarem suas despesas com compras e demandas por serviços ditos públicos.

É possível vislumbrar que as responsabilidades por um desenvolvimento sustentável não são unilaterais: a do Estado regulador; mas bilateral, para não dizer multilateral. Os cidadãos consumidores/agentes econômicos também devem desenvolver sua dose de ações para o longo prazo, pois ao pressionarem o Estado e agentes do mercado a reagirem a curto

prazo, alimentam o círculo vicioso do crescimento ilimitado, distanciando-se de outro tipo de desenvolvimento.

Considerando que esse “outro” tipo de desenvolvimento seja o sustentável, ele se fundamenta em três pilares: ecológico, social e econômico, que são utilizados pelas empresas de GPIH em suas políticas e relatórios de sustentabilidade. O fato é que a noção de desenvolvimento sustentável implica que existem fenômenos naturais e sociais que, se alterados, não há como serem revigorados ou retomados. Eles tendem a desaparecer ou virarem outra coisa. Isso está claro nas pesquisas que demonstram os impactos e os efeitos que os GPIH produziram em comunidades onde foram instalados, ou seja, quebrou-se ao longo da história dos grandes empreendimentos, uma série de componentes naturais e sociais que não foram garantidos para as gerações futuras e que vivem hoje completamente desarticuladas em relação ao seu passado de base física e cultural.

O agravante é que não só no Brasil, como em qualquer país economicamente rico ou pobre, o que as empresas e o grosso da população almejam é a euforia do crescimento econômico, o de satisfazer os desejos imediatos de consumidores e capitalistas. Isso só faz crescer a demanda por energia e parece ser uma tendência. Seguem-se, então, discursos e políticas do SEB pela necessidade de expansão do Sistema Nacional de Energia. Portanto, como os GPIH podem defender o discurso do desenvolvimento sustentável se a sua prática é dirigida para o crescimento da economia capitalista?

A dificuldade das questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável fica ainda maior quando se passa a compreender a escala nacional para a internacional. É notório o fato de que os egoísmos nacionais ainda são a tônica das relações internacionais. Entretanto, o ponto ecológico em que a população terrestre vive hoje é, pela primeira vez na história da humanidade, o de deixar os interesses nacionais em segundo plano em nome da salvação do

planeta, para não dizer da civilização a qual temos hoje em escala global, pois uma possível crise ecológica ignora fronteiras nacionais. Toda a biota do planeta é um bem público mundial e é ela que está ameaçada. É nesse sentido que assistimos multiplicar os discursos, ainda com pouca prática, para que seja criada uma governança mundial para enfrentar a crise ecológica. Bem ao exemplo do que a Organização das Nações Unidas (ONU) tenta cumprir, mas ainda de forma bem acanhada.

Entretanto, conhecido o jogo histórico de poder capitalista que manobra toda e qualquer forma revolucionária da vida em sociedade que não seja o seu, o risco é o de que os mesmos países que promoveram a mundialização e a globalização dos problemas ecológicos são agora os que se sentem mais ameaçados pela crise da produção e pensam em uma governança internacional, mas com qual objetivo? Não há aí um risco de mais uma vez, o capitalismo se reorganizar para garantir os privilégios das economias hegemônicas?

O fato é que desde o Relatório Brundtland, coroando-o com a Rio 92, o que se vê são inúmeras iniciativas de governos e comunidades do mundo todo se mobilizando para compreender a crise ecológica e propondo que o desenvolvimento sustentável deva ser o objetivo a ser alcançado. Infelizmente o reconhecimento disso por parte dos países, de organismos internacionais e até mesmo ações de algumas organizações populares, não implica necessariamente em ações efetivas.

Este cenário representa o que alguns pesquisadores como Perret (2011), Capra (2000), Leff (2001) referenciados nessa pesquisa, chamam de irracionalidade humana ou tendência subjetiva de ficar refém do mundo hedonista que construímos nos últimos tempos e que nos distancia de compreensões mais introspectivas, ou “profundas”, responsáveis pela vida humana e por todo o planeta, conforme acreditam os propositores de um novo paradigma científico e uma nova cultura humana tendo como base a ecologia

profunda. Isto considerando que para a mudança de um paradigma implica na explicitação dos conflitos de classes e por isso a contribuição do ecomarxismo. A irracionalidade é ainda mais explícita, considerando que imaginação e senso de responsabilidade humana possuem limites diversos, uma vez que ainda é forte o comportamento social de preocupar ou se ocupar apenas com aquilo que se atinge e afeta diretamente, ameaçando a vida, o conforto e o interesse imediato. Na perspectiva dos atingidos por GPIH, o contato com trabalhos como os de Vainer (2011), Sigaud (1986, 2006), Silva (2008), notadamente a maioria dos relatos das comunidades denotam esse comportamento mais imediato de ver atendidas as necessidades do presente, sem, contudo, defender os interesses de longo prazo e das gerações que estão por vir.

O que se vê são interesses bem ao gosto do mercado capitalista: a melhor negociação de indenizações, compensações que se restringem ao momento imediato. Por tudo isso é que defender o desenvolvimento sustentável nos dias de hoje é bastante questionável, sem que tiremos a importância da ideia no panorama social, que parece não estar efetivamente convencido de assumir restrições e mudanças de hábitos, principalmente as de consumo. Essa reflexão pode parecer pessimista, mas esta exposição é uma forma de apresentar que tudo indica que não temos outra escolha senão a de apostar num instinto de sobrevivência capaz de fazer emergir nos quatro cantos do mundo elites e trabalhadores decididos a agir por um novo paradigma por uma nova cultura, por um novo tipo de economia.

No entanto, nos tempos atuais é difícil acreditar que novas utopias sejam possíveis, porque em todos os cantos planta-se a ideia de que o fim da história foi decretado com o fim do chamado socialismo real experimentado pela Rússia e a China. Entretanto, a crise ecológica recoloca a questão de pensar em uma nova utopia social.

Alguns pesquisadores vêm evitando tratar da discussão sobre a construção de um possível desenvolvimento sustentável justamente pela polêmica discutida nesse trabalho, pois as propostas de ação até hoje postas não condizem com os perigos que estão “batendo à nossa porta” e o mais grave: existe a tentativa de camuflar as lutas de classes em nome das “gerações futuras”; ora, o futuro será o que nós, os seres humanos, fazemos no presente.

Nesta pesquisa propositalmente incluímos a discussão sobre sustentabilidade porque ela está presente nas retóricas dos GPIH e é preciso tratá-la com a devida importância e cuidado, pois, apesar dos agentes econômicos e neles a própria população consumista, num comportamento irracional, não a considerarem com a devida atenção e esforço, é preciso resguardar a proposta que é formulada por pesquisas sérias que não se dão a devida importância. Ou seja, falar de desenvolvimento sustentável só faz sentido à medida que se expõem as contradições que lhe são impostas pelo próprio agir da sociedade atual que fortemente pensa e age com base na ideia de crescimento ilimitado.

Assim, se considerados os GPIH em um contexto ecológico mais amplo, a solução para os problemas que atingem e colocam em risco a todos, passa necessariamente por uma nova síntese cultural que reconcilie o espírito de inovação e de desempenho com o espírito de frugalidade, que promova valores mais femininos, relacionais, sem que se freie a imaginação e gosto de superação.

O enfraquecimento das forças sociais que contestam o capitalismo é aparentemente uma boa notícia para o capitalismo, pois a ausência de mecanismos reguladores apenas acumulam os problemas sociais colocando em perigo a sua estabilidade a longo prazo. Portanto, há uma dificuldade do capitalismo em possuir um desenvolvimento sustentável.

Por isso a importância de se considerar a “questão social” como referência de análise das políticas ditas sustentáveis dos GPIH, principalmente as voltadas para a dimensão social.

As concepções do termo social se relacionam com as exigências de novas governanças, como as mencionadas no capítulo II, particularmente aquelas que podem conduzir as comunidades, especificamente as atingidas pelos GPIH, para a experiência de outras formas de desenvolvimento calcadas em decisões compartilhadas sobre a forma de apropriar e gerir o espaço, o território.

Qualquer sociedade vive de economia; entretanto, é a sua invenção que demonstrará suas formas de depredação ou não das relações sociais e da natureza. Portanto, economia não é sinônimo de capitalismo, ou seja, o capitalismo enquanto sistema desenvolveu um tipo de economia. Se porventura um tipo de desenvolvimento for sustentável, exigirá uma economia que forçosamente não será a economia do capitalismo. A conclusão que se chega em relação à questão social no capitalismo é que esse sistema dilapidou tanto a natureza quanto as relações sociais. É por isso que é esperado um caos do sistema, pois suas duas forças de sustentação, a natureza e as pessoas, estão ameaçadas.

Possivelmente isso explica o fato de algumas empresas compreenderem a importância das questões ambientais e passarem a se esforçar, com menor ou maior boa intenção, em considerá-las em seus negócios. Em parte, muitas empresas aderiram ao movimento ambientalista porque a economia contemporânea do capitalismo está muito mais voltada para o setor de serviços e pela virtualidade do que exatamente para o setor secundário. Ainda assim, muitos impactos nocivos vêm ocorrendo no setor primário e secundário, demandados pelo setor terciário. Dessa forma, num mundo em que se hipervaloriza a ditadura do lucro, as empresas não têm mais nenhum motivo para se indispor com o desenvolvimento sustentável; aliás, ele pode significar o surgimento de novos mercados, por exemplo na multiplicação de empresas com “produtos verdes” para se construir uma “economia verde” e, portanto, um “capitalismo verde”.

É importante deixar claro que, no âmbito do movimento social em torno do desenvolvimento sustentável, não se deve ter a postura unilateral de renegá-lo em função dessa tentativa de cooptação por parte do capitalismo, pois isso sempre aconteceu quando a sociedade civil organizada ganhou força.

Um modelo de desenvolvimento sustentável, assumido por setores ditos progressistas, pode indicar a possibilidade de construção de novas utopias para a vida social, podendo conduzir ao enfraquecimento do capitalismo, o que já vem sendo sinalizado. Em parte o medo de setores ditos progressistas em relação ao desenvolvimento sustentável é compreensível, porque o discurso foi apropriado principalmente pelo Estado e não esqueçamos que ele é capitalista. Foi a partir do engajamento do Estado e seus governos que foram surgindo, no funcionamento institucionalista da economia capitalista, normas e regulamentações que criaram novas demandas para novos produtos e serviços que atendessem a um possível desenvolvimento sustentável. Ou seja, o capital tenta se reinventar dentro dessa lógica do desenvolvimento sustentável que atenda um novo gênero de crescimento que faça uma associação entre meio ambiente, crescimento e lucro. Pelo exposto sobre a relação do capitalismo com o desenvolvimento sustentável é sabido que ao manter o crescimento que deseja o capital, o tempo de vida desse modelo será curto, exigindo-se de fato a falência do modelo dilapidador, para outro que com certeza não poderá ser chamado de capitalista.

A questão não é simples até porque quando se examinam as questões do desenvolvimento sustentável é perceptível que o crescimento e a proteção do meio ambiente raramente caminham juntos. Assim, é importante investigar como isso se dá nos GPIH, considerando outras pesquisas da mesma temática que identifiquem as materializações de políticas chamadas de sustentabilidade, uma vez que o que se vê no

fundo é uma tentativa do mercado capitalista manter o seu ritmo: certas atividades irão declinar e outras irão se desenvolver, e, dependendo do tamanho da crise ecológica que está em curso, esse mercado deverá focalizar sua produção com os poucos recursos voltados às necessidades essenciais como as da alimentação, moradia, saúde; produzir mercadorias mais duráveis, orientar o consumo para serviços e virtualidades.

Entretanto, pela dinâmica da economia capitalista não será o mercado capitalista o motor dessas transformações. É o Estado capitalista ou Estados Nacionais que poderá intervir e reorientar o desenvolvimento econômico. Nesses termos, o desenvolvimento só será sustentável no capitalismo se as instâncias políticas forem dirigidas por instituições políticas que de fato venham a zelar pelo bem comum. Nesse sentido, para as pessoas que não mais acreditam em uma revolução, mas apenas em reformas, a única forma de cravar outras lógicas dentro da economia capitalista caminha na direção do que Ortega (2008) chamou de estratégia de governança *Bottom-up*, fortalecendo, por exemplo, os espaços institucionais onde se possa garantir a representação popular da sociedade civil organizada forte, para encarar as instituições representativas dos capitalistas. Desse modo, em ambos os aspectos, o de uma revolução ou apenas de uma reforma, exige-se no caso dos atingidos e afetados pelos GPIH um grau de mobilização e organização que não estão presentes de forma efetiva onde se instalam e estão por se instalar os GPIH.

Nesse sentido, será preciso reinventar a temida planificação, criada pelas experiências de governos socialistas do passado. Essa ideia é passível de crítica em um tempo em que os Estados renunciaram muitas de suas prerrogativas em prol do setor privado. Entretanto, na história do capitalismo a intervenção estatal não estaria em sua primeira experiência; vez ou outra, principalmente nos momentos de crises intensas, foi a intervenção estatal que regulou os interesses institucionais postos nas crises.

O tipo de liberdade existente hoje no liberalismo não nos conduzirá ao bem comum da biota terrestre e nela o ser humano que, prevalecendo esse tipo de liberdade naturalmente, não poderá pensar na felicidade das gerações futuras. Portanto, nos GPIH deve-se construir uma potência em que o coletivo de fato possa transcender ao interesse individual, em nome do bem público, caso contrário prevalecerão como são, hoje, os interesses privados, individuais.

É assim que ocorre, inclusive no momento em que se tem a oportunidade de avançar nas relações coletivas, como em audiências públicas e comitês, os mais fracos participam com voz, mas dificilmente se veem atendidos. Mais do que isso, as decisões não são tomadas pensando-se nas gerações que virão, tanto por parte dos atingidos e afetados, quanto daqueles que representam a iniciativa privada e o poder público que terão muitas dificuldades em continuar a comandar os negócios herdados de seus ancestrais que não viam no bem público a possibilidade ética de um mundo habitável pelos humanos.

Para provocar rupturas de comportamento suficientemente importantes, será preciso passar por uma mudança do âmbito de racionalidade no interior do qual as pessoas raciocinam e agem. É isso que se chama revolução. Entretanto, uma revolução está fora do campo do que pode ser pensado a partir do âmbito do Estado. Nesse sentido, é o prazer de viver dos indivíduos que deve ser compatível com a moderação das necessidades naturais, e este é o nó da questão.

Os comportamentos humanos de comunidades e empreendedores estão distantes de uma ruptura, e a maioria ainda converge para o crescimento. Por isso a dificuldade de acreditar que haja de fato políticas de sustentabilidade no interior dos GPIH; é mais fácil assumir que as políticas são de crescimento econômico, com mais eficiência na produção, distribuição e comércio. A ruptura seria, pensar ao contrário, como diminuir a produção e o

consumo de energia elétrica, como resguardar em primeiro lugar ambientes, culturas, comunidades, antes de desestruturá-la, isso sim seria ruptura que conduziria o humano para outra experiência de vida econômica e social, mas isso parece estar bastante distante do que existe no interior dos GPIH.

Para que a ruptura exista é primordial que exista informação. Sabe-se que detentores do poder negligenciam ou negam informações educativas e reais. Nesse sentido, a mídia tem grande responsabilidade. A população não sabe exatamente da gravidade da crise ecológica. Ela é iludida em relação aos seus efeitos que estão e estarão ainda mais nefastos à vida humana, não se trata de uma história infantil, fantasiosa. O falar da necessidade de um efetivo desenvolvimento sustentável, não pode ser mascarado pelo crescimento econômico ilimitado e nem pelo argumento de que discursos de preservação e prevenção já não são mais suficientes porque não há mais como evitar a crise ecológica. Contudo, é preciso lutar para minimizar a sua gravidade. Somente assim as pessoas levariam a situação a sério e começariam a utilizar da racionalidade coletiva para agir e reduzir a extensão da crise.

Ao realizarmos essa discussão sobre o conceito de sustentabilidade, a dúvida fortemente presente é sobre a questão se as pessoas estão dispostas e capazes de entender a linguagem de uma verdade sem que caiam no fatalismo ou no desespero. Acreditamos que somente sinceridade e a ética são portadoras de sentido, pois o que faz as pessoas agirem é quando sabem com o que se luta e sendo assim, raramente se negam ao combate.

Se o desenvolvimento sustentável não é um conto de fadas, nada impede de ver nele uma utopia social a construir. Ou seja, trabalhar com uma verdade para as pessoas, auxilia na mudança e não na reforma de comportamentos. Dessa forma, tudo está por ser inventado no que se relaciona ao desenvolvimento integral do ser humano, pois até agora a invenção foi tecnológica. Da mesma forma em que se sonhou o progresso material de alguns

para alguns e não para todos é importante sonhar e concretizar o sonho de salvar o planeta e se inventar novas felicidades, reencontrar o sentido da simplicidade e do essencial, como na natureza, isso não é ser contra o progresso, mas dar outra direção a ele. “Menos rapidez, mais relações, menos mobilidade, mais enraizamento, menos produtividade, mais proximidade” (PERRET, 2011, p.163).

Diante destas ponderações, foi possível refletir sobre a da sustentabilidade no Complexo Energético Amador Aguiar – Rio Araguari/MG.

Analizando detidamente a política de sustentabilidade do grupo de empresas que controlam o CCBE, percebe-se que as suas estratégias e ações possuem um comportamento diferenciado em relação à maioria das empresas tanto no ramo energético quanto em outros ramos da produção. O fato é que o seu modelo de sustentabilidade opta por ações voltadas para os seus próprios negócios, compreensível para uma economia de mercado como a existente no Brasil e no mundo, que é calcada na competição e ampliação de capital, pensando em um crescimento econômico ilimitado.

Na perspectiva das esperanças de classes sociais expropriadas de riquezas e até mesmo para pequenos e médios proprietários urbanos ou rurais, as políticas de sustentabilidade, presentes nos relatórios de sustentabilidade e de licenças dos GPIH e em materiais promocionais do CCBE, poderiam e deveriam ter um alcance social e ambiental mais amplo, deveria defender o interesse público sem privilegiar o interesse privado sobre bens espaciais, uma vez que estes, como a água e a cultura humana são riquezas de todos e não de alguns.

Interpretando o poder público, ele faz vistas grossas ou mesmo não construiu competência para se fazer presente como intermediador dos conflitos de interesses em um território atingido por um GPIH. Via de regra, os relatórios encomendados pelas corporações

a empresas especializadas, apresentam resultados que compreensivelmente tentam convencer que o GPIH cumpre a legislação e que espaços e territórios atingidos/afetados foram pouco alterados e que permanecem com uma condição socioambiental aceitável e normal e algumas situações até melhores do que foram apropriados e geralmente são aprovados. Mas ouvindo as pessoas, e mergulhando nesses territórios des-reterritorializados ou até mesmo não-territorializados existem demandas em que o poder público e as corporações insistem em não ouvir e/ou encarar.

Enfim, realizada esta investigação, percebe-se o quão frágil ainda são as concepções institucionalistas e de desenvolvimento, seja ele sustentável ou não, no tempo presente. Particularmente à ideia vaga e idealizada de sustentabilidade é visível que no tipo de ética e de paradigma dominante nas relações pessoais e nas instituições é o mecanicista, o que ainda é um impedimento para que se vislumbre a necessária e urgente participação pessoal e coletiva em propostas de construção de uma nova ética e de um novo paradigma e é por isso que, se aliando aos princípios de um ecomarxismo, questiona-se a apropriação privada indevida da natureza e a falta de mecanismos que fortaleçam as organizações sociais com vistas à superação da cultura individualista e hedonista gerada e fomentada pelo capitalismo. Juntamente com os princípios da ecologia profunda, fundados em uma visão holística da vida em seu mais amplo sentido, é que poderemos experimentar outro tipo de desenvolvimento social, seja ele com o nome de sustentável, ou com qualquer outro título, mas que demonstre o nosso respeito, o nosso amor, a nossa paixão incondicional por todo e qualquer tipo de vida à nossa volta. Aspectos esses que nós, pesquisadores, cientistas, ainda temos dificuldades de incluir em nossas teses, mas que o futuro próximo imporá a todos nós.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. 294p.

ACSELRAD, Henri. MELLO, Cecília Campello do A. BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160p.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012**. Acesso: <http://global.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Relatorio-Insustentabilidade-Vale-2012-.pdf>, acesso: 15/12/2012

AVELINE, Carlos Cardoso. **A vida secreta da natureza: uma iniciação à Ecologia Profunda**. Blumenau: Editora da FURB, 1999. 131p.

BAPTISTA, Paulo Agostinho N. **Libertação e ecologia: a teologia teoantropocósmica de Leonardo Boff**. São Paulo: Paulinas Editora, 2011. 288p.

BERNADELLI, Camila. **Os efeitos socioespaciais das usinas hidrelétricas Amador Aguiar I e II: o assentamento Vida Nova em Uberlândia-MG**. (Dissertação de Mestrado, Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia), Uberlândia-MG, 2012. 100 f.

BOFF, Leonardo. **Ecologia, mundialização espiritualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2008. 240p.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Trad. Orlando dos Reis, Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 240p.

BRANCO, Catullo. **Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1975. 136p.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética (EPE). **Plano Decenal de Energia: 2008-2017**. Brasília: EPE, 2009. 435p.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura – MINFRA. **Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico 1991/1993**. Vol I e II. 1990.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. KHALID, Mansour *et al.* **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro-RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI. **Lei Complementar 034/2004**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDU. Araguari(MG), http://www.araguari.mg.gov.br/legislacao/plano_diretor/lei_complementar_34.pdf, acesso: 21/09/2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Lei Complementar 432/2006**. Aprova o Plano Diretor do Município de Uberlândia, estabelece os princípios básicos e as diretrizes de sua implantação. Uberlândia(MG), http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/2273.pdf, acesso: 21/09/2011.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida “The web of life”**. São Paulo: Editora Cultrix – Amana Key, 2000. 256p.

_____. **Pertencendo ao universo**. São Paulo: Editora Cultrix – Amana, 2004. 193p.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 418p

CASTRO, Iná Elias de. GOMES. Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato.(orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 151p.

CCBE. **Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA)**. Belo Horizonte: Geonatura Serviços em meio ambiente/Água Doce Consultoria, 2009. 467p.

CCBE. **Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA)**. Belo Horizonte: Consórcio Capim Branco Energia (CCBE), 2010. 624p.

CEMIG. **Relatório de sustentabilidade**. Belo Horizonte: CEMIG, 2008. 133p.

CEMIG. **Relatório de sustentabilidade**. Belo Horizonte: CEMIG, 2009. 168p.

CEMIG. **Relatório anual e de sustentabilidade**. Belo Horizonte: CEMIG, 2010. 156p.

CEMIG. **Relatório anual e de sustentabilidade**. Belo Horizonte: CEMIG, 2011. 157p.

CHOMSKY. Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 192p.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI – CBH-Araguari. **Plano Diretor**. Disponível em: <http://cbharaguari.com.br/site/modules/mastop_publish/?tac=Plano_Diretor> acesso em: 12/11/2012.

COMTE-SPONVILLE, André. **O capitalismo é moral?** São Paulo: Martins Fontes, 2205. 224p.

DRENGSON, Alan. **El movimiento de ecología profunda**. <http://www.ecosistemas.cl/1776/article-70061.html>, acesso em 07/11/2012. 6p.

DUBOS, René. **Namorando a Terra**. São Paulo: Melhoramentos, 1981. 150p.

ECO, Humberto. Que é uma tese e para que serve. In: **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988. p.1-34

ELETROBRÁS. **História da Eletrobrás**. http://www.eletrobras.gov.br/Em_Biblioteca_40anos, acesso: 05/10/2011

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224p.

FERREIRA, William Rodrigues *et al.* **Plano Diretor AHE Capim Branco I e II**. Belo Horizonte: FUNDEP/UFMG – CCBE. 2005.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica**: a árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. 252p.

FOLADORI, Guillermo. Na busca de uma racionalidade ambiental. In: **Ambiente & Sociedade**. Ano III, n.6/7, 2000. p.169-173

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006. 80p.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 420p.

_____. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 182p.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996. 148p.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Niterói-RJ: EDUFF, 1997. 293p.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006. 400p.

_____. Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói-RJ: EDUFF/Contexto, 2002. 188p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume Editora. 2005. 251p.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. 352p.

_____. A Geografia do Manifesto. In: **Espaços de esperança**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Cap 2. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 37-61

IPCC, Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático. Ginebra: Suiza, 2008. 103p.

KEMPF, Hervé. **Como os ricos destroem o planeta**. São Paulo: Globo, 2010. 145p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** <http://zeartur.webnode.com.br/products/layrargues-do-ecodesenvolvimento-ao-desenvolvimento-sustentavel/>, acesso em 21/12/2012.

_____. **Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social.** <http://zeartur.webnode.com.br/products/layrargues-do-ecodesenvolvimento-ao-desenvolvimento-sustentavel/>, acesso em 21/12/2012

LEFF, Enrique. **Saber ambiental.** Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2001. 344p.

LE MOS, C. F. **Audiências públicas, participação social e conflitos ambientais nos empreendimentos hidrelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé.** 1999. 236 f. Tese (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LIMA, Hudson Rodrigues Lima. SILVA, Vicente de Paulo da. **Divergências e convergências nas políticas de sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos: efeitos socioespaciais no rio Araguari – Minas Gerais – Brasil.** Revista Geográfica de América Central, vol 2, n47E. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/3596>>

LIPOVETSKY, Gilles. SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada.** Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 2011, 207 p.

LÖWY, Michael. **“Écosocialisme”: L’alternative radicale à La catastrophe écologique capitaliste.** <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article23366>, acesso em 03/11/2012, 6p.

MARQUES, Rafael. Os trilhos da Nova Sociologia Econômica. In: **A Nova Sociologia Econômica: uma antologia.** Oeiras (Portugal): Celta Editora, 2003. 68p.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. In: **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, p. 61-82. 1983.

_____, **A sociedade vista do abismo.** Petrópolis: Vozes, 2003. 137p.

MOYANO ESTRADA, E. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas Del desarrollo. Uberlândia-MG **Revista Economia Ensaio**, vol 13-14, 1999.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora SENAC, 2001. 160p.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 2007. 408p.

O’CONNOR, James. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, Héctor (org.). **Ecología política.** Naturaleza, sociedad y utopia. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p.27-52

ORTEGA, Antonio César. **Territórios deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural.** Campinas, SP: Editora Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008. 240 p.

PERRET, Bernard. **O capitalismo é sustentável?** São Paulo: Edições Loyola, 2011, 167p.

PREFEITURA DE ARAGUARI. **Lei Complementar 059/2009**. Dispõe sobre o zoneamento ambiental e o código de uso dos reservatórios na bacia de contribuição direta aos empreendimentos da UHE's Amador Aguiar I e II e propõe diretrizes de ordenamento de uso e ocupação do solo. http://www.araguari.mg.gov.br/legislacao/leis_complementares/lei-complementar-059-09.pdf, acesso: 12/12/2012

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 155p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993, 269p.

REIS, José. A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geoeconômicos e o 'simples' funcionamentos dos sistemas complexos. In: Santos, B. S. (org.) **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, p.105-132

_____. **Ensaio de economia impura**. Coimbra: Edições Almedina, 2007. p 7-94.

REIS, Lineu Bélico dos. CUNHA, Eldis Camargo Neves. **Energia elétrica e sustentabilidade: aspectos tecnológicos, socioambientais e legais**. Barueri: Editora Manoel Ltda, 2006. 243 p.

RIBAS, Alexandre Domingues. SPOSITO, Eliseu Savério. SAQUET, Marcos Aurélio. (orgs.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. 175p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Problemática Ambiental = Agenda Política, Espaço, Território e Classes Sociais. In: **Boletim Paulista de Geografia – “Perspectiva Crítica”**, n.83, São Paulo: AGB, 2005, p. 91 a 110

RODRIGUES, Silvio Carlos, OLIVEIRA, Paula Cristina Almeida. **Programa de registro do patrimônio natural – Complexo Energético Amador Aguiar – Capim Branco**. Araguari: Zardo, 2007, 91p.

ROTHMAN. Franklin Daniel. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa-MG: Editora UFV, 2008. 344p.

SÁNCHEZ. Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495p.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **1992: A redescoberta da natureza**. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. 12p.

SANTOS, Rosselvelt José (org.). **Práticas sociais e o reordenamento econômico das atividades de turismo e lazer no entrono das UHE's Amador Aguiar I e II.** Uberlândia-MG: Composer, 2007. 188p.

SANTOS, Rosselvelt. ALVES, Kelen Borges (orgs). **Registro do patrimônio cultural e edificado das áreas diretamente afetadas, de entorno e de influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II.** Uberlândia-MG: Composer, 2005. 152p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p.

_____. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011. 123p.

SARKAR, Pabraht Ranjan. **Democracia econômica:** teoria da utilização progressiva. São Paulo: Ananda Marga, 1996. 279p.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.18. São Paulo, 2006.

_____. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos:** as barragens de Sobradinho e Machadinho. Comunicação, n. 9. Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS, 1986.

_____. **Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos,** Comunicação nº 9 – Museu Nacional, 1986

SILVA, Vicente de Paulo da. A cidade submersa de Nova Ponte: relatos de memória, silêncio e esquecimento. In: **Caminhos de Geografia.** v. 9, n 28, Uberlândia-MG: Instituto de Geografia/UFU, p. 49-57, 2008.

_____. **Efeitos Sócio-espaciais de Grandes Projetos em Nova Ponte – MG: Reorganização do Espaço Urbano e Reconstrução da Vida Cotidiana.** Vicente de Paulo da Silva – Rio de Janeiro: UFRJ / IGEO / PPGG, 2004. il. Tese (Doutorado)

SCHEJTMAN, A; BERDEGUÉ, J. A. **Desarollo territorial rural.** Santiago/Chile, RIMISP, febrero, 2003.(mimeo). 54p.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Máquinas para transformar cruzeiros em dólares.** São Paulo: Editora Fulgor Ltda, 1963. 63p.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324p.

STONE, Michael K. BARLOW. Zenobia (orgs.). **Alfabetização ecológica:** a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Editora Cultrix, 2006. 312p.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. **Relatório de Sustentabilidade 2011**. São Paulo: Suzano Papel e Celulose, 2012. 108p.

VAINER, Carlos B. Água para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACCELRAD, H., et al. (orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 2004.

VAINER, Carlos B. ARAÚJO, Frederico Guilherme B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 82p.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2011**. Rio de Janeiro: Buriti, 2012. 121p.

VAINER, Carlos B. **O conceito de “atingido”**: revisão do debate e diretrizes. <http://www.observabarragem.ippur.ufri.br/publicacoes>, acesso em 21/09/2011. 16 p.

VOTORANTIM INDUSTRIAL. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. São Paulo: Votorantim, 2011, 83p.

WEIL, Simone. **O Enraizamento**, São Paulo: EDUSC, 2001. 297p.

WORLD COMMISSION ON DAMS (WCD). **The report of the World Commission on Dams**. London: Earthscan, 2000. 356p.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 484p.